

SIDNARA ANUNCIÇÃO SANTANA SOUZA

**AS ÓRFÃS E DESVALIDAS DO ASILO FILHAS DE ANA: regras de
conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905)**

Universidade Estadual de Feira de Santana – Mestrado em História

Feira de Santana-BA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SIDNARA ANUNCIÇÃO SANTANA SOUZA

**AS ÓRFÃS E DESVALIDAS DO ASILO FILHAS DE ANA: regras de
conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora do Programa de
Pós-Graduação em História/ Mestrado da
Universidade Estadual Feira de Santana,
como exigência para obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora:

Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros Leite

Universidade Estadual de Feira de Santana – Mestrado em História

Feira de Santana-BA

2009

A banca examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2009.

Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros Leite
UEFS

Profa. Dra. Cecília Moreira Conceição Soares
UEFS

Profa. Dra. Neivalda Oliveira Freitas
UEFS

À minha mãe, Maria Anunciação Santana (in memoriam). Uma mulher forte e decidida que me ensinou o valor de nunca se perder a fé e nem desistir de fazer novas conquistas. Não entendia de teorias sobre relações de gênero, mas em toda sua vida foi quem mais me ensinou na prática o que é ser mulher, a influência que os homens sempre exerceram nesse processo e, mais ainda, os caminhos para mudanças.

AGRADECIMENTOS

Gostaria nesta ocasião de mencionar alguns nomes que têm sido de incontestável relevância no transcorrer desse trabalho.

Academicamente falando, existiram contribuições bastante expressivas. A começar pela professora Lucilene Reginaldo, que foi quem primeiro me apresentou o incrível mundo das pesquisas em arquivos e os tantos modos de explorá-los. Também, o professor Cândido da Costa e Silva, diretor do CEDOC. Na época em que lá trabalhei, o mesmo favoreceu o deslanchar das pesquisas que eu iniciava então. De uma maneira indireta, mas bastante produtiva, ajudou-me a perceber a seriedade e o cuidado no trato com as fontes e de como ordená-las, catalogá-las e, por fim, estudá-las. Com esses dois mestres e doutores aprendi a lidar com as burocracias dos arquivos e a adentrar de uma vez por todas no ofício do historiador propriamente.

Durante minha especialização, estive sob a orientação da professora doutora Márcia Maria da Silva Barreiro Leite, sendo a mesma uma grande estudiosa da história das mulheres e das relações entre gêneros, história da educação e história da leitura. As perspectivas e os caminhos que me foram abertos naquela ocasião possibilitaram o amadurecimento das pesquisas e, conseqüentemente, ampliaram as formas de enxergar meu objeto de estudo. Posteriormente, o mestrado veio a ser um período de maiores averiguações, de busca por um aprofundamento em cada questão já levantada e o despertar de novas problemáticas. O auxílio e os incentivos da professora Márcia foram, portanto, de grande ajuda. Sendo notável que ao mesmo tempo em que me apontava direções, deixava-me bastante a vontade para construir minhas argumentações. Sou-lhe, de fato, muito grata pela confiança que sempre demonstrou no meu trabalho de historiadora e, em especial, por ter tantas vezes me passado uma boa dose de tranquilidade e, ainda, por ter fomentado em mim de diversos modos o interesse pelo crescimento acadêmico.

Sinto-me feliz por ter contado com o apoio de um professor que acabou por fazer uma considerável diferença em meu trabalho. Ele não apenas me levou a rever a organização dos capítulos da dissertação, como também me ajudou a enxergar o Asilo Filhas de Ana com outros olhos, entendendo a dinâmica da cidade de Cachoeira-BA

como que impregnando tudo a que me propunha a discutir e, ainda mais, vendo meu objeto de pesquisa com um foco mais consciente e preciso. Comprovando que a cidade é muito mais que o lugar onde acontecem as coisas, o professor Charles Santana, com muita propriedade, forneceu os recursos para se compreender os fatos históricos de uma forma que eu diria mais abrangente e até mesmo fascinante.

Quero também agradecer à professora Lais Viena de Souza pela sensibilidade em transmitir seus conhecimentos sobre história das crianças. Ouvindo-a, tive o que poderia chamar de iniciação aos estudos da infância. Pude entrar em contato com trabalhos muito interessantes sobre a temática infância, desse modo ficou mais fácil direcionar as pesquisas para a questão das crianças abandonadas.

Também não poderia deixar de elencar aquelas pessoas que diversas vezes se mostraram facilitadoras de minhas pesquisas em alguns órgãos públicos. Durante todo o estudo dos documentos da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, as senhoras Tereza e Antônia mostraram-se extremamente favoráveis. As irmãs sacramentinas e Itana, uma das professoras da escola, também contribuíram como lhes foi possível em todas as minhas visitas ao Colégio SS. Sacramento. Agradeço ao Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira, Dr. Alex Fabiane Arantes, e funcionários do Fórum de Cachoeira, que prestimosamente, permitiram meu acesso a alguns documentos, que embora não tenham, atendido às necessidades desse trabalho, serviram-me para continuar exercitando a exaustiva busca dos historiadores por mais fontes.

Ainda, Marlita, uma colega de trabalho e moradora de Cachoeira, que, quando não podia a mesma responder a tantas indagações que eu tinha acerca da história da cidade, me encaminhava a pessoas e publicações que me foram de grande valia. De uma maneira geral, gostaria de agradecer a muitas outras pessoas que, de uma forma ou de outra, foram relevantes, apontando-me um livro para ler, uma possibilidade a explorar, uma pesquisa a fazer, um documento a procurar, um lugar a ir, um novo cenário para olhar... Entre essas pessoas, encontram-se o professor Erivaldo Fagundes Neves, as professoras Cecília Moreira Conceição Soares, Neivalda Oliveira Freitas, Elizete da Silva e, ainda, tantos cachoeiranos que me falaram muito sobre a cidade, o Asilo e as Sacramentinas.

Sou muito grata a minha família, em especial a meu pai Alcides Nascimento Santana, minha irmã Sinara Anunciação Santana e meu marido Maximo Souza de Jesus. Agradeço por seus incentivos, compreensão e por muitas ajudas em todo tempo. Na lembrança, estão os incentivos de minha falecida mãe Maria Anunciação Santana,

alguém que, mesmo ausente, continua a influenciar minhas atitudes e o modo como encaro a vida e persigo meus objetivos.

Quero declarar minha cordialidade e afeto à colega de mestrado Jane Soares por termos dividido muitas das angústias no andamento da produção de nossas dissertações. Ambas estudamos sobre mulheres, em condições evidentemente muito diferentes, entretanto as mulheres “chefes de famílias” que ela pesquisa e as “asiladas” que eu estudo parecem ter em algum momento, por força das circunstâncias, se encontrado mediante suas pesquisadoras. De fato, nós trocamos muitas informações, sugestões, dúvidas e preocupações também.

Por fim, devo não apenas a produção deste trabalho, mas tudo o que poderia citar, o próprio fôlego de vida, a quem é incomparável e superior a tudo e a todos, o Criador, a quem pertence o nome de Jeová.

RESUMO

A instituição filantrópica denominada Asilo Filhas de Ana assumiu por alguns anos a tarefa disciplinadora e cuidadora de meninas órfãs na cidade de Cachoeira. Obedecendo a um projeto normatizador, responsável pela transformação de prováveis marginais em pessoas ditas “de bem”, estava a Casa trabalhando em parceria com a sociedade. As meninas que ali eram acolhidas e, mesmo as mulheres que lhes prestavam apoio (Associação Mães Protetoras) eram sujeitos sobre os quais regras de moral e conduta muito bem delimitadas eram forçosamente impostas, mas não necessariamente aceitas em sua íntegra. O processo educativo e disciplinar propostos reunia relações de poder nas suas mais vastas esferas, incluindo a distribuição de papéis sociais e as contradições inerentes a tal processo. Ao mesmo tempo em que se criavam formas de manter a mulher na condição notoriamente destinada para ela, a mesma colocava em evidência no seu dia-a-dia a existência de outros caminhos. Afinal, os limites e espaços tradicionalmente traçados não eram tão intransponíveis e delimitados como pareciam.

Palavras-chave: Asilo, órfãs, conduta.

ABSTRACT

The philanthropist institution called Asylum Children of Ana assumed per some years the task disciplinarian and protector of girls orphans in the Waterfall city. Obeying a responsible project for the transformation of probable delinquents in said people “of good”, it was the House working in partnership with the society. The girls who were received e there, exactly the women that gave support to them (Association Protective Mothers) were citizens on which rules of moral and behavior very delimited well forcibly were imposed, but not necessarily accepted in its complete one. The educative process and to discipline considered congregated relations of being able in its vaster spheres, including the inherent distribution of social papers and contradictions to such process. At the same time where if it created forms to keep the woman in the well-known destined condition for it, the same one day-by-day placed in evidence in its existence of other ways. After all, the limits and spaces tracings so insurmountable and were traditionally not delimited as they seemed.

Keywords: Asylum, orphans, conduct.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira-BA, fundada em 20 de abril de 1826.....	43
Foto 2 – Placa de fundação do Asilo Filhas de Ana.....	49
Foto 3 – Placa de comemoração de aniversário do Colégio SS. Sacramento.....	49
Foto 4 – Foto atual do Colégio Santíssimo Sacramento, outrora Asilo Filhas de Ana na Cidade de Cachoeira-BA.....	49
Foto 5 - Relatórios originais do Asilo Filhas de Ana. Fontes documentais encontradas no memorial da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira-BA.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - A PRÁTICA DA FILANTROPIA E DO ASSISTENCIALISMO	30
1.1 Assistindo às mulheres	32
1.2 Crianças abandonadas ou desvalidas no Brasil durante o século XIX.....	37
CAPÍTULO 2 - O ASILO FILHAS DE ANA: crianças desvalidas em Cachoeira.	44
2.1 A sociedade cachoeirana: berço do Asilo Filhas de Ana	50
2.2 Da Cachoeira resplandecente à decadente	54
2.3 Modernização, higienismo e o ideal de civilidade nos fins do século XIX em Cachoeira.....	60
CAPÍTULO 3 - QUEM ERAM AS DESVALIDAS?.....	64
3.1 A educação para crianças do sexo feminino no Brasil do século XIX	71
3.2 As tensões de uma normatização asilar	82
CAPÍTULO 4 - MULHERES DE ELITE E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS	95
4.1 Leitoras e escritoras	97
4.2 As Mães Protetoras - Damas de caridade.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	111

INTRODUÇÃO

O Asilo Filhas de Ana localizado na cidade de Cachoeira-BA, que dista 109 km de Salvador, foi fundado em 1891 pelo benemérito Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello. O Asilo constituiu-se, desde os fins do século XIX, num mecanismo institucional destinado à formação de mulheres, para que executassem com louvor aquelas que eram entendidas como suas principais atribuições: a de esposa e a de mãe. Evidentemente todo o preparo e acompanhamento que as meninas recebiam no ambiente asilar estavam dentro de um ideário ou de uma espécie de consenso social que determinava normas de conduta para as mulheres e delimitava tanto os seus espaços transitáveis, bem como o seu grau de instrução e sujeição à figura masculina. É fácil perceber isso quando se adequa aos estudos de gênero as questões que têm a ver com a religião e a política.

De fato estavam a Igreja católica e as autoridades legais engajadas nos papéis de representantes da voz feminina, uma vez que a mesma sozinha teria poucas chances de ser ouvida. A Igreja difundia parâmetros de moral nos quais se colocava a mulher na emblemática posição de Eva, ou seja, a pecadora, sedutora e rebelde. Tratava-se, portanto, de um ser que por excelência necessitava ser domado, controlado, disciplinado e repreendido sempre que resistisse às normas. Como materialização do pecado, ela já carregaria consigo os meios de arditosamente desvirtuar o homem, assim como o fez Eva. Desse modo, entendia-se que tanto para o bem da própria mulher como para o bem da inteira sociedade, era importante que se mantivesse estreita vigilância sobre a conduta feminina. Não haveria, sem dúvidas, lugar melhor para a execução dessa meta do que no local onde elas receberiam a dita educação formal. Com a pouca oferta de escolas para meninas na época, asilos e recolhimentos serviam bem a tal propósito.

Legalmente a mulher tinha poucos direitos civis e não participava das decisões importantes da nação, mesmo porque ela era comumente representada pelo homem, sendo ele seu pai ou marido. Também, para as autoridades, o lugar da mulher resumia-se ao interior de seus lares. É lógico que algumas mulheres já bem antes daquele período devido a certas circunstâncias se envolviam em atividades relacionadas a negócios e gerenciamento de bens, mas a restrição ainda era grande.

As leis eram feitas pelos homens e executadas por eles, que, por sua vez, deixavam clara a defesa pelo que se entendia como boa moral e honra. Sobre as mulheres pairavam as mais fortes cobranças no cumprimento destas leis. Estava posto que as mulheres, que não se adequassem aos padrões de moral aceitos e legitimados pela sociedade, tinham seus direitos civis ameaçados. Portanto, vinculados diretamente aos princípios religiosos, estavam os decretos e leis formais, como também as convenções sociais e os costumes. Nesse palco de tensões entre os sexos e de circulação efetiva de poder, estavam jovens e mulheres que participavam de um processo disciplinar, envoltas em padrões sociais tacitamente estabelecidos.

Os espaços estavam muito bem delimitados entre o público e o privado, e às mulheres cabia este último. Na virada do século XIX para o XX, o Brasil ainda tinha muito de seu tradicionalismo. A aristocracia havia sofrido tantos revezes, e muitas novidades aconteciam. Falava-se em uma certa “modernidade” amparada pelo pensamento republicano e pós-escravista. Ainda assim, muitas coisas pareciam teimar em continuar estagnadas, em especial, as que diziam respeito aos costumes, ao cotidiano e às relações entre homens e mulheres. Este é o momento em que a sociedade brasileira absorve e reproduz aquilo que já era comumente aceito como regras de moral. E numa cidade como Cachoeira, caracteristicamente interiorana, esses preceitos possivelmente estavam bastante enraizados.

A proposta do Asilo em dar abrigo e uma educação a meninas a fim de livrá-las dos laços mundanos era uma causa partilhada por mulheres de famílias ricas da cidade que formaram uma Sociedade denominada Mães Protetoras. Essas mulheres da elite cachoeirana eram aliadas do Asilo tanto na manutenção como na difusão das noções de conduta, noções essas às quais elas mesmas estavam submetidas. Dessa maneira, as pesquisas sobre o Asilo têm me dado a oportunidade de percorrer praticamente dois universos femininos. As asiladas acabam por trazer à discussão essas outras mulheres de classe social diferente, mas com experiências de vidas enquanto seres do sexo feminino muito próximas das experiências das órfãs. O fato de serem todas elas mulheres já as colocava num mesmo patamar no que diz respeito às orientações que deveriam seguir nas suas vidas, e os espaços nos quais lhes era permitido transitar, tendo em vista que, na sociedade daquela época, o público era essencialmente de predominância masculina.

O Asilo manteve o caráter filantropo sob o controle do seu fundador até o ano de 1905, quando as irmãs da ordem do Santíssimo Sacramento, ou simplesmente sacramentinas, assumiram sua direção. Desde então, o projeto caritativo foi se

transformando num recinto de ensino particular denominado, posteriormente, de colégio SS. Sacramento. Ficando, portanto, o recorte temporal dessa pesquisa condicionado ao período que vai de 1891 a 1905, uma vez que foi essa a fase que a instituição uniu assistencialismo e normatização feminina com mais propriedade.

O interesse pela temática surgiu ainda na graduação, quando trabalhei no CEDOC (Centro de documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana). Naquela ocasião entrei em contato com o arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, e lá estavam as fontes que aludiam à história do Asilo Filhas de Ana. A princípio, saber sobre aquela instituição me interessava porque eu havia estudado no colégio SS. Sacramento durante oito longos anos e sempre ouvi falar do Asilo, mas, naquela época, quando nem sonhava fazer História, tudo que eu e meus colegas pensávamos era que o Asilo havia abrigado senhoras idosas e doentes. Lembro-me que cheguei até a imaginar as suas figuras transitando por aquele espaço. Enfim, anos mais tarde, estava eu diante dos documentos que esclareciam tanto sobre aquela casa e eu diria que, o desejo de entender a sua dinâmica foi praticamente irresistível. O primeiro foco foi direcionado para a obra filantrópica que se desenvolveu ali, posteriormente, com o amadurecimento dos estudos de Gênero que eu já vinha realizando e sugestões da professora Lucilene Reginaldo, notei a relevância de estudar mais a fundo as vivências femininas envoltas num processo disciplinar.

Sob a orientação da professora Márcia Maria da S. Barreiros, os contornos da pesquisa foram se formando. Às ideias preliminares foram agregadas discussões muito pertinentes, como as que dizem respeito às mulheres de elite que estavam vinculadas ao Asilo; as relações de poderes travadas não apenas por homens e mulheres, mas por instituições legais como Igreja e Estado, que representavam interesses, em sua maioria, masculinos e, por fim, a questão da criança abandonada, em especial a do sexo feminino.

Tendo em vista tudo isso, meu objetivo geral é analisar como o Asilo Filhas de Ana, mediante o exercício da caridade, constituiu-se nos fins do século XIX como instrumento eficaz para a normatização da conduta feminina na sociedade cachoeirana, ao mesmo tempo em que procurei verificar até onde essas normas estabelecidas eram aceitas e difundidas entre as mulheres. A partir daí, intenciono de maneira mais específica entender como eram conduzidas para a vida as meninas desvalidas que habitavam o Asilo e quais os padrões morais e religiosos a que estavam submetidas. Nesse sentido, procurei perceber como o modo de a sociedade enxergar a criança

abandonada dentro de um contexto de modernização pode influenciar as atitudes em relação aos cuidados com a infância, sobretudo a feminina. Procuo também compreender como as mulheres de elite, através da filantropia, se envolviam na disseminação das normas de feminilidade da época e, por fim, entender o tipo de relações de poder que estavam envolvidas na promoção da educação feminina do período.

Em especial os relatórios do Asilo Filhas de Ana serviram de recursos documentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Aqueles que se encontram na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira e na Associação Monte Pio de Cachoeira datam de 1895, 1896, 1897, 1899, 1900, 1901 e 1902. Tais fontes foram escritas pelo fundador do Asilo, o Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello com o claro intuito de informar à Associação Mães Protetoras o andamento da instituição a cada findar de ano. Dessa forma, cada relatório rememorava os principais eventos asilares do ano antecedente. Todos seguiam o mesmo padrão, anexavam informações relacionadas a tópicos tais como: administração interna, edifício, favores da imprensa, serviços médicos, medicamentos, estado sanitário, oferecimentos, movimento financeiro (incluindo receitas, despesas e saldos), asiladas (nomes e procedências das meninas que entravam a cada ano), sociedade Mães Protetoras (relação de mulheres que entravam e das que saíam da associação), aproveitamento das asiladas, rendas diversas (doações, mensalidades das mães protetoras, aluguéis de casas, trabalhos das asiladas).

De caráter breve, os relatórios não entravam em muitos detalhes sobre as vivências das asiladas ou mesmo da frequente atuação das senhoras de caridade no Asilo. Constantemente, faziam alusão aos benefícios que o mesmo traria a cidade e sobre a sua total dependência de doações das mais variadas. As relações de poder estão implícitas em cada página, na medida em que eles davam conta de situações que envolviam a realidade feminina, questões de interesse das mulheres, tanto das órfãs como daquelas de elite, ao mesmo tempo em que consistiam em palavras que estavam sendo assentadas em papel pelas mãos de um homem.

Ele, o fundador, era quem assumia o papel de porta-voz das internas, expondo os procedimentos da instituição, falando do que as meninas necessitavam e de como as Mães Protetoras executavam o seu papel de agentes da filantropia. Portanto, o que é revelado pelos relatórios naturalmente passou pelo clivo do seu autor, o que é bastante interessante já que as mulheres que formavam a associação de caridade, embora ocupassem cargos administrativos na Casa, nada escreviam sobre a mesma. Até o

momento desconheço relatos publicados nos quais elas viessem a interceder contra ou a favor da instituição.

É de se pensar, e com propriedade, que, no seu dia-a-dia, aquelas mulheres se dispunham a promover a Casa para a qual angariavam fundos, mas nada que pudesse se oficializar ou registrar para a posteridade, afinal, a fala feminina ainda era restrita, principalmente, no meio público. Estando, portanto, claramente expressas as tão enraizadas relações de poder em uma sociedade que entendia como naturalmente distintas as atuações de ambos os sexos. E mais que isso: um complexo de interações aos moldes do que hoje se denomina relações de gênero.

Homens e mulheres coexistiam numa dada cidade, travando convívios diários e intensos atravessados por uma instituição tanto caritativa como normativa. A aceitação ou resistência às regras de conduta feminina era uma questão de grande relevância e influência nas experiências que se desenrolavam ali.

O Asilo também entrava em evidência mediante o que diziam os jornais da época. Eram artigos relacionados a datas festivas, contribuições de pessoas ilustres, aparição das internas a eventos na cidade... Não foram encontradas manifestações impressas que se opusessem ou tecessem críticas à instituição ou mesmo ao trabalho executado pelas damas de caridade. Vale a ressalva de que o Sr. Antônio Carlos falara em um dos relatórios sobre certas “maledicências” que ouvia a respeito daquela obra, mas ao que parecem, tais comentários nunca chegaram a se formalizar.

Dado o grande distanciamento temporal dos fatos estudados com o momento presente, as preciosidades históricas que as fontes orais poderiam reconhecidamente fornecer ficaram indisponíveis. Ainda na atualidade, muitos cachoeiranos comentavam sobre o Asilo quando estive em companhia de alguns deles. Entretanto, são gerações já da fase em que as irmãs sacramentinas haviam chegado à cidade e assumido o controle da Casa. A partir de então, nada mais teria sido como antes. O número de órfãs se tornaria cada vez mais insignificante, ao passo que meninas de famílias católicas e com condições financeiras suficientes para pagar pontualmente as mensalidades seriam matriculadas. As pouquíssimas desvalidas resistiram ainda por algum tempo em anexo ao colégio. “O Colégio SS. Sacramento tem por fim a educação da juventude. Destinase a filhas de famílias católicas às quais, além de uma esmerada educação religiosa, moral e cívica; procura dar uma boa formação intelectual.”¹

¹ JESUS, Maria Celina de. Artigo II - Obrigações Religiosas. In: *Regimento Interno do Asilo Filhas de Ana*. Cachoeira, 1956.

Percebe-se, dessa forma, que a instituição afastava-se do seu caráter inicial. É evidente que a vigilância sobre as questões morais e sobre o comportamento feminino persistia fortemente entrincheirada, todavia, num outro contexto, já se adequava às novas formas de se olhar a infância abandonada e pelo fato de as leis e o governo trabalharem a questão do menor.

Também têm sido relevantes as pesquisas dos relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, pois, fornecem indícios de como eram realizadas as obras assistenciais na cidade e apontam para os trabalhos realizados com órfãos. Creio que, fazendo um cruzamento entre estas fontes e a bibliografia que trata da condição feminina, incluindo a história da educação, história da infância, das casas assistenciais e recolhimentos no Brasil, em especial na Bahia, e a história da cidade de Cachoeira, seja possível visualizar como o Asilo se encaixava com relativa perfeição dentro do ideário que determinava as competências femininas na época.

A metodologia utilizada, neste trabalho, consiste mesmo no estudo comparativo dos relatórios, relacionando-os aos jornais, documentos sobre o Ginásio SS. Sacramento e os estatutos do Asilo. São documentos de caráter sucinto, em especial os relatórios, portanto, torna-se essencial o exercício da leitura de entrelinhas, a percepção do não-dito, das lacunas e do que vem a estar nos discursos. De fato, requer-se uma análise discursiva reconhecendo, para tanto, as contribuições foucaultianas que apontam as produções discursivas como sendo passíveis de sofrerem controle, seleção, organização e interdições. Seguindo a linha de pensamento de Foucault, por mais que se entenda um discurso como pequeno, aparentemente pouca coisa, verificando as interdições que o atingem, tal discurso acabará revelando sua ligação tanto com o desejo como com o poder. Porque o discurso não tem apenas a função de mostrar ou ocultar o desejo, mas ele é em si o objeto do desejo e aquilo porque se luta. Sendo que os discursos que mais sofrem interdições são aqueles ligados a sexualidade e a política.²

O controle do discurso passeia por entre muitas vertentes, uma delas é a questão da autoria, pois, para que ele seja tido como “verdadeiro”, dependerá em grande parte de quem é seu ator, aquele que insere a linguagem no real. Ao analisar um discurso, não se pode deixar de fazer as devidas indagações a respeito de quem o escreveu e das circunstâncias envolvidas nesse processo. Partindo desse princípio, fica

² FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 4. ed., São Paulo: Loyola, 1998.

clara a necessidade de se levar em conta que, embora os relatórios que pesquiso falem sobre elementos que dizem respeito às experiências femininas, foi um homem quem os escreveu, num contexto social de incentivo as atividades filantrópicas e atendendo a apelos de caráter ao mesmo tempo cultural, religioso, econômico e político.

Tenho procurado averiguar os possíveis elos entre o Asilo Filhos de Ana em Cachoeira e o Asilo Nossa Senhora de Lourdes localizado em Feira de Santana. As similaridades são notáveis tanto no que diz respeito ao cotidiano do abrigo quanto aos objetivos e métodos educativos evidenciados.

Em auxílio às minhas pesquisas, faz-se presente a história local e regional, uma vez que tenho estudado uma instituição que correspondia a um item dentro da rede de filantropia baiana da segunda metade do século XIX.

O Asilo não era de fato um corpo estranho imposto àquela sociedade, ele surgiu de uma necessidade do local e relacionou-se diretamente com a população dali e das vizinhanças. Uma vez que a História Local estuda as particularidades dos sujeitos, trazendo-lhes à tona, dando-lhes nomes, entendo que se adeque ao que tenho me proposto a realizar nesse trabalho na medida em que falo de personagens de uma localidade específica, procurando trazer à luz as suas identidades.

Segundo Janaína Amado (1990), a localidade é definida por afinidade, noção de pertencimento, e envolve ainda representações políticas e outras menores.³ Por isso mesmo que tenho a necessidade de primeiramente tratar do contexto político, econômico e social da cidade de Cachoeira no período em que me disponho a estudar. É uma tentativa de situar no espaço um povo, levando em conta muito mais que sua geografia, mas as relações humanas que se travavam ali e como estas podiam sofrer influências de fora, bem como interferir em todo um contexto mais amplo, até mesmo nacional. É preciso se ter essa noção do local como estando o tempo todo entrelaçado com o regional e o nacional. Assim, procuro visualizar Cachoeira ciente de que estou produzindo um conhecimento calcado na história local e que esta mesma estabelece nexos inevitáveis com o que ultrapassa suas fronteiras geográficas.

As relações de sociabilidades são gritantes nesse trabalho, desde a consideração da forte interação do Asilo com a sociedade cachoeirana até as teias de convivência que iam se desenhando pela cidade através das atividades caritativas das Mães Protetoras.

³ AMADO, Janaína. "História e Região: reconhecendo e construindo espaços". In: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas. História regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 7-15.

No fervilhar da cidade desenrolavam-se as tramas de poder, os discursos eram produzidos e reproduzidos, as estruturas de controle e vigilância eram reinventadas e as experiências de homens e mulheres estavam sendo construídas. É o entendimento sobre a história das cidades que tem me proporcionado uma visão mais integral do Asilo. Permitindo assim perceber - mais que a instituição dentro de um espaço físico - todas as questões que emergem dessa pesquisa acontecendo ao mesmo tempo em que se lê a cidade.

Trilhando esse caminho, portanto, proponho uma divisão estrutural de quatro capítulos para a explanação desse estudo. O primeiro refere-se ao exercício da filantropia e do assistencialismo buscando demonstrar tal exercício como uma causa que sempre foi de cunho social e religioso, mas que, até o período em questão, não era ainda um projeto político em execução. Assim, o Asilo Filhas de Ana nascia dentro daquela conjuntura de forte anseio da sociedade pelo cuidado com a infância abandonada, em especial a criança do sexo feminino. Todavia, deparando-se com uma realidade de pouca ou nenhuma ajuda governamental. Entregue à iniciativa particular, estava assim relegada grande parte das instituições caritativas da época. Esse capítulo põe em evidência o Asilo e seu fundador nas condições já mencionadas. Não deixando, é claro, de destacar sua função de agregador e repercussor dos ideais católicos quanto à formação moral da mulher.

O segundo capítulo busca o entendimento sobre a cidade e a tessitura das relações de sociabilidades na mesma. Evidentemente, a cidade era parte de todos os processos sócio-culturais, econômicos, políticos e religiosos pertinentes aos fatos históricos ora estudados. Entretanto, fatores muito específicos e peculiares ao seu crescimento e amadurecimento se mostram claramente relevantes na compreensão dos acontecimentos.

Dessa forma, dou início ao capítulo apresentando a cidade onde o Asilo surgiu, qual instituição caritativa, atrelada por completo à inteira sociedade cachoeirana. Procurando ainda, analisar a projeção da cidade em caráter nacional, acompanhando sua ascensão econômica e política até o seu retrocesso. Finalizo esse capítulo trazendo à tona o projeto higienista e civilizador que percorria a cidade, já nos fins do século XIX, levando em conta que tal ideal, uma vez relacionado à prática filantrópica, se inseria notavelmente no contexto do Asilo Filhas de Ana.

O terceiro capítulo trata das desvalidas propriamente. A intenção é revelá-las nas suas inúmeras e distintas identidades, procurando perceber suas vivências, as

possibilidades de aceitações e de negações das regras de conduta que lhes eram ensinadas. Era, portanto, a educação formal convidada a fazer parte desse processo, que era na prática muito mais de doutrinação cristão e moralista que profissional-educativo. Tenho tentado compreender as possíveis tensões e conflitos que tenham emanado desse procedimento disciplinar repleto de manifestações de poderes.

Procuro, então, adentrar na dinâmica daquela instituição, buscando as vivências das meninas órfãs. Assim como entende Agnes Heller (1989), a vida cotidiana não está de fato fora da história, mas sim no centro do acontecer histórico... “é a verdadeira essência da substância social”.⁴ Desse modo, a percepção do cotidiano das meninas na instituição tem muito a revelar sobre sua história porque através da vida cotidiana percebe-se o desdobrar-se das hierarquias, as relações de poder e os processos de submissão ou resistência.

No quarto capítulo, o foco volta-se para as mulheres de elite, em especial aquelas que mantinham uma relação estreita com o Asilo, as mães protetoras. Acredito que seja muito interessante e até conveniente o aprofundamento nesse grupo de mulheres por alguns motivos que tenho considerado contundentes. Elas eram mulheres sujeitas às mesmas normas de conduta que as órfãs. Eram em si, enquanto associação feminina, parte do Asilo, sendo até mesmo consideradas pelo Sr. Antônio Carlos como sustentáculo da Casa. Mantinham contato quase diariamente com as desvalidas, servindo inclusive de porta-vozes de seus interesses juntamente ao fundador da instituição. Mantinham relações de sociabilidades entre elas mesmas através das atividades que organizavam e realizavam. Mediante o exercício da filantropia, tinham fácil acesso às ruas da cidade e às pessoas, sem que por isso em qualquer momento sua moral fosse questionada. De fato, eram sujeitos que muito podem revelar não somente sobre a história do Asilo, como também sobre a expressão da figura feminina e sua atuação nos fins do século XIX na Bahia. E, ainda, em se tratando da atuação feminina, vale ressaltar também o papel muito interessante das mulheres que liam, escreviam e publicavam, formando até mesmo revistas femininas em Cachoeira, sendo que não se pode descartar a possibilidade de algumas delas terem pertencido à associação das Mães Protetoras.

Essa produção respalda-se na História Cultural, exatamente pela flexibilidade que ela permite ao historiador de percorrer o cotidiano de sujeitos históricos, elencar

⁴ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 20.

suas experiências, relacionar o político e econômico ao social sem imputações de determinismos pré-estabelecidos. O Cultural também permite um intercâmbio com disciplinas auxiliares como a antropologia, o que facilita o entendimento dos fatos sociais. Esse é o modo de se conceber a História que resultou de uma série de mudanças nos estudos históricos pós Escola dos Anales – vista como o marco para a abertura de vastos caminhos para se retornar ao passado e de lá, em cima do discurso do não-dito, evidenciar a presença de sujeitos que por muito tempo estiveram nas “sombras”.

É certo que sempre houve um forte processo de disciplinamento sobre o comportamento feminino. Desde as civilizações mais antigas, a mulher submetia-se a normas provenientes do jugo masculino. Entretanto, havia sociedades em que ela gozava de uma posição privilegiada, na qual se destacava em meios aos homens. O que ocorre é que a História contada deu maior importância ao homem enquanto sujeito histórico. Até porque o interesse dos historiadores, por muito tempo, estava relacionado aos grandes acontecimentos e registros políticos - territórios tradicionalmente masculinos.

Atualmente, a história das mulheres não só recebeu notoriedade como tem sido aprimorada na medida em que consegue mostrar como se estabelecem as relações de poder no âmbito social. Cria-se, dessa forma, a possibilidade de ampliação dos estudos, inserindo as relações de gênero na prática cotidiana a partir das quais se percebe que elas estão fortemente impregnadas por diversos poderes. Desse modo, as produções têm fervilhado no cenário historiográfico.

A coletânea “*A História de Mulheres no Ocidente*” produzida nos fins de 1991 e organizada por Georges Duby e Michelle Perrot foi uma obra que pretendia fazer uma história das mulheres. Nela, buscou-se incorporar muitas das inovações já mencionadas. Os autores cobriram um período que vai desde a Antiguidade até os nossos dias. Michelle Perrot, Natalie Zemon Davis e Arlette Farge buscaram em alguns de seus trabalhos desmistificar as concepções veiculadas sobre mulheres submissas e dóceis, mostrando atitudes de resistência no cotidiano. Ainda Michelle Perrot, estudando as mulheres da classe trabalhadora francesa no século XIX, procurou perceber o papel que elas desempenhavam nos motins coletivos. Esta análise tenta conferir um espaço nos acontecimentos da sociedade a qual pertenciam às mulheres.

No que tange à relação da mulher com a família e a maternidade, existem trabalhos significativos como os de Philippe Ariès, Jean Louis Flandrin, Le Roy Ladurie, E. Shorter, entre outros. Desde a década de 1970, estes têm buscado um

conhecimento mais apurado sobre a posição da mulher a partir dos seus papéis na família. Concernente às consequências do processo de industrialização, urbanização e estrutura familiar, Edward Shorter teceu algumas interpretações. Embora com pensamentos diferentes dos de Shorter, Joan Scott e Louise Tilly, percorreu a mesma temática. Ainda Anne-Marie Sohn, através de documentação criminal, estudou a família e papéis os femininos através da criminalidade, abrangendo o período final do século XIX até a década de 1930. Já Anne Martin-Fugier estudou a mulher burguesa em Paris, focalizando seus papéis familiares e sociais entre 1880 e 1920.

Quanto aos trabalhos que trataram da recusa à maternidade, pode-se mencionar os de Simone de Beauvoir em 1950 e de Jean Louis Flandrin nos anos de 1980. Angus McLaren fez uma abordagem original sobre o aborto praticado pelas mulheres casadas nos fins do século XIX.

Sobre mulheres e trabalho, uma importante contribuição foi dada por J. Scott e Louise A. Tilly no clássico *“Women’s Work and the Family in Nineteenth Century Europe”*. Rose Marie Lagrave desenvolveu uma reflexão sobre educação e trabalho feminino no século XX.

Rachel Soihet traça um quadro muito interessante sobre as produções aqui no Brasil pautadas nos estudos de gênero. Entre esses trabalhos está *“Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX”*, no qual Silva Dias procura reconstituir a história das mulheres que viviam durante o processo de urbanização em São Paulo. Luiz Mott e Laura de Mello Souza abordaram mulheres de origem humilde que conseguiram se sobressair apesar da intolerância de seu tempo (Século XVI e XVII). Em *“Condição Feminina”*, Rachel Soihet busca a história de mulheres que, para além da labuta cotidiana de trabalho doméstico e filhos, ainda produziam para o mercado, usando essa última tarefa como meio de agressão aos seus oponentes. Luciano Figueredo estudou as diversas modalidades de trabalho das mulheres pobres em Minas Gerais colonial. Sandra Lauderdale Graham debruçou-se sobre as relações entre patrões e criadas no Rio de Janeiro, de 1860 até 1910. Ainda, Maria Izilda, realizou uma análise sobre a costura de sacaria para o café realizada por mulheres de São Paulo e Santos entre os anos de 1890 e 1930. A pesquisadora percebeu que nesta tarefa aquelas mulheres desenvolviam modalidades surdas de resistência e até de organização de associações.

Houve uma forte mudança no modo de enxergar as mulheres brasileiras do período colonial; este fato ficou evidente nas produções mais recentes. Contrariando os discursos formulados pelos viajantes europeus que viam as mulheres do Brasil Colônia

como seres praticamente mudos e destituídos de atitudes próprias e enclausurados, a História Cultural lhes confere outro caráter. Mary Del Priore, por exemplo, mostrou como as mulheres na Colônia reverteram em seu favor limitações que os médicos e moralistas lhes impunham com vistas aos interesses da política de povoamento.

Direcionando agora o foco da atenção para aquelas produções que exercem uma relação e influência direta nos meus estudos sobre a normatização da conduta feminina, reúno algumas obras em especial. Como analiso as órfãs asiladas que recebiam uma educação pautada nos princípios cristãos, aponto a relevância da obra *“Honradas e Devotas”*, de Leila Mezan Algranti, que, assim como Susan Soeiro, estudou reclusas em conventos e recolhimentos, levando em conta as possibilidades de uma vida autônoma frente os rigores das famílias e da sociedade, inclusive permitindo o exercício do poder também do ponto de vista feminino. Leila Mezan traçou um histórico das origens de asilos e recolhimentos na Europa desde a Antiguidade, passando pelo momento em que se tornaram comuns no Brasil, indo até a primeira metade do século XIX. Relacionou o assistencialismo que permeava essas instituições aos interesses dos grupos sociais em manter moças dentro de muros que zelassem por sua castidade e pelos bons costumes. Estado e Igreja foram apontados como fortes aliados nessa intenção. É na medida em que procura estudar a prática do assistencialismo voltado para mulheres e a suas vinculações com as instituições legais da sociedade que a obra adquire uma importância singular para minhas pesquisas.⁵

Outras bibliografias que também enfocam instituições que tinham por meta a guarda de mulheres são significativas, a exemplo do trabalho de Anna Amélia Vieira Nascimento sobre o Mosteiro do Desterro. No entanto, esse tipo de pesquisa se afasta de meus objetivos, uma vez que retrata um enclausuramento específico, voltado para a vida sacralizada de freiras. Neste caso, as mulheres evidentemente sofriam uma normatização de conduta, mas esta era com o fim de aplicação a uma rotina que se pautaria exclusivamente ao âmbito religioso. Não se cogitava uma posterior inclusão dessas mulheres nas instâncias sociais para além dos muros do convento. A educação ministrada de modo algum visaria ao matrimônio ou a qualquer tipo de ocupação profissional feminina.⁶ Portanto, atendia-se apenas a um projeto da Igreja e não se refletia o que se poderia entender na época como o desejo ou “vocação” da maioria das

⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

⁶ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião. As enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro na Bahia (1677-1890)*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

mulheres: o matrimônio e a maternidade. Este último intuito é justamente o que se pode inferir da leitura dos relatórios sobre o Asilo Filhas de Ana.

Concernente à história das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, que em muito contribuíram para o assistencialismo à orfandade, inclusive no caso de Cachoeira, no projeto do Asilo Filhas de Ana, é relevante o trabalho de Russel-Wood. Ele faz um apanhado sobre a chegada e permanência dessas instituições no país e destaca o modo como atuavam. É de fato marcante a sua atuação no que diz respeito aos cuidados com doentes, presos e órfãos. No período sobre o qual realizo meus estudos, final do século XIX, a presença da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira é notável no exercício da caridade, impulsionando assim o surgimento de outras casas pias. Russel-Wood dá conta de informar o que significou para sociedades no decorrer do tempo os ideais filantropos veiculados pelas Santas Casas e como o próprio corpo social relacionava-se com a questão da caridade.⁷ É nesse viés de enxergar a instituição, não como uma massa amorfa, mas como um mecanismo que sofre as reações do social ao mesmo tempo em que engendra nele suas marcas, que a obra torna-se importante. A caridade, os interesses ideológicos, as relações de poder na sociedade, a religiosidade... enfim, são facetas pertinentes a uma realidade que também tenho perseguido.

De dentro de uma instituição filantrópica que era o Asilo, eu estudo a normatização da conduta feminina peculiar a um período da história. Sendo assim, os trabalhos que focalizam as relações que eram tecidas entre as mulheres e a sociedade, no que diz respeito a noções de comportamento, espaços e funções que lhes eram permitidos, são de vital importância.

Martha de Abreu Esteves, em sua obra “*Meninas Perdidas*”, discute questões muito interessantes no que diz respeito às regras morais que eram destinadas às mulheres no espaço social, o que incluía inevitavelmente a análise do comportamento daquelas que se encontravam nas condições de desafortunadas. Ela trabalhou com processos-crimes de defloramentos de mulheres, procurando perceber a forte ligação da sociedade com a justiça civil no que tange ao tratamento dispensado ao sexo feminino e a aplicabilidade do poder institucional sobre o mesmo. Martha Esteves aponta os perigos que poderiam atingir as mulheres nos casos de não cumprimento das normas estabelecidas. Sendo assim, toda aquela instituição capaz de cooperar com a adequação

⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

da mulher aos padrões morais vigentes, estaria também prestando um serviço às autoridades legais.⁸

Toda essa preocupação com a educação feminina já era bem evidenciada na Bahia do século XIX. As cartas do médico e político José Lino Coutinho, que foram destinadas à preparação de sua filha Cora para a vida, se constituíam em verdadeiras lições de comportamento cabíveis na ideologia dos oitocentos. Adriana Dantas Reis, em seu estudo, aponta para os preceitos que eram transmitidos mediante as cartas publicadas em 1849. Embora elas fossem palavras de um pai interessado em salvaguardar a moral de sua filha, na realidade, refletiam bem mais que isso. O conjunto das cartas era um demonstrativo dos padrões convencionais da época que envolviam os mínimos detalhes da educação de uma menina.⁹

A infância e suas particularidades são notavelmente estudadas por Phillippe Ariès e Colin Heywood. Pesquisando seus trabalhos é possível notar os avanços no entendimento da história das crianças e da família. Assim fica mais clara a compreensão do abandono de menores e dos tratamentos que os mesmos recebiam pela sociedade, o que acaba por envolver os recolhimentos e asilos.

A monografia de Márcia Nascimento sobre o Asilo Nossa Senhora de Lourdes é um trabalho de relevância para os meus estudos na medida em que apresenta uma instituição filantrópica que pode ser comparada ao Asilo Filhas de Ana. A proximidade ocorre não só porque tratam de dois asilos baianos, de acolhimentos exclusivamente femininos, de temporalidades comuns, mas também porque comungavam dos mesmos objetivos e correspondiam às expectativas do ambiente social. De modo que tem sido interessante e proveitoso estabelecer comparações entre os dois abrigos.¹⁰

Em “*Recôndidos do Mundo Feminino*” Marina Maluf e Maria Lúcia Mott elencam um conjunto de deveres atribuídos às mulheres durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Elas retratam bem as atividades dentro do lar e o papel de esposa e mãe no modelo idealizado do feminino até então exaltado.¹¹

⁸ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁹ REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições do comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado / FCJA, Centro de Estudos Baianos da UFBA, Salvador, 2000.

¹⁰ NASCIMENTO, Márcia Sueley Oliveira do. *Órfãs e Desvalidas: as meninas do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana. 1879-1920*. Dissertação de Especialização em História da Bahia – UEFS, Feira de Santana, 2004.

¹¹ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recôndidos do Mundo Feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 367-421.

Para compreender como se alicerçaram na prática os mecanismos de orientação e educação formal para moças, faço uso de obras que estudam a educação no Brasil durante o século XIX. Nesse intuito tem sido de valor considerável entre outras, as pesquisas de Maria Lúcia Spedo Hilsdorf sobre as meninas em seminários¹² e o trabalho de Ivan Aparecido Manoel que enfoca a relação da Igreja com a educação feminina da época.¹³ Luciano Mendes de Faria Filho também traz comentários significativos sobre o tipo de instrução elementar que era ministrada, bem como as questões político-sociais por trás da organização do ensino no Brasil.¹⁴ Ainda Paulo de Nóbrega em “*Mosaico de Escolas*” trata da modernização do ensino nos fins do século XIX e início do século XX, trabalhando com grupos escolares da Santa Catarina e fazendo observações essenciais sobre a educação no Brasil como um todo.¹⁵

Ainda em referência ao modelo de educação voltado para as atividades do lar, o estudo de Maria Aparecida Prazeres Sanches sobre o trabalho doméstico em Salvador fornece informações importantes a respeito da formação que as meninas, inclusive asiladas, recebiam nos primórdios do século XX. A discussão que ela faz interessa bastante na medida em que trata do currículo comumente aplicado na época, bem como os objetivos relacionados ao desenvolvimento de aptidões necessárias às moças direcionadas ao casamento ou ao trabalho, em muitos casos, ao serviço doméstico nas casas de famílias.¹⁶

Vale ressaltar que a educação feminina, com todas as suas noções comportamentais e todo o aparato ideológico que lhe permeava, não ficava restrita apenas às mulheres pobres, simples e órfãs. O fato é que a educação voltada para mulheres era edificada sobre princípios e regras impostas a todas elas, fossem desvalidas ou pertencentes às elites. No século XIX, mulheres como aquelas que constituíam a Associação Mães Protetoras, dando apoio ao Asilo Filhas de Ana, estavam submetidas ao mesmo processo de normatização de conduta. É claro com

¹² HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. “Tão Longo, Tão Perto. As meninas do Seminário”. In: STEPHANOV, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005, pp. 52-67.

¹³ MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

¹⁴ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução Elementar no Século XIX”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 135-150.

¹⁵ NÓBREGA, Paulo de. “Grupos Escolares: modernização do ensino e poder oligárquico”. In: DALLABRIDA, Noberto (org). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, pp. 253-280.

¹⁶ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Pannelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900-1950*. Dissertação de Mestrado em História / UFBA, Salvador, 1998.

acesso diferenciado a níveis de educação e instrução. Adriana Dantas Reis e Márcia Maria da Silva Barreiros Leite tecem discussões interessantes sobre o lugar que as mulheres de poder aquisitivo maior, ocupavam na sociedade do século XIX e início do século XX. As referidas autoras percebem, inclusive, o interesse da Igreja em motivar o elemento do sexo feminino à prática de obras assistencialistas, tendo em vista a tão difundida “natureza caridosa” da mulher.¹⁷ Esses estudos são de interesse porque evidenciam o fato dessas mulheres de elite terem cooperado na difusão dos modelos pré-estabelecidos para o feminino, ao mesmo tempo, em que elas próprias eram alvos dos mesmos modelos.¹⁸ Além disso, havia toda uma implicação religiosa envolta nessas experiências tão bem explicitadas nos trabalhos das historiadoras acima mencionadas.

As referências bibliográficas aqui elencadas demonstram o que de fato quer dizer pesquisa do universo, ou melhor, dos universos femininos envoltos nas mais variadas questões que permeiam a história. Trata-se do estudo sobre o feminino que em muitos casos leva em conta as problemáticas relacionadas ao exercício do poder na sociedade e aos direcionamentos que o mesmo recebe na prática do cotidiano.

Considerando que, os poderes como diz Foucault, estão inseridos na dinâmica das vastas relações em espaços para além do político, eles também estão presentes no interior dos lares. Não é difícil perceber que existem condicionamentos sociais que quando aplicados colocam homens e mulheres em papéis específicos. E no processo de dominação há sempre um sentido, ou seja, um ponto de partida e de chegada do poder. Portanto, coloca-se a questão: De onde ele emana e quem será subjugado por ele.

Michel Foucault vê o cotidiano como espaço de contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares. E é bastante interessante a relação que ele faz do poder com o saber, considerando que este último possibilitava a difusão do primeiro.¹⁹ Isso ajuda a entender a necessidade que a Igreja e as elites baianas do século XIX tinham de através das práticas pedagógicas obterem o controle sobre os grupos subalternos. Assim, a educação e o saber eram as armas que delimitavam e mantinham os poderes institucionais e políticos assegurados e, também, conferiam a nível cultural a hegemonia ao homem.

¹⁷ REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições do comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado / FCJA, Centro de Estudos Baianos da UFBA, Salvador, 2000.

¹⁸ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado / UFBA, Salvador, 1997.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Todavia por ter o poder um caráter múltiplo e transitório, nem sempre pode ser avaliado como uma prática exclusiva de certos indivíduos ou grupos dominantes, mesmo porque, ele sempre estabelece relações que podem ser tanto do alto para baixo, como de baixo para cima.²⁰ É dessa forma que ao estudar a normatização da conduta feminina, não descarto a possibilidade de em meios às regras que eram impostas às mulheres, terem existido a resistência e a elaboração de mecanismos para burlar tais regras. Entendo que mesmo no interior do lar, ou dos asilos, ou em associações femininas de caráter moralista, as mulheres conseguiram galgar certa medida de visibilidade e exercer também formas de poder que não as institucionais.

É possível perceber a influência feminina sobre seu tempo mediante um outro aparato teórico. Agora me refiro ao conceito thompsonian de experiência. E. P. Thompson considerou a experiência a solução prática para analisar comportamentos, condutas e costumes na sua relação com culturas específicas. Estudando o operariado inglês ele avaliou que a consciência de classe não havia sido determinada, mas passou a existir mediante as experiências vividas pelos trabalhadores. Para o historiador inglês, essa consciência é um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras num constante fazer-se; ela é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais. Analisando o discurso do trabalhador, ele percebeu ainda como o mesmo se apropriou de elementos do discurso da burguesia, ressignificando-os conforme seus interesses. Esse discurso da classe operária cresceu através de instituições como clubes, jornais e sindicatos. Como se pode então deduzir, a consciência de classe não surgiu meramente por causa da exploração do patrão sobre o operário, mas ela já estava sendo gestada por meio das tradições daqueles trabalhadores, de suas práticas diárias, por fim, de suas vivências ou experiências.²¹

Nessa perspectiva compreendo que em plena passagem do século XIX para o XX não havia ainda se concretizado uma consciência feminista ou consciência de gênero, propriamente dita, mas lá já estavam os elementos que possibilitariam seu surgimento mais tarde. O movimento feminista contemporâneo tem seu débito com as mulheres que mesmo presas às amarras convencionais de seus tempos, conseguiram reunir formas de atuarem em sociedade e criar vínculos de solidariedade entre si. Tudo isso é possível de ser verificado através do resgate de suas experiências, ou seja, do que

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

²¹ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglês: I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

produziram, do modo como viveram e como aceitaram ou não os discursos normatizadores.

Não apenas a história das mulheres e as considerações sobre gênero têm muito que revelar e acrescentar às pesquisas históricas, mas há também de se levar em conta nesse trabalho em específico, as análises sobre a história da infância. As órfãs que estudo são meninas ou crianças, o que hoje se classificaria como menores abandonadas. Trata-se de uma confirmação para o que Phillipe Ariès diz sobre a infância não ser algo nem natural e nem universal. Ou seja, as meninas asiladas, cada uma delas constitui sua própria história, sua identidade e por isso mesmo estudá-las não pode ser visto como uma tarefa menor ou mais simples.

A relevância desse trabalho encontra-se nas possibilidades que ele abre para a compreensão das vastas identidades femininas, suas experiências enquanto sujeitos históricos e da disseminação e sentido do poder em sociedade. Trata-se de mais uma contribuição para os estudos de gênero e, também, para a história da infância abandonada. Além do que essa é uma pesquisa de caráter inédito, haja vista que ao Asilo Filhas de Ana já foram feitas algumas referências sem que ainda tenha se produzido uma obra de cunho acadêmico sobre a instituição até o momento em que iniciei minhas pesquisas.

CAPÍTULO 1 - A PRÁTICA DA FILANTROPIA E DO ASSISTENCIALISMO

Na Grécia Antiga, Aristóteles e os estoicos definiam filantropia como amizade ao homem, uma espécie de vínculo natural. Platão entendia filantropia sob três aspectos: saudação, ajuda e hospitalidade. A ajuda ao outro nasceu no interior da sociedade civil e foi historicamente referendada pela Igreja Católica que atrelou a caridade e o amor ao próximo às práticas comuns de conduta moral.

Na Idade Média, a vida nos feudos requeria dos habitantes atitudes de ajuda mútua. Com o advento do capitalismo, anunciou-se a existência daqueles relegados do processo produtivo, a tais restava a caridade, a benemerência e filantropia como respostas às suas indigências. Mais tarde, durante o Estado Moderno na Alemanha do século XIX, Otto Von Bismarck introduziu para o estado o papel de provedor de necessidades de reprodução social. No Brasil, desde o século XVIII, a filantropia e assistência social associavam-se às práticas de caridade.²²

Assistir a alguém consiste em lhe prestar auxílio ou socorro, fornecer ajuda. Tal empreendimento pode ser efetuado por órgãos públicos, bem como por associações sem fins lucrativos, ou mesmo por particulares que assim o queiram fazer. É exatamente na motivação altruísta e humanitária que se coloca por detrás das obras prestadas que se expressa o sentido do termo filantropia.

A prática da caridade ou serviço ao próximo foi incentivada pela Igreja Católica desde a sua formação. A admoestação era a de amar o próximo como a si mesmo, vir em favor das viúvas e dos órfãos, protegendo-os. Esse era um dos deveres que cada cristão, segundo as Escrituras Gregas Cristãs, deveria seguir de perto. “A forma de adoração que é pura e imaculada do ponto de vista de nosso Deus e Pai é esta: cuidar dos órfãos das viúvas na sua tribulação, e manter-se sem mancha do mundo.”²³

Os preceitos religiosos, portanto, tendiam a fomentar uma consciência sensível às necessidades daqueles que se encontrassem desfavorecidos pela vida. Na compreensão de que órfãos e viúvas estariam sozinhos, relegados a própria sorte, vulneráveis e desafortunados, estava implícito o quanto um amparo, tanto espiritual

²² MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

²³ Tiago (Capítulo 1, Versículo 27) In: *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas*. Tradução da versão inglesa de 1984. São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1986. p. 1189.

quanto material, fazia-se premente. O apelo para o exercício da filantropia nada mais era do que uma chamada para uma iniciativa pessoal, para a colaboração do homem com o seu semelhante, rendendo-lhe no sentido mais pleno afeição e amor. Desconsiderar tal exortação incorreria em pecado contra Deus e falta de compaixão para com o próximo.

É importante lembrar que, na prática da filantropia, estavam articulados para além dos valores morais, interesses na manutenção de uma dada ordem social. Assistir aos necessitados implicava em acionar mecanismos que coibissem qualquer degeneração da sociedade, era reconhecidamente uma tentativa de resguardar sua estrutura, evitando a decadência que poderia acontecer facilmente, caso as pessoas dignas de atenção ficassem desassistidas.

Os cuidados e amparo inicialmente foram direcionados às mulheres, com base no entendimento da fragilidade da natureza feminina ante o pecado e, na vulnerabilidade que a Igreja constantemente associava à figura feminina. Tomando como base o exemplo de Eva, que teria sucumbido ao pecado e ainda induzido o seu companheiro ao mesmo, ficava tácito a importância de prestar-lhe uma assistência especial. Dessa forma, viúvas, mulheres que haviam dado passos incertos, aquelas que estivessem longe de seus maridos, virgens que aguardavam futuros casamentos e, evidentemente, aquelas que objetivassem uma vida contemplativa na condição de freiras ou reclusas, deveriam ser atendidas por instituições filantrópicas.

Os Asilos e recolhimentos femininos, por muito tempo, adequaram-se a uma espécie de zelo por mulheres oriundas das classes sociais mais abastadas, pois serviam para abrigá-las em especial nos casos em que a moral estava em jogo: para afugentar falatórios, para protegê-las das investidas indesejáveis do sexo oposto e evitar uniões para aquelas que almejassem vidas sacras. Dentro dessas prerrogativas, encontravam-se, em muitos casos, mulheres de famílias de posses, tendo em vista até mesmo o fato de que, em alguns asilos, ficavam claramente postas as questões referentes à hierarquia social na função e espaços ocupados pelas mulheres em seu interior.

Com o tempo as funções dessas casas foram sendo ampliadas. O projeto inicial de abrigar seres do sexo feminino por questões principalmente morais e religiosas, aos poucos, foi sendo estendido para atender aos materialmente necessitados: pobres, órfãos e doentes. Daí porque a ideia que segue nesse capítulo é a de considerar a prática do assistencialismo e da filantropia levando em conta essas duas vertentes, isto é, o cuidado direcionado a mulheres e o cuidado a órfãos e crianças abandonadas, em especial as do

sexo feminino. Obras essas caritativas que em absoluto não se excluía, tendo até ocorrido em alguns casos em espaços e tempos concomitantes, entretanto com características próprias.

1.1 Assistindo às mulheres

A ocorrência de obras filantrópicas e assistencialistas dedicadas ao cuidado das mulheres em recolhimentos e conventos remonta muitos séculos na história da humanidade. Leila Mezan Algranti remete à Antiguidade a prática de reunião de mulheres em conventos, quer para se dedicarem à vida sacralizada, quer para realizarem obras de caridade e, ainda, as duas tarefas juntas. Esta organização persistiu, atravessando a chamada Idade Média e a desestruturação do mundo feudal, chegando à época moderna, quando surgem estabelecimentos assistenciais destinados a sustentar e proteger órfãs, mulheres pobres e decaídas. O Estado tendeu a assumir conjuntamente com os religiosos as tarefas de assistência.²⁴

Georges Duby nos fala sobre as experiências de mulheres pertencentes à classe dominante, na França, as chamadas damas do século XII. Mulheres como Leonor, herdeira do ducado da Aquitânia; Heloisa, da alta aristocracia da Île-de-France; Juette e Isolda, ambas também provenientes de famílias ricas, eram damas que tinham em comum a condição de submissão social, embora, algumas delas tivessem expressado atos de autonomia.²⁵

O ideal montado pela Igreja para a mulher envolvia sua renúncia ao prazer e aceitação de uma condição de inferioridade em relação ao homem, o que, na prática, a afastaria quase que completamente da esfera social ou pública. É daí que a reclusão é vista como necessária para zelar pela castidade e controle sobre o corpo feminino, entendido como fonte do desejo, sensualidade e pecado. À mulher associava-se a figura de Eva, aquela que transgrediu por querer prevalecer sobre o seu esposo: “essa vontade de comandar constitui o segundo pecado de Eva, pois ela pecou duplamente, isto é, contra Deus e contra o homem. Também foi duplamente punida, não apenas como Adão, pela dor física, mas pela sujeição ao poder masculino.”²⁶ No meio do caminho, estava a imagem de outra mulher pecadora, Maria Madalena, mas eis que no outro

²⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

²⁵ DUBY, Georges. *As Damas do Século XII. Heloisa, Leonor, Isolda e muitas outras*. Lisboa: Teorema, 1995.

²⁶ Idem. *Eva e os Padres: damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 56.

extremo estava a Virgem Maria acenando para a salvação. Era então apresentada para a mulher a possibilidade de redenção, como que caminhando a partir da representação de Eva, tal como Madalena, passando da condição de danosa para a de santa. Como ela trilharia esse caminho? Só havia duas maneiras: o casamento ou a vida sacra como freira. Somente assim os impulsos nocivos seriam contidos. No primeiro caso mediante a tutela e rédeas do marido e, no segundo, através de uma entrega total ao Senhor. De qualquer forma era imprescindível que a mulher obedecesse a alguém que deveria ser visto como seu superior. Que espaço seria mais apropriado para ensinar-lhes todos os preceitos e regras de moral e submissão senão os asilos, conventos, recolhimentos ou mosteiros? Lá além dos aprendizados, havia a proteção contra uma vida desregrada no convívio com o mundo.

No século XII, nos países europeus, os asilos ou conventos abrigavam damas ou mulheres bem nascidas, de famílias abastadas. As virgens poderiam de lá sair casadas honrosamente no tempo devido, normalmente depois dos treze anos. As viúvas também achavam na reclusão a tranquilidade de não terem que se submeterem a um outro matrimônio. As mulheres de certa idade poderiam usar sua maturidade para melhor socorrer a doentes como os leprosos.

No século XII, os padres e guerreiros esperavam da dama que, depois de ter sido filha dócil, esposa clemente, mãe fecunda, ela fornecesse em sua velhice, pelo fervor de sua piedade e pelo rigor de suas renúncias, algum bafio de santidade à casa que a acolhera.²⁷

E mesmo no caso daquelas mulheres que tivessem dado um passo em falso, tendo-se deixado levar pelos apelos da carne e que, por fim, tivessem perdido sua donzelice, haveriam de ser acolhidas na reclusão contanto que tais decaídas se mostrassem castas mesmo não sendo mais virgens. Todavia, embora necessários, os conventos de religiosas ainda eram muito raros no começo do século XII, somente na segunda metade do mesmo é que mais espaços surgem para reunir mulheres. Duby chama-os de novos instrumentos de redenção coletiva. Tratava-se de encerramentos forjados pelas elites prósperas.

A ideia trazida pela Reforma Religiosa era a de que competia aos grupos de caridade zelar pelos princípios morais, preservação dos bons costumes e da castidade

²⁷ DUBY, Georges. *Damas do Século XII: a lembrança dos ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 155.

feminina – expressões marcantes do processo de laicização da cultura e do individualismo característico da Idade Moderna.

As primeiras instituições de encerramento dos pobres surgiram no século XVI na Inglaterra. No século XVIII, tornou-se comum, por toda a Europa, a prática de pôr os pobres em casas de internamento ou trabalho. Em 1656, foi fundado o hospital geral para alojar e alimentar os que para lá fossem encaminhados ou se apresentassem. Os conventos e mosteiros, tão peculiares a Idade Média, continuavam na Idade Moderna a socorrer pessoas necessitadas. Muitos conventos abrigavam viúvas, filhas de vítimas de peste, jovens decaídas que desejavam habilitar-se do pecado e, também, recebiam meninas de famílias pobres para conduzi-las para uma vida honrosa e até um possível matrimônio. Ainda, segundo Leila Mezan, existiam três pilastras fundamentais que acompanhavam o caráter protetor dos abrigos e conventos: honra, educação e devoção.

Segundo Kátia Mattoso, no Brasil, durante o período colonial, tanto homens como mulheres, de fato, poderiam ingressar na vida monástica entrando em conventos das ordens estabelecidas aqui desde o século XVI. Para os homens, os incentivos sempre foram bem maiores do que para as mulheres, tendo em vista que o celibato feminino contrariava os planos de povoamento da Coroa, uma vez que o número de mulheres brancas era pequeno. Por isso mesmo havia apenas alguns mosteiros nessa fase.

As primeiras fundações de casas de reclusão femininas – religiosas e leigas – surgiram nas capitânicas do Sudeste, no período do final do século XVII e meados do século XVIII. O Convento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, foi o primeiro convento carmelita no Brasil. Na Bahia, em vinte e um de janeiro de 1664, foi fundado o Mosteiro do Desterro que, neste caso, objetivava preparar as enclausuradas para a vida contemplativa, recebendo apenas mulheres brancas e ricas.

Na Bahia, mosteiros como Mercês (1735), Soledade (1739) e Conceição da Lapa (1744), surgiram como recolhimentos da iniciativa de mulheres religiosas e de classe média. Nestes espaços de reclusão passaram viúvas, órfãs, ex-prostitutas, mulheres que faziam votos particulares, aquelas que usavam hábito, esposas maltratadas, suspeitas de adultério...

A primeira metade do século XVIII foi o momento de grande expansão das ordens religiosas, que depois se viram castradas pelo Marquês de Pombal, entre 1754 e 1774. Entretanto, muitas ordens resistiram, e, no século XIX, outras chegaram como a ordem das irmãs de São Vicente de Paula que exercia suas atividades junto aos doentes

e mulheres jovens da capital baiana. Estas irmãs fundaram o colégio Nossa Senhora dos Anjos, em 1853, e, no ano seguinte, a Casa da Providência que acolheu 18 internas órfãs e 70 alunas externas em cursos gratuitos.²⁸

As Santas Casas de Misericórdia também exerceram um notável papel na promoção do assistencialismo e difusão da caridade no Brasil. Segundo Russel-Wood, a Santa Casa teve origem em Portugal. Começou com a consagração da Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia em Lisboa, em quinze de agosto de 1498. Fundada por leigos e padres trinitários, a Santa Casa objetivava auxiliar espiritual e materialmente os necessitados. A instituição caritativa estendeu-se a todo o mundo colonizado pelos portugueses.

O galardão pela fundação da primeira Misericórdia no Brasil é conferido pelos historiadores à Irmandade de Santos, fundada por Brás Cubas no ano de 1543. De todas as filiais que se instalaram em solo brasileiro, a mais importante foi a da Bahia em 1552.²⁹ Em 1560, a Misericórdia baiana conseguiu adquirir uma posição de importância social efetiva. Barões do açúcar, homens de negócios e comerciantes tornaram-se benfeitores reconhecidos, compondo as listas de testadores à casa.

A Irmandade da Misericórdia mantinha um hospital - o único hospital geral da Bahia nos séculos XVII e XVIII - que proporcionava assistência médica a todos os indivíduos independente de cor, etnia, classe social, gênero ou credo religioso, além da Roda dos Expostos e do retiro ou recolhimento. Segundo Márcia Barreiros, em “*Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador*”, o recolhimento era de caráter essencialmente assistencialista, não tendo a pretensão de transformar-se em convento nem fazer noviças; tratava-se de uma casa para meninas que seriam preparadas para o casamento. Caso houvesse espaço disponível, podiam acolher também outras mulheres que, através do pagamento de porções (pensões), desfrutariam dos mesmos benefícios que as outras educandas.³⁰

Inicialmente o Recolhimento da Misericórdia em Salvador se destinava a jovens de famílias de classe média, casadouras e órfãs de pai ou mãe. Entretanto, mais tarde,

²⁸ MATTOSO, Kátia. *Bahia, Século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

²⁹ As filiais da Misericórdia de Portugal no Brasil apontadas por Russel-Wood em *Fidalgos e Filantropos* foram além das de Santos e a da Bahia. Havia as de São Paulo e Porto Seguro no fim do século XVI; Sergipe e Paraíba em 1604; Itamaracá em 1611; Belém em 1619; Igarassu, em 1629; o Recolhimento do Rio de Janeiro fundado em 1739... Em 1967, já havia 326 filiais da Misericórdia no Brasil.

³⁰ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador-BA, 1997.

passou a abrigar também porcionistas, viúvas ou solteiras de boa reputação que pagassem seu alojamento e alimentação. Abrigou também mulheres cujos maridos estivessem ausentes da Bahia; sendo estas mesmas mulheres brancas e cristãs velhas.

Todavia, o século XIX foi um período de reformas drásticas em todos os serviços sociais da irmandade. A Igreja via como de fundamental importância o acolhimento de mulheres, não simplesmente com o fim de atender as conveniências da elite, mas pelo objetivo de assistir àquelas que, dada a sua condição de pobreza e desamparo, poderiam cair facilmente nos laços da prostituição e relações escusas: “A Misericórdia praticava a filantropia social mantendo um hospital, uma casa de retiro e uma roda de expostos para os enjeitados. Também assistia os prisioneiros e distribuía a esmola aos necessitados”.³¹ Portanto, nessa época, as atenções das filiais da Santa Casa no Brasil estavam mais do que nunca voltadas para a caridade propriamente dita. A prioridade era o amparo para todos aqueles que de fato estivessem necessitados.

Embora em muitas circunstâncias as instituições filantrópicas como os asilos e recolhimentos também recebessem crianças do sexo feminino para prover-lhes o sustento e formação para a vida, durante algum tempo no Brasil elas tenham se direcionado para o atendimento de mulheres adultas, algumas até mesmo casadas e outras viúvas. E, ainda nesses casos, as mulheres em geral eram ricas e brancas. Estava evidente assim certa diferenciação nas atividades assistencialistas. Parece provável que tenha ocorrido toda uma preocupação em circunscrever moças ou mulheres já vividas num espaço que a umas proporcionasse bons casamentos e a outras a simples possibilidade da reclusão. Entendendo a sociedade da época como tendo sido fortemente marcada pela preservação da honra feminina, há de se perceber quão necessárias se faziam instituições assim, que, antes de mais nada, zelassem pela “boa moral” da mulher.

É preciso também perceber que na emergência do século XX, o Brasil republicano e toda aquela atmosfera de modernização vigente corroboravam para que transformações no sistema assistencialista ocorressem. Fazia parte do intento político da época o alargamento das funções de instituições como asilos, abrigos ou recolhimentos. As circunstâncias de pobreza, miséria e abandono de tantas pessoas, principalmente crianças que seriam mais tarde os cidadãos brasileiros, constituíam-se em reais empecilhos para que o país rumasse em direção a pretensa civilização, a exemplo das

³¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 127.

nações europeias. Desse modo, o uso de asilos apenas para o abrigo de freiras ou mulheres de elevado poder aquisitivo, geralmente brancas, não estava mais atendendo às prerrogativas sociais, econômicas ou mesmo políticas do Brasil. A ampliação dos espaços filantrópicos para o acolhimento de sujeitos não só física e espiritual, mas materialmente necessitados, o que envolveria muito provavelmente negros e mestiços, apontava para as novas adequações pelas quais tais instituições assistencialistas passariam.

1.2 Crianças abandonadas ou desvalidas no Brasil durante o século XIX

A Igreja, as autoridades e, por fim, todo o corpo social brasileiro do século XIX via na disciplina feminina o meio de prevenir muito do que se entendia por imoralidades e degradações da vida familiar. Notava-se na mulher certa predisposição ao pecado e uma capacidade de desvirtuar o sexo masculino. Por isso, percebia-se como necessária a oferta de recolhimentos, asilos, cuidados e proteção para mulheres adultas. O mesmo valia para o caso das crianças do sexo feminino, só que, no caso destas últimas, a iniciativa passou a ser mais intensificada na medida em que se percebia que normatizar crianças seria ainda mais promissor.

Entendendo a infância como um período especial de desenvolvimento do indivíduo no qual se exige uma proteção e cuidados específicos por parte dos adultos, é que se pensou e organizou na Bahia instituições de amparo a infância pobre, em especial às meninas³², levando-se em conta, porém, que as casas, para tal fim, não eram exatamente de iniciativa governamental.

Um conjunto de fatores influenciou a formação de instituições destinadas a suprir proteção à infância. Havia de fato, um sentimento de infância como o momento ou fase da vida de um ser humano, que exatamente por ter caráter muito inicial e relacionado com a inexperiência, requeria atenção especial e, se fosse essa criança do sexo feminino, atenção redobrada. Esse sentimento veio a ser reforçado com as medidas médico-higienistas que já se anunciavam no século XIX. Ainda outro fator era o

³² Segundo Russel-Wood (1981), o primeiro abrigo para crianças abandonadas na Europa, que em sua maioria eram meninas, foi fundado em Milão em 787 por um padre chamado Datheus. O exemplo foi imitado por outras cidades europeias. Em 1321, a rainha D. Isabel fundou o Hospital de Santa Maria dos Inocentes para os enjeitados.

desconforto social e religioso que a existência de tantas crianças abandonadas pelas cidades e a comum prática de infanticídio e abortos causavam.

Evidentemente havia, em especial por parte das autoridades, uma preocupação com a marginalização, prostituição e criminalidade que poderiam advir de uma juventude abandonada e entregue à própria sorte. Portanto, de modo geral, era de interesse da sociedade: educar, corrigir, disciplinar e manter sob controle crianças pobres para torná-las cidadãs úteis num futuro próximo.

Nos fins do século XIX, as crianças abandonadas eram chamadas de expostos ou enjeitadas. Os locais mais comuns do abandono eram em Igrejas, conventos e depois as rodas dos expostos.³³ Antes da formação das rodas dos expostos aqui no Brasil, muitas crianças eram deixadas ao relento, em terrenos baldios, em portas de casas, enfim, sujeitas ao ataque de animais e às condições climáticas. Os motivos eram variados: mães que enfrentavam dificuldades de manter seus filhos e que viam a roda dos expostos como último recurso; mães escravas que achavam que, abandonando seus filhos na roda, estavam livrando-os de terem os mesmos destinos que elas; e, ainda, outras abandonavam seus filhos na tentativa de encobrir transgressões sexuais cometidas.

As rodas dos expostos eram anexadas às Santas Casas de Misericórdia. Esse sistema já existia desde a Europa Medieval. No Brasil, elas existiram a partir da fase colonial, tendo resistido até mesmo depois da República. A roda, como assistência caritativa que era, conservava um caráter missionário, de modo que a primeira preocupação para com a criança exposta era providencia-lhe o batismo.

Durante o período colonial, foram implantadas três rodas de expostos no Brasil: a primeira em Salvador, outra no Rio de Janeiro e a última em Recife - todas no século XVIII. Antes da roda, as crianças abandonadas deveriam ser assistidas pelas Câmaras Municipais, mas, na prática, raramente as municipalidades assumiam a responsabilidade por seus pequenos abandonados. Sendo assim, as Santas Casas de Misericórdia, que, normalmente, tinham as rodas dos expostos como apêndices, acabaram assumindo uma função assistencialista a serviço do Estado, já que as Câmaras, ao invés de providenciarem os cuidados aos órfãos, recorriam às Santas Casas. Inclusive, as

³³ O nome da roda origina-se do dispositivo onde se colocavam os bebês enjeitados. O dispositivo era cilíndrico, dividido ao meio e fixado no muro ou janela da instituição. Uma vez colocada a criança, o dispositivo era girado e ela logo estava do outro lado do muro. Esses cilindros rotatórios de madeira vinham dos átrios ou vestíbulos de mosteiros e conventos medievais. Tinham a finalidade de evitar o contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior. A partir daí muitas pessoas começaram a fazer uso dos cilindros para abandonar crianças.

crianças que, a princípio chegavam às Câmaras, já teriam que enfrentar a discriminação racial para receberem algum benefício.

Segundo Laura de Mello e Souza, as leis da época proibiam discriminação racial no exercício da caridade camerária ou no das Misericórdias, mas as matrículas feitas pelas Câmaras declaravam que, se o enjeitadinho fosse mulato e não branco, ficava encarregado de repor tudo o que tivesse recebido por conta de sua criação.³⁴ Assim, é bem provável que tenha existido, por muito tempo, uma preferência pelo acolhimento de crianças brancas. Uma problemática que ficaria ainda mais delicada depois de 1888, com a Abolição, e o conseqüente aumento de crianças negras e mestiças nas cidades sob condições de pobreza e abandono.

O século XIX assistiu à criação de diversas rodas. Em Pernambuco, foi instalada uma segunda roda aberta especificamente no Hospital de Misericórdia de Olinda. No Rio de Janeiro, também se formou uma segunda roda em Campos. Em Santa Catarina, foi criada uma em 1828. Em 1833 foi fundada a roda de Mato Grosso na cidade de Cuiabá.³⁵

Nas Santas Casas de Misericórdia, as crianças deveriam receber os cuidados necessários para que sua integridade física fosse resguardada, entretanto, naquela época, a mortalidade infantil era considerada elevada, mesmo entre as acolhidas nas rodas. Elas estavam sujeitas às epidemias como disenteria bacilar ou varíola que afetavam profundamente a população dos recém-nascidos até dois anos. Também a qualidade da água que abastecia a população era, especialmente no verão, considerada de fácil contaminação e, até mesmo, insalubre. Outro dado relevante sobre essa questão era a condição das amas-de-leite, mulheres negras escravas ou ex-escravas que eram usadas para amamentar as crianças recém-nascidas abandonadas nas rodas. No geral, elas desconheciam ou tinham dificuldades em adaptar-se aos preceitos da puericultura divulgados a partir do século XIX. Havia assim um descaso com a assepsia no tratamento das crianças. Ainda, a forma como as crianças eram acondicionadas nas Santas Casas também favorecia o crescimento de doenças e, conseqüentemente, da mortalidade infantil. “A aglomeração de recém-nascidos e crianças nas mesmas salas,

³⁴ NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁵ MARCÍLIO, M. L. “A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950)”. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 53-79.

freqüentemente sem o arejamento adequado, propiciava o agravamento de todas as demais condições de intensificação da mortalidade infantil.”³⁶

Contudo, as Santas Casas foram, por muito tempo, as grandes acolhedoras de crianças desvalidas no Brasil, prestando serviço social, mesmo que deficiente, a diversas comunidades que sofriam as consequências da omissão dos governos em providenciar, na prática, o atendimento à orfandade. Como as Câmaras se restringiam a encaminhar crianças para as Santas Casas, estavam estas últimas inegavelmente conclamadas ao crescimento tacitamente necessário.

No contexto de expansão das Casas de Misericórdia na América portuguesa, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira em vinte de abril de 1826 (Foto 1), que passou a manter em 1859 o Lar dos Expostos.³⁷ Lá eram acolhidas crianças abandonadas por suas mães na porta do Hospital ou na enfermaria, sendo estas reconhecidas na época como “enjeitadas”. Desse modo, a Irmandade agregava religiosidade com o cuidado aos enfermos através do hospital e aos necessitados mediante o assistencialismo. A caridade, o cuidado ao próximo e a misericórdia para com os que sofriam eram tidos como símbolo de fé e amor a Deus. Sendo assim, instituições como as Santas Casas promoviam a filantropia sempre com o apoio da comunidade católica que, inclusive, era simpática à formação e à manutenção de recolhimentos femininos: “com relação aos expostos de sexo feminino, quando atingiam a maioridade, e se casava, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, além de custear as despesas do enxoval, dava um dote no ato do casamento.”³⁸

O termo de Compromisso da Santa Casa cachoeirana, em seu primeiro artigo, demonstra os propósitos da instituição:

- § 1º Curar os enfermos necessitados.
- § 2º Socorrer os pobres encarcerados.
- § 3º Criar os expostos ou meninas abandonadas.
- § 4º Dar Asylo à donzellas orphans e desamparadas.³⁹

³⁶ LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. “O Óbvio e o contraditório da roda”. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da Criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996, p. 109.

³⁷ Segundo o Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira apresentado em 21/09/1890, mediante a resolução de 20/04/1826, o hospital de S. João de Deus foi elevado à categoria de Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira.

³⁸ MELLO, Francisco José. *História da Cidade da Cachoeira*. Salvador: Editora Radami, 2001, p. 127.

³⁹ Termo de Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade da Cachoeira, de 12/04/1853. Cachoeira: Typographia d’A Ordem, 1874, p. 05.

No final do século XIX, o provedor da casa, o Dr. Aristides Augusto Milton, em constantes relatórios, menciona o importante papel que a irmandade exercia ao acolher os abandonados e educá-los. O Dr. Milton se queixava ainda da ausência de espaços como asilos que pudessem receber aquelas crianças.

Preocupa-me insistentemente a idéia de crear um asylo, anexo á Misericórdia; no qual possamos recolher, e garantir educação conveniente, tanto as crianças, que são expostas, quanto a outras que, por força de circunstancias, ficam desamparadas nas enfermarias: pois estas não são seguramente a melhor escola para o espírito, nem o crisol mais perfeito para o coração.⁴⁰

A cidade de Cachoeira contou, por muito tempo, com a ajuda da Santa Casa para o cuidado de crianças desamparadas, mesmo não podendo dispor de um recolhimento propriamente capaz de atender às necessidades existentes, a Santa Casa colaborava. O Hospital e o Retiro ou Lar dos Expostos, que ocupavam um espaço anexo à Igreja, faziam sofrivelmente o papel de asilo.

Fazendo um estudo muito interessante sobre o serviço social no Brasil, Maria Esolina Pinheiro aponta para as sociedades leigas e religiosas como tendo desenvolvido numerosas redes de assistência maternal e infantil. Com o passar do tempo essas obras tendiam a se perpetuar: “no império as casas de recolhimento infantil, orfanatos e demais estabelecimentos congêneres, foram se multiplicando pelo país”.⁴¹

Asilos e orfanatos exclusivamente para meninas órfãs e/ou pobres foram fundados em Salvador apenas no século XIX. O pioneiro foi o Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus. Em 1854, instalou-se o Colégio Nossa Senhora dos Anjos fundado pela Sociedade São Vicente de Paulo. Esse colégio era regido pelas Irmãs de Caridade. Ainda em 1854 foi criada a Confraria das Senhoras de Caridade que fundou o Colégio da Providência. Houve também o colégio Nossa Senhora do Sallette em 1859, o Asilo Conde Pereira Marinho, em 1895, e, em 1899, as freiras Ursulinas abriram a Escola Santa Ângela para educar crianças pobres. Excetuando Salvador, ocorreu a fundação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, em 1879, em Feira de Santana, e o Asilo Filhas de Ana, em 1891, na cidade de Cachoeira.⁴²

⁴⁰ MILTON, Aristides Augusto. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia d’A Ordem, 21/09/1890, p. 21-22.

⁴¹ PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço Social. Documento histórico. Infância e juventude desvalidas*. São Paulo: Cortez, 1985, p. 173.

⁴² CHAVES, Antônio Marcos *et al.* “Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX”. In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, num. esp.; 2003, p. 85-95.

Portanto, foi somente no final do século XIX que Cachoeira pôde então contar com um asilo de fato. Para lá iam meninas carentes não apenas do próprio município, mas também de localidades próximas. Algumas das menores que na época estavam sob os cuidados da Santa Casa foram encaminhadas, a partir de 1891, para o asilo denominado Filhas de Ana.

A meza administrativa recebeu convite para assistir á inauguração do asylo, que sob o nome de Filhas de Anna, e por iniciativa do cidadão Antônio Carlos da Trindade Mello, foi instalado n'esta cidade a 27 de setembro proximo passado...

Já tive ensejo de vos affirmar que, se outras fossem as circunstancias da Santa Casa, eu haveria tomado a dianteira de tão notável empreendimento, cuja utilidade por si mesma se impõe.⁴³

As meninas acolhidas tanto no Asilo Filhas de Ana como nas demais casas de caridade espalhadas pelo Brasil, de modo geral, eram recebidas para que usufríssem de amparo, proteção e educação gratuita. Eram elas órfãs de pai e mãe, fator por sinal muito comum por volta de 1856 quando houve uma epidemia de cólera na Bahia, tendo dizimado muitos. Podiam ser ainda órfãs apenas de pai, tendo suas mães viúvas pouco ou nenhum recurso para criá-las. Também há de se levar em conta que, na segunda metade do século XIX, muitos homens morreram na guerra do Paraguai e, nesse caso em específico, havia um empenho do governo estadual em providenciar abrigos para órfãos.

Havia ainda os casos daquelas que eram filhas de pais doentes ou muito pobres, frutos de relações questionáveis e filhas de escravos ou ex-escravos. Desde a Lei do Ventre Livre, de 1871, era concedida a liberdade a filhos e filhas de escravos que, a partir dos oito anos, eram retiradas das mães e colocadas em uma instituição de caridade.⁴⁴

Como disse, a proteção à infância, durante o século XIX, não fazia parte de um programa ou projeto específico do Estado da Bahia. O que ocorria era que o governo colaborava com subvenções às instituições de caridade, mas a questão acabava ficando a cargo das casas filantrópicas e da sociedade civil, daí a iniciativa e florescimento de significativo número de obras caritativas naquele momento. Faz-se notável também o

⁴³ Milton, Aristides Augusto. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia d'A Ordem, 29/11/1891, p.21.

⁴⁴ MATTOSO, Kátia de Queirós. "O filho da escrava". In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da Criança no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 76-97.

relato de que as instituições que se dedicavam ao acolhimento de crianças tenham historicamente padecido da carência de recursos. Apenas no século XX é que as autoridades legais passariam a enxergar o problema das crianças abandonadas como uma “questão social” no seu sentido mais concreto e que novas práticas seriam adotadas por médicos, policiais, educadores, juízes e assistentes sociais. Só então é que as crianças nessas circunstâncias passariam a ser encaradas no sentido jurídico, como menores.



CAPÍTULO 2 - O ASILO FILHAS DE ANA: crianças desvalidas em Cachoeira

A instituição filantrópica de nome Asilo Filhas de Ana foi fundada na cidade de Cachoeira, estado da Bahia, em 27 de setembro de 1891 sob os auspícios da Senhora Sant'Ana e da jurisdição da Arquidiocese. O Asilo tinha por divisa: Caridade, Trabalho e Moralidade. Segundo rezam seus próprios estatutos, a casa deveria abrigar órfãs e desvalidas, ou seja, meninas cujas famílias não dispunham de recursos para a sua manutenção e educação.⁴⁵ Dessa forma, em nada deixava a desejar no que diz respeito ao exercício daquilo que a Igreja dizia ser um dever cristão: contribuir na manutenção da “moral e dos bons costumes” na sociedade. No Relatório de 1902, lia-se: “e como poderemos nós alargar os benefícios do Asylo, desenvolver a instrução e guerrear em maior escala a prostituição, principal parte do nosso programma?”⁴⁶ Portanto, a normatização de conduta feminina estava explicitamente evidente como meta a ser alcançada pelo asilo.

Numa sociedade de tradicionalismo católico e de base patriarcal, a caridade caminhava de mãos dadas com a regulamentação da conduta apropriada às mulheres. As classes pobres e desprovidas de recursos financeiros eram vistas com certo temor pela sociedade. Os riscos apontados envolviam a marginalidade e, no caso específico, das mulheres, a prostituição. Uma obra assistencial como o Asilo Filhas de Ana já nascia com a missão imposta pelo seu meio social de livrar as meninas carentes dos vícios do pecado e do sofrimento causado pelo desamparo. Sob sua guarda estariam, em tese, livres da promiscuidade e resguardadas para um destino honroso e feliz.

O idealizador da instituição era um cidadão cachoeirano, o senhor Antônio Carlos da Trindade Mello, que convicto da necessidade da Instituição no atendimento à orfandade feminina da cidade, demonstrava disposição e ardor ao executar suas tarefas. Diante das dificuldades financeiras, parecia sempre buscar novos ânimos. “(...) que fazer, porém? Resignar-mos-nos e trabalhar sempre e sempre. Agora nada me fará desanimar, nem mesmo um incêndio”.⁴⁷ Seus empenhos convergiam no sentido de

⁴⁵ *Estatutos do Asylo Filhas de Anna da Cidade de Cachoeira*. Cachoeira: 14 de julho de 1925.

⁴⁶ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 08 de abril de 1902, p.17.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 09.

engrandecer o Asilo e torná-lo uma espécie de símbolo ou motivo de orgulho para a cidade e, ainda, um exemplo da caridade cristã, ideal, esse católico que era encarado por ele como ponto de referência, evidenciado pelas metas já mencionadas que se intencionava alcançar.

Quanto a seu funcionamento, a administração interna do Asilo estava a cargo do seu fundador, o Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello, que contava com o auxílio de uma diretora, professoras, um padre, um médico assistente, cobrador e procurador; além da ligação direta com a Associação das Mães Protetoras.

Eram admitidas somente meninas entre 6 e 11 anos de idade que não apresentassem defeitos físicos ou doenças contagiosas, o que já evidenciava em primeiro grau uma espécie de distinção ou processo seletivo na recepção às crianças. A seleção envolvia questões evidentemente relacionadas ao aspecto físico, visto que se pautava em categorias como sexo, idade, aparência saudável e padrões referentes ao que era considerado como normal. Na instituição, essas órfãs ou desvalidas recebiam acomodações, o sustento material, educação e o amparo espiritual. Somente abandonariam a casa quando se casassem ou estivessem aptas para assumir um emprego, ou ainda, se não conseguissem adaptar-se ao lugar ou se algum familiar aparecesse desejando sua saída.

Desde sua fundação, o Asilo Filhas de Ana, contou com o apoio e parceria de instituições e particulares que lhes foram muito valorosos na execução de suas tarefas. A cooperação ia desde prestação de serviços sem custo algum até os donativos financeiros. Segundo os relatórios, a casa recebia do governo do Estado da Bahia e das intendências de Cachoeira e São Félix (cidade vizinha) subvenções mensais. Dos cidadãos de renome da cidade como políticos, maçons e negociantes advinham constantes contribuições. A Sociedade Mães Protetoras, que reunia mulheres de elite da cidade interessadas em obras caritativas, contribuía regularmente para o asilo. Na verdade eram grandes colaboradoras, auxiliares que trabalhavam lado a lado com o fundador, Sr. Antônio Carlos, para a manutenção das meninas.

Havia ainda os subsídios provenientes da venda de trabalhos manuais executados pelas meninas internas. Entre os serviços prestados gratuitamente ao asilo, podem-se mencionar os atendimentos médicos dos doutores Júlio Pinho e Virgílio Reys e as publicações dos relatórios anuais através do periódico *A Ordem*. Os medicamentos eram fornecidos pelas farmácias Rabello, Esperança e Brazil. A aquisição de carnes e massas ocorria mediante abatimentos em seus valores. Além disso, algumas casas de

aluguéis estavam sob os cuidados do asilo. Havia também casos de testamentos deixados em nome da instituição que se somavam às suas rendas.

Dr. Julio Soares de Pinho, por ocasião do aniversário natalício de sua digna esposa, 50 \$ 000 (...) A exma. família de d. Joanna da Conceição Farias, pelo seu sentido falecimento, 55 \$ 000. (...) Outros muitos foram os donativos de menores quantias, offerecidos por almas caridosas...⁴⁸

Entretanto, apesar de todo o apoio recebido e dos meios que dispunha para custear a permanência das órfãs, os balanços finais das despesas ultrapassavam as receitas. Era comum que cada ano fosse fechado com um déficit considerável. A menção da crise econômica por que passava o país na virada do século XIX para o século XX é feita repetidamente nos relatórios. Esta mesma crise é apontada como principal motivo da insuficiência dos recursos materiais destinados às obras filantrópicas. Donativos eram feitos, ajudas eram dadas, serviços estavam sendo prestados, porém acreditava o Sr. Antônio Carlos que mais ainda poderia ter sido feito se as condições financeiras do país permitissem. Se os tempos não fossem conturbados.

Felizmente, apesar de todas as dificuldades, vencemos mais um anno, sem que as nossas protegidas soffressem privações de especie alguma. Continuamos a lutar com os terríveis effeitos da crise financeira, a qual não sei quando terminará, para que possamos proseguir com mais coragem na difficil jornada que encetamos.⁴⁹

O relatório referente ao ano de 1900 já havia informado que o Asilo dispunha de poucas reservas econômicas, que estava há oito meses sem receber as subvenções estaduais por conta da crise. Sendo assim, pareceu conveniente ao fundador da casa receber além das desvalidas, as pensionistas, ou seja, meninas que ainda tinham parentes vivos que ajudavam financeiramente na sua manutenção. No entanto, há de se considerar que o número dessas últimas era bastante pequeno, numa proporção de mais ou menos quinze desvalidas para três pensionistas ou porcionistas como também eram chamadas. Outra medida adotada no intuito de ampliar as rendas do asilo foi a criação do regime de externato. Através do mesmo, famílias consideradas distintas poderiam colocar suas filhas no Asilo com o objetivo de que desfrutassem da educação que era ministrada no recinto. As mensalidades que os pais pagariam iriam ajudar nas despesas:

⁴⁸ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 26 de abril de 1895, p. 17- 18.

⁴⁹ *Idem*. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 08 de abril de 1902, p. 3.

Como fim, porém de não sobrecarregar muito de trabalho a Directora, com prejuízo para o Asylo, ficou determinado que não excedesse de 20 o número de alumnas externas, isto mesmo até que o Asylo possa melhor remunerar a sua administração interna, quando não precisar lançar mão d'este meio.⁵⁰

Os objetivos e a dinâmica do Asilo de Cachoeira eram semelhantes aos do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, localizado em Feira de Santana, fundado em 25 de março de 1879 pelo padre Ovídio Alves de São Boaventura. Este asilo, assim como o Filhas de Ana, era reconhecido pelo exercício da caridade na proteção de órfãs, pela ajuda financeira (doações) que recebia e pela educação ministrada não apenas as desvalidas, mas também a alunas externas. Comentando sobre um passeio que as órfãs do Asilo Filhas de Ana fizeram à Feira de Santana, o Sr. Antônio Carlos relata a recepção que obtiveram no Asilo Nossa Senhora de Lourdes no ano de 1895: “as Asyladas de Lourdes offereceram às Filhas de Anna uma magnífica refeição de doces e fructas, obsequiando-as de modo louvável”.⁵¹

Os princípios norteadores da fundação de ambos os asilos eram os mesmos. Eles correspondiam à orientação de uma Igreja renovada e voltada para o social, com o princípio de que o modelo de mulher deveria estar calcado no exemplo de Maria. A formação moral e espiritual das órfãs asiladas se fundamentava na dimensão de três conceitos essenciais para tal objetivo: virgem, esposa e mãe.

O papel que a Sociedade Mães Protetoras executava em Cachoeira atrelada ao asilo pode ser comparado à presença das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula na sociedade feirense. Tendo sido fundada pelo padre Ovídio simultaneamente à criação do asilo Nossa Senhora de Lourdes, em 1879, a Associação das Senhoras de Caridade trabalhava também para fazer valer os objetivos do Asilo.

Segundo a pesquisa de Márcia Suely do Nascimento, o estatuto do Asilo propunha o amparo às órfãs de forma a “resguardá-las” da miséria, da vida nas ruas e, em especial, do perigo da prostituição.⁵² Desse modo, as semelhanças entre as duas instituições, Filhas de Ana e Nossa Senhora de Lourdes, não se limitavam apenas a proximidade geográfica e temporal, na verdade, ambas foram fundadas dentro das

⁵⁰ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 1901, p. 4-5.

⁵¹ Idem. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 30 de maio de 1896, p. 12.

⁵² NASCIMENTO, Márcia Suely Oliveira do. *Órfãs e Desvalidas: as meninas do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana, 1879-1920*. 2004. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, 2004.

mesmas divisas e comungando dos mesmos postulados. Logo, nota-se que os dois asilos tinham o mesmo papel social e estavam vulneráveis aos mesmos problemas do contexto político econômico da época. Por isso mesmo, os funcionamentos internos das duas casas podem ser notavelmente comparados, ressaltando que seguiam objetivos e padrões comuns.

O Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello esteve à frente do Asilo Filhas de Ana desde sua fundação, no ano de 1891, até o ano de 1905, quando o controle da casa passou às mãos das irmãs do Santíssimo Sacramento, ou simplesmente, sacramentinas, como são comumente chamadas. Segundo a obra “*Sacramentinas no Brasil*”, a Ordem do S.S. Sacramento é de origem francesa, fundada pelo padre Pierre Vigne, em 1715, com recomendações para o exercício da caridade, da vida culta, do silêncio e da oração. Por conta da perseguição religiosa advinda após a Revolução Francesa, algumas freiras procuraram estender seu ministério a outras partes do mundo.

Por sua iniciativa, Madre Sta. Emerenciana colabora na expansão da Igreja, para além das fronteiras da pátria francesa. Ela procura encontrar, em terras estrangeiras, as possibilidades quase destruídas ou diminuídas na França, de servir a Deus e ao próximo... E o Brasil aparece, em 1903 como a salvação para o presente e a esperança para o futuro.⁵³

Em 03 de abril de 1903, as irmãs sacramentinas chegaram a Salvador e, em 12 de abril do mesmo ano, já estavam em Feira de Santana tomando posse do Asilo Nossa Senhora de Lourdes. Ainda em 1903, instalaram-se no município de Nazaré-BA. Em Cachoeira, entretanto, a chegada foi um pouco mais tardia, em 02 de fevereiro de 1905, quando receberam a direção do Asilo Filhas de Ana. Com o tempo, as freiras conseguiram fincar estabelecimentos de ensino em São Carlos (São Paulo), em Maceió (Alagoas), em Vitória da Conquista e Senhor do Bonfim (Bahia).

O presente trabalho pretende se estender exatamente até o momento em que o Asilo passou do controle de seu fundador para a tutela das irmãs Sacramentinas no ano de 1905. A partir daí, aos poucos, a instituição filantrópica foi sucumbindo até dar lugar a um colégio particular, denominado em 1956 de Ginásio S.S. Sacramento (Foto 4), com um número limitadíssimo de órfãs. Na atualidade, é possível encontrarmos placas que fazem referências à data de fundação do Asilo Filhas de Ana e homenagens posteriores (Fotos 2 e 3).

⁵³ MENEZES, Maria Verônica. *Sacramentinas no Brasil. 1903-1978*. Salvador, 1978, p. 24-25.



Foto 2 – Placa de fundação do Asilo Filhas de Ana



Foto 3 – Placa de comemoração de aniversário do Colégio SS. Sacramento



Foto 4 – Foto atual do Colégio Santíssimo Sacramento, outrora Asilo Filhas de Ana na Cidade de Cachoeira-BA

2.1 A sociedade cachoeirana: berço do Asilo Filhas de Ana

Todas as relações sociais enfocadas neste trabalho perpetuaram-se exatamente na cidade baiana de Cachoeira. Ela constituiu-se em palco ou cenário para a formação de uma das poucas instituições filantrópicas de abrigo a meninas órfãs da Bahia na época. Entretanto, não apenas palco, Cachoeira era na verdade um mosaico de gente, de experiências, sentimentos, culturas, religiosidades, formas tantas de ver o mundo e de se inserir nele...

Ali se fomentavam valores, relações de poder eram travadas, abrigava-se tradicionalismo e recebia-se o moderno, a cidade era vida, interação com cada personagem, cada sujeito. De modo que o Asilo Filhas de Ana simplesmente não nasceu naquele espaço delimitado geograficamente. Ele foi fruto do labor e interesse de pessoas, de uma sociedade e, tendo vindo, assim, a atender às expectativas que extrapolavam os arredores da cidade. O Asilo era a constatação de uma motivação legitimamente baiana e brasileira, o assistencialismo às crianças desvalidas. Ao mesmo tempo em que carregava sobre si a responsabilidade de repassar os ditames morais da sociedade e manter as relações de poder no que dizia respeito aos lugares ocupados por homens e mulheres.

A questão da cidade ou localidade passeia o tempo inteiro por esta pesquisa, na medida em que procuro perceber as asiladas quais sujeitos históricos atravessados por um projeto social normativo. Projeto esse que ligava as crianças abandonadas a outras mulheres, as mães protetoras, partícipes do mesmo norteamento moral e, ainda, estando todas elas inseridas numa mesma sociedade, num dado período. É inevitável assim o direcionamento de um olhar que busque os espaços da cidade percorridos por tais sujeitos. Evidentemente, a dinâmica das vidas daquelas pessoas cabia dentro de estruturas políticas, econômicas e culturais engenhosamente definidas. Há de se levar em conta que as mulheres estudadas nesse trabalho não apenas sofriam as consequências dessas definições, como se constituíam parte integrante e ativa delas.

Como a instituição não possuía casa própria, eram comuns as mudanças de endereços. Dessa forma, é possível se pensar e até mesmo visualizar o trânsito das damas de caridade pelas ruas cachoeiranas com os fins de angariarem fundos e de fazerem-se presentes nas várias casas por onde a instituição asilar passou. As casas, as ruas, a cidade... Tudo emergia como composição do próprio Asilo. Por isso mesmo não

é coerente pensar a cidade de Cachoeira apenas como espaço onde o fato histórico aconteceu, fornecendo somente o contexto político e econômico. A cidade constituiu-se, então, em parte integrante da história do Asilo na medida em que estavam as mulheres asiladas e em especial as de elite, em um constante ir e vir, travando incontestáveis relações sociais nos espaços que eram tidos como públicos, e, portanto, de predominância masculina.

As meninas do Asilo tinham seus momentos de andanças pelas ruas de Cachoeira. Isso se dava quando elas frequentavam a Igreja, eventos religiosos ou simplesmente passeavam, sempre sob supervisão. No caso das Mães Protetoras, os espaços se ampliavam na medida em que realizavam diversas atividades com o fim de proporcionar fundos para a instituição. Diferente das órfãs, elas não estavam submetidas à mesma vigilância ao desenvolverem seus passos. Tinham certa medida de autonomia, o suficiente para transitarem em espaços públicos entre as tantas figuras masculinas, afinal, a promoção das tarefas que executavam demandava muito de sua presença a lugares e ocasiões diversas. No cumprimento de suas funções sociais, elas acabavam por obter o que se poderia chamar de movimentação consentida. Uma vez que as ruas, ou seja, o espaço público era notoriamente encarado como comum às práticas vinculadas ao homem (negócios, o ganho, o trabalho), das mulheres, em sua grande maioria, esperava-se a reclusão e o empenho por tarefas que seriam peculiares à natureza feminina. Estar fora de casa, a depender de onde estivesse, com quem e por quanto tempo, implicaria em riscos à sua própria moral e à de sua família, pois se entendia que o somatório dos perigos das ruas com a “fragilidade” feminina desencadearia problemas consideráveis. Por isso mesmo, tanto a Igreja quanto os chefes de famílias desestimulavam a presença delas nos variados espaços da cidade. Entretanto, mulheres abastadas como as Mães Protetoras encontravam na caridade a razão que lhes conferia acessibilidade não condenável aos espaços públicos e, portanto, um conhecimento maior da cidade em que viviam.

Esse é o modo de ver o lugar como elaboração do social e parte de tantas vivências. É o estabelecimento de firmes conexões entre espaço e temporalidade, levando-se em consideração que as especificidades históricas também se dão por conta dos espaços em que as mesmas ocorrem; daí porque é tão importante a caracterização

dos lugares. A cidade, de fato, nunca foi uma abstração, mas sim o que as pessoas fizeram dela.⁵⁴

É percebendo a cidade dessa forma que se entende também os interesses explícitos ou menos explícitos que foram propulsores de sua formação e do que a envolve. Por isso mesmo é que Raquel Rolnik afirma: “[...] a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza”.⁵⁵ Ela abrange interesses, jogos de poderes, elaborações e disseminação de discursos, práticas e relações de convívio. Trata-se de todo um conjunto social que se reinventa a cada instante e, o espaço dessas mudanças e permanências é mais que palco; acaba por interagir com os agentes como que se tornando um deles.

As ruas da cidade permitem desenhar um retrato das relações de sociabilidade ao passo que sinalizam para onde se desenrolava o fazer social que, evidentemente, não ficava restrito ao âmbito do privado. No caso de Cachoeira, elas não só apontavam para os diversos paradeiros da instituição de caridade em questão como também poderiam revelar os pontos de congruências das pessoas na época, o nível de sociabilidade, em especial das mulheres, numa sociedade que lhes destinava poucos espaços para além do lar.

O Asilo era uma obra que configurava os interesses e convenções que representava e, isso estava indissociavelmente ligado aos cachoeiranos em sentido ampliado. Os cidadãos, em considerável número, patrocinavam-no como um exercício de caridade. Entretanto, estariam esses benfeitores apenas interessados em cumprir os requisitos de piedade cristã? Ou estariam eles também interessados em elevar as honrarias da cidade através da instituição? Creio que estas sejam indagações pertinentes, afinal, Cachoeira havia usufruído por muito tempo de incontestável destaque econômico e político. Em fins do século XIX, contudo, sua condição no cenário regional e nacional já não era mais a mesma. As crescentes crises da época ofuscaram em muito seu brilho. Fato esse que fazia com que obras como recolhimentos ou asilos pudessem ser capazes de atrair a atenção do governo do Estado. Além da ênfase na benemerência, o Asilo funcionaria como uma espécie de garantia para os cidadãos cachoeiranos de que as ruas da cidade estariam sendo livradas de crianças abandonadas que possivelmente se tornariam prostitutas e marginais.

⁵⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁵⁵ ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 08.

Nos fins do século XIX até meados do século XX, concentrou-se uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas em todo Brasil. Os hábitos cotidianos, as percepções de mundo, convicções... Tudo isso sofreu profundas transformações. O que não deixava de ser resultado da tendência mundial, pois a economia capitalista consolidou sua característica global de forma mais intensa durante o século XIX.

Com a Proclamação da República, as elites brasileiras passaram a almejar uma industrialização imediata e a modernização do país a todo custo para confirmar a entrada triunfal do Brasil na modernidade.

Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse ficado um nexo co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas.⁵⁶

O projeto político almejava tornar as capitais brasileiras em reflexos da modernidade europeia. Paris era o modelo a ser adotado e, para tanto, favelas, cortiços, elementos esses que denunciavam as mazelas sociais, deveriam ser combatidos. Um acontecimento clássico foi o “bota a baixo” de cortiços no Rio de Janeiro, a exemplo do Cabeça de Porco em 1893.

O caso de Cachoeira me parece bastante peculiar, visto que a cidade havia alcançado um grau de desenvolvimento econômico significativo no começo do século XIX, quando a maioria das cidades brasileiras acumulava características de atraso vinculadas ao colonialismo. Cachoeira ocupava uma posição estratégica na Bahia. Seus recursos naturais a impulsionaram a uma projeção em níveis político e econômico somente superada pela cidade de Salvador. Entretanto, no desenrolar do século XIX, marcadamente apontado como período de ênfase na modernização atrelada ao processo de independência e, mais tarde, de Republicanismo, o município cachoeirano decaiu no cenário nacional.

É óbvio que Cachoeira estava inserida no projeto que pretendia modernizar as cidades brasileiras, aproximando-as mais do padrão europeu. Mas é interessante notar que aquele era exatamente o momento em que ela sofria visível decréscimo ou retrocesso, ainda assim, tendo que atender ao apelo geral de rumar ao desenvolvimento.

⁵⁶ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: _____ (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 27.

2.2 Da Cachoeira resplandecente à decadente

A cidade de Cachoeira é notoriamente conhecida hoje como cidade heroica, levando-se em consideração todos os grandes acontecimentos históricos de abrangência nacional que lá se desenrolaram, como as lutas pela Independência do Brasil, que culminaram no memorável 7 de setembro de 1822. Também ficou famosa devido às suas tradições culturais, a exemplo da festividade da Irmandade da Boa Morte, bastante popular e atrativa tanto para a comunidade local como para os turistas. A cidade exhibe ainda hoje um marcante acervo da arquitetura barroca. Já obteve reconhecido destaque na produção fumageira e possui ligação direta e estratégica com o rio Paraguaçu. No ano de 1971, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Para compreender os processos que levaram a cidade a um enorme crescimento econômico e a posterior crise, faz-se necessário perceber um pouco de sua história, sua formação enquanto município, sua gente e caracterização regional.

O município localiza-se no Recôncavo Baiano a uma distância de 109 quilômetros de Salvador; sua população, segundo os dados do último censo do IBGE realizado em 2000, era de 30.416 habitantes e, de acordo com o recenseamento de 2007, a estimativa era de 32.252 habitantes.⁵⁷

O historiador Walter Fraga Filho designa o Recôncavo como terras úmidas que contornam a Baía de Todos os Santos. Trata-se de um espaço geográfico muito singular, com elementos muito próprios no que diz respeito a sua natureza física e humana. Isso também é demonstrado por Ana Maria Carvalho dos S. Oliveira. Para ela,

O Recôncavo baiano é uma região que desde o século XVI tem sido destacada pelos viajantes e cronistas coloniais que adentravam pelas terras baianas e a ele faziam referência, distinguindo as terras do Recôncavo da capital colonial, Salvador ou simplesmente Bahia.⁵⁸

Distinto de fato e importante economicamente, já dizia Stuart Schwartz, que era do Recôncavo que Salvador conseguia alimentos e combustível, além de servir como porto de exportação de açúcar, fumo e couro. Salvador representava a vida urbana e

⁵⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 24 dez. 2007.

⁵⁸ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia- UFBA, Salvador, 2000, p. 43.

cosmopolita e o Recôncavo, mesmo recebendo o rótulo de interior rústico e remoto, foi considerado por toda a era colonial como aristocrático.

Entretanto, dentro de sua singularidade, o Recôncavo guarda especificidades muito interessantes. As atividades econômicas praticadas dependeram das suas terras e de seus rios.

Desenvolveram-se essencialmente três zonas. O açúcar concentrou-se na orla norte, estendendo-se até o rio Sergipe e as terras adjacentes à baía. Os solos mais arenosos e situados em terrenos mais elevados de Cachoeira, no rio Paraguaçu, tornaram-se o centro da agricultura do fumo. Finalmente o sul do Recôncavo, predominou a agricultura de subsistência.⁵⁹

Ana Maria C. dos Santos Oliveira ainda acrescenta a estas três zonas mais duas: o Recôncavo pesqueiro e o ceramista. Portanto, compreende-se assim que o Recôncavo ia muito além do açúcar ou do fumo, ele era deveras abrangente com economia diversificada. Entre as culturas que se destacavam, estavam os gêneros alimentícios, produções secundárias como as de legumes, frutas e hortaliças.

Há de se considerar para além das pluralidades socioeconômicas do Recôncavo, também as suas divisões politicoadministrativas, pois é através dessas últimas estruturas que o desenvolvimento das primeiras torna-se mais perceptível.

Às margens dos rios do Recôncavo, desenvolveram-se povoações e vilas, sendo elas: São Félix e Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, às margens do Paraguaçu; Santo Amaro, às margens do Sergipe do Conde; Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe e Nazaré, às margens do rio Jaguaripe.⁶⁰ No presente trabalho, tomo como foco de atenção a vila de Cachoeira.

O nome Cachoeira foi dado pelos índios, que, em sua linguagem, significa mar grande, naturalmente relacionando-a as águas volumosas do rio Paraguaçu.⁶¹ De fato, o rio Paraguaçu sempre foi de fundamental importância para os cachoeiranos. As águas do rio não só tornaram possível, bem como próspero o cultivo de produtos como cana-de-açúcar e tabaco. Além do mais, foi por causa do Paraguaçu que Cachoeira se tornou, no século XVIII, o principal entreposto comercial da época. De acordo com as

⁵⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 83.

⁶⁰ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2000.

⁶¹ HISTÓRIA DA CIDADE DE CACHOEIRA. Disponível em: <webmastermcluhan.facom.ufba.br>. Acesso em: 30 out. 2007.

observações de Luis dos Santos Vilhena, em “*A Bahia no século XVIII*”, Cachoeira era a vila do Recôncavo mais povoada em decorrência de seu comércio e da fertilidade de seu terreno.⁶²

Com a chegada dos fidalgos portugueses Paulo Dias Adorno e Afonso Rodrigues, em 1531, a cana-de-açúcar e o fumo tornam-se os produtos de viabilidade econômica desde os primórdios da vila: “ao findar o século XVI já existiam cinco engenhos de açúcar às margens do Rio Paraguaçu.”⁶³ Em 1674, o lugar ficou conhecido como freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, uma vez que o local era o último ponto por via fluvial que dava acesso ao sertão e por onde penetravam os sertanistas em busca de minas preciosas. Dezenove anos mais tarde, em 27 de dezembro de 1693, a freguesia tornava-se Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, tendo sua instalação assinada pelo Desembargador Estevão Ferraz de Campos em 7 de janeiro de 1698. Francisco José Mello, em sua obra “*História da Cidade de Cachoeira*”, conseguiu agrupar cerca de três dezenas de municípios atuais do estado da Bahia que pertenceram a então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira nos finais do século XVII.

Eram eles: – São Félix – Maragogipe – Muritiba (que chamava São Pedro de Muritiba) – Governador Mangabeira – Cruz das Almas – Cabaceiras do Paraguaçu – Conceição do Almeida – D. Macedo Costa – São Felipe – Sapeaçu – Castro Alves (Currálinho) – Conceição da Feira – Santo Estevão – Antônio Cardoso – São Gonçalo dos Campos (na época São Gonçalo dos Campos da Cachoeira) – Feira de Santana – Umburana – Amélia Rodrigues – Maria Quitéria (na época chamada São José de Itapororoca, onde nasceu Maria Quitéria) – Irará – Ipirá – Tanquinho – Santa Bárbara – Conceição do Jacuípe – Ouriçangas – Riacho da Guia – Palame – Entre Rios – Cardeal da Silva – Conde – Esplanada – Altamira – Acajutiba – Jandaíra e Crisópolis.⁶⁴

O século XVIII foi o de maior prosperidade, período em que foram construídas suas melhores peças arquitetônicas e religiosas sob influência barroca. A economia do açúcar crescia no Vale do Paraguaçu e Iguape ao mesmo tempo em que mais estradas eram abertas desembocando nas regiões de minas e de produção pecuária.

⁶² VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. v. 3. Salvador: Itapuã, 1969.

⁶³ SANTOS, Jadson Luiz dos. *Cachoeira, III Séculos de História e Tradição*. Salvador: Contraste Editora Gráfica, 2001, p. 18.

⁶⁴ MELLO, Francisco José. *História da Cidade de Cachoeira*. Salvador: Editora Radami, 2001, p. 36.

O ouro e a cana-de-açúcar exerceram papel definitivo na criação de ruas, praças, casas e igrejas... Cachoeira torna-se a vila mais próspera e populosa do Império exigindo que fosse ela elevada à categoria de cidade...⁶⁵

Em 13 de março de 1837, mediante a lei provincial nº 43, a Vila foi elevada finalmente à categoria de cidade com o nome de Heroica Cidade de Cachoeira, sendo então governador da Província da Bahia o Dr. Francisco Prisco de Souza Paraíso, filho de Cachoeira. Segundo Francisco José Mello, nessa época, ela era a maior e mais importante cidade da Bahia depois da capital. Cid Teixeira aponta Cachoeira como a grande representante do interior da Bahia, restando para Salvador a administração burocrática e do comércio de navegação marítima.⁶⁶

No entanto, a prosperidade econômica deu lugar a progressivas crises na segunda metade do século XIX. A situação complicou-se com o fim do ciclo do açúcar, as turbulências da agroindústria fumageira, bem como a decadência da estrada de ferro com o deslocamento dos meios de transportes e os prejuízos para a via fluvial. As dificuldades por que passava a sociedade cachoeirana ficaram evidentes com o alto índice de desemprego.

Tal situação levou Cachoeira a sofrer um processo de esvaziamento econômico que levou ao fechamento de inúmeras fábricas, casas comerciais e de outras atividades de capital importância para o desenvolvimento da região.⁶⁷

Ainda havia a problemática causada pela seca na área rural, o que ocasionava um crescente deslocamento de pessoas para a cidade, engrossando assim a fila de desempregados: “em julho de 1889, o delegado de Cachoeira requisitou reforço policial para conter os cerca de 300 refugiados da seca espalhados pelas ruas da cidade”.⁶⁸ As observações de Walter Fraga nos levam a crer que, nos últimos anos do século XIX, houve migrações de populações do interior da província para Salvador.

Essa fase de crises, nos fins do século XIX, não é apenas um acontecimento local e unicamente peculiar à Cachoeira. No tocante à Bahia, os tempos também não lhe eram em nada favoráveis. Estudando a Bahia do século XIX, Kátia Mattoso procurou

⁶⁵ HISTÓRIA DA CIDADE DE CACHOEIRA. Disponível em: <webmaster@mcluhan.facom.ufba.br>. Acesso em: 30 out. 2007.

⁶⁶ TEIXEIRA, Cid. *Bahia em Tempo de Província*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

⁶⁷ SANTOS, Jadson Luiz dos. *Cachoeira, III Séculos de História e Tradição*. Salvador: Contraste Editora Gráfica, 2001, p. 38.

⁶⁸ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 150.

expor a decadência, principalmente econômica, em que se encontrava o referido estado naquela ocasião. Segundo ela, a Bahia perdera a importância econômica e política de outrora e vivia apenas das glórias passadas, conformando-se com alguns mitos já introjetados em sua cultura: o pensar equivocado no poder “eterno” do senhor de engenho e a crença nas terras “sempre férteis”.

Durante o século XVIII, a província baiana não investiu tanto em indústrias como o fizeram Rio de Janeiro e São Paulo. O que de fato fervilhava era a produção agroexportadora no interior e, em Salvador, o comércio. Em 1763, Salvador perdeu a honra de ser capital do Brasil e insistiu em manter a mesma estrutura econômica voltada para o comércio, não se adaptando à nova conjuntura do país que caminhava para um processo efetivo de desenvolvimento industrial. Com a chegada do século XIX, Salvador configurou-se no cenário nacional como mera cidade de negociantes com os seguintes agravantes: mercados instáveis, transporte deficiente de produtos, desgaste do solo, azares do clima, epidemias que atingiam plantações e homens.⁶⁹

Mário Augusto da Silva Santos, em “*A República do Povo*”, faz menção aos problemas econômicos por que passava a Bahia, em especial, na segunda metade do século XIX. Ele aponta o setor industrial como estando estagnado e o comercial com sérios problemas. A cidade tinha um número expressivo de ambulantes já que as ofertas de trabalho eram poucas e os créditos escassos. Evidentemente, a situação de Salvador refletia sobre toda a província, mesmo porque, era essa cidade que redistribuía as mercadorias importadas pelas regiões do interior. Desse modo, a crise financeira era compactuada por ambos os lados, interior e capital provincial.⁷⁰

Todavia, o contexto de crise era ainda mais sério e abrangente na virada do século XIX para o XX; aquele era o momento em que o país inteiro sofria mudanças intensas em seu cenário político, o que afetou sua estrutura socioeconômica. A realidade do Brasil, de modo geral, era de dificuldades. Segundo Nelson Werneck Sodré, era o resultado da própria conjuntura de mudança política, social e econômica pela qual o país atravessava. O rompimento do equilíbrio com a transição da Monarquia para a República ficou ainda mais marcante com o Encilhamento (entre 1889 e 1892) e a baixa nos preços do café, em especial, a partir de 1896. Além disso, havia a questão da

⁶⁹ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia, Século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁷⁰ SANTOS, Mário Augusto da S. *A República do Povo. Sobrevivências e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001.

substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, a chegada e recepção aos imigrantes e o deslocamento de um contingente para as cidades.⁷¹

A abolição da escravatura ocorreu em 1888, o que deu uma forte desequilibrada na economia do país que era, até aquele momento, em sua essência, escravista e voltada para o mercado internacional. O Brasil havia perdido grandes bases de sustentação econômica especialmente representadas pela Bahia: engenhos, açúcar e escravos.

O 13 de maio de 1888 teve repercussões diferenciadas. Para os ex-escravos e os simpatizantes da causa abolicionista, isso se concretizou em verdadeira festa com direito a comemorações prolongadas por muitos dias.

Na semana seguinte, depois que a Câmara recebeu comunicação oficial da abolição, cerca de 4 mil pessoas desfilaram festivamente pelas ruas de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix. Em Salvador, desde o dia 13, entidades abolicionistas, estudantes, populares e ex-escravos ocuparam as ruas e desfilaram pelo centro da cidade ao som de filarmônica.⁷²

Tais festejos refletiam a amplitude social que o movimento antiescravista tomava na Bahia naquele momento. A partir de então, o liberto desejava afastar-se ao máximo de qualquer coisa ou circunstância, o que incluía o modo de trabalho, que pudesse estar relacionada à sua anterior posição de cativo. Desse modo, o cultivo nas lavouras açucareiras ficou sensivelmente comprometido.

Já para os senhores, donos de terras, o 13 de maio pareceu-lhes mais como um momento de difícil readaptação. Os senhores haviam perdido toda aquela autoridade e poder de mando tão peculiar aos anos de outrora. Esta situação foi algo que custou a ser assimilada. Entender que as comodidades e a forte hierarquia estabelecidas não ocorreriam mais da mesma forma que na época da escravidão não era tarefa fácil, mesmo porque a mudança ainda era recente. Os capitais exauriram-se e muitos senhores tiveram que deixar de produzir e até mesmo vender suas propriedades por quantias baixíssimas para quitar dívidas. E mesmo os que continuaram no processo de produção enfrentavam as dificuldades de pagar salários aos trabalhadores quando as exportações decresciam consideravelmente e ainda sofriam saques.

Passados os festejos, os ex-escravos também tiveram que se deparar com o quadro econômico e social daquele período. Ocorriam escassez e carestia de alimentos e desemprego; o país estava mergulhado em crises e, por mais que se buscasse uma

⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

⁷² FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 124.

estabilidade, o momento era de turbulência. E no Recôncavo baiano não era diferente, uma parte da população ficava sem assistência e longe de uma sobrevivência social equilibrada. As novas situações politicossociais, os novos discursos e ideologias colocavam o país em estado de turbulência em plena passagem para o século XX.

Quando o Asilo Filhas de Ana foi fundado, era o momento da emergência de uma nova ordem política do país e de uma situação econômica delicada que atingia de modo voraz o estado da Bahia. Foi, portanto, nesse momento, que a sociedade cachoeirana presenciou o surgimento de uma instituição que deveria se manter por meio da caridade de seus cidadãos. Em um dos relatórios produzidos pelo fundador da casa pia, o senhor Antônio Carlos da Trindade Mello, fica clara a condição do Asilo dentro daquela conjuntura de crises financeiras: “em vista da crise que ainda atravessamos, e da qual coube grande quinhão ao nosso pobre Asylo, pedi pela imprensa e pessoalmente a todos os cidadãos, amantes do Asylo, uma contribuição mensal, provisória, até que melhorassem os recursos do mesmo”.⁷³

Todavia, os discursos da época evocavam a necessidade de desenvolvimento para todo o país. Era considerado importante que as cidades cada vez mais se urbanizassem, que se diferenciavam daquilo que era rural e lembrava atraso. Os imigrantes vinham aí, teriam que ser melhor recepcionados. Surgia, assim, o modelo a ser perseguido de cidade higiênica, cidade limpa, mesmo com crise, com baixa na produção, com instabilidades... O apelo era para romper o século XX exibindo um retrato brasileiro mais “civilizado”.

2.3 Modernização, higienismo e o ideal de civilidade nos fins do século XIX em Cachoeira

No século XIX, estabeleceram-se, no Brasil, os projetos relacionados à medicalização das sociedades nas cidades através da higiene pública. A intenção era a de controlar as atividades perigosas à vida social. Até mesmo a doença e a saúde passaram a ser entendidas de formas ampliadas, o que acabava por produzir certo conhecimento sobre a cidade, a família, as instituições e a infância.

O higienismo relacionou-se ao trato do corpo (de mulheres, homens, adultos e crianças) e dos espaços (cidade, moradia, instituições). A ênfase recaía na necessidade

⁷³ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 08 de abril de 1902, p. 08.

de substituir as práticas empíricas das pessoas no trato de sua saúde, por determinância médica em pesquisas das relações entre herança e meio. Os estudos biológicos demonstravam preocupações com a hereditariedade dos sujeitos, bem como com as prováveis interferências do meio em que se vivia. E, naquele contexto, vale ressaltar que o ideal de higienização primava pela família branca e robusta, livre da miscigenação e, conseqüentemente, das marcas comumente relacionadas aos negros no que tange à desordem e às imoralidades, à falta de asseio e doenças. Afinal, em tese, o miscigenado carregava a herança genética do escravo, que era de degradação física e moral. Tudo estava diretamente ligado aos conceitos do eugenismo. A palavra eugenia é de origem grega (*eugéneia*). Relaciona-se ao conjunto de métodos que visam a melhorar o patrimônio genético de certos organismos vivos. Foi utilizada pela primeira vez na Inglaterra em fins do século XIX. Entre os anos de 1861 e 1945, os textos eugenistas foram frequentemente produzidos por biólogos. A eugenia articulava os campos da biologia e sociedade, marcando efetivamente as intervenções que as elites fizeram na sociedade. No Brasil, o eugenismo foi mais fortemente propagado no começo do século XX.

No Brasil a divulgação dos ideais eugênicos esteve associada ao desenvolvimento de estudos e de pesquisas a respeito do código genético e da carga hereditária das pessoas, não no sentido explícito de eliminar fisicamente os inconvenientes, mas de estabelecer lugares específicos para reformá-los, quando a cura não era possível.⁷⁴

A divulgação das ideias eugenistas ajudou no processo de desqualificação social, política e econômica enfrentado pelas pessoas pobres e trabalhadoras. Anexando a eugenia ao projeto de cidadania e de cultura urbana, ficava posta a demarcação dos lugares físicos, econômicos, sociais e culturais dos diferentes sujeitos sociais de forma a resguardar e fazer sobressair os espaços de civilidade como paradigmas da sociedade moderna. Além do que havia toda uma preocupação com a recepção que havia de ser dada aos imigrantes que substituiriam a mão-de-obra escrava no processo do pós-abolicionismo.

⁷⁴ VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 36.

Cynthia Greive e Luciano Mendes falam das cidades, a exemplo de Belo Horizonte, como sendo priorizadas em suas áreas centrais, onde deveriam morar indivíduos dignos e civilizados. Já os pobres seriam alocados em áreas distantes para que não comprometessem a ordem.

A ideia era a de, juntamente com a cidade civilizada, transformar a infância marginal na infância civilizada.

A partir de século XIX, a demarcação e a classificação dos tipos de marginalidade desenvolvem-se associadas a tipos diferenciados de instituições regeneradoras: nesse momento a infância pobre passará a ser assistida pelos poderes públicos para ser civilizada e não se tornar um incômodo social.⁷⁵

Cidade civilizada e infância civilizada eram as metas consideradas nobres e urgentes para aqueles tempos. As cidades deveriam ir se adaptando aos poucos às inovações. Cachoeira começava a receber o moderno ainda fortemente impregnada pelo velho. Acredito que a sociedade estava muito mais atenta a absolver as prerrogativas, ideias e práticas modernizadoras do que a questão das modificações no espaço físico. Os registros da Câmara de Cachoeira revelam um pouco da estrutura da cidade no período. As ruas eram iluminadas a lampião; era constante a presença de animais de carga, carroças e embarcações próximas ao rio. Quanto ao comércio e serviços, em 1857, haviam quatro boticas e padarias e casas de massas, quarenta lojas de fazendas, quatorze ferragens, miudezas e drogas, sete enroladores, dezenove enfardadores de fumo e trinta e sete tavernas.⁷⁶

No Almanaque da Província da Bahia, de 1881, entre outros estabelecimentos comerciais, percebe-se a existência de padarias, armazéns, oficinas diversas; lojas de louças, joias, charutos, calçados, roupas; olarias, serrarias, barbearias e fábricas de charutos e sabão. O comércio de Cachoeira era bastante ativo. As condições estruturais lhe favoreciam: a ausência da BR- 101; a ligação do baixo sul (destacando-se as cidades de Valença e Ituberá) com a capital baiana e proximidades era feita por Cachoeira. Somente na década de 1970 é que foi construída a BR-101 e instalado o sistema de transporte marítimo via *ferry-boat*, ligando Salvador à ilha de Itaparica, o que desviou

⁷⁵ VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 33.

⁷⁶ MASSON, Camillo de Lellis (org.) *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1857*. Salvador: Typographia de Camillo de Lellis Masson E Cia, 1857. Seção da Cidade de Cachoeira.

assim de Cachoeira todos os trajetos rodoviários com a região sul do estado. Houve também a criação do eixo rodoviário Feira de Santana – Salvador, o que colocou Cachoeira numa posição de isolamento.

Mesmo que a passos lentos, a ideia de civilidade ia se perpetuando em Cachoeira, assim como em muitas partes do Brasil. Numa realidade de permanências e mudanças, é inegável o esforço da sociedade cachoeirana pelo engrandecimento da cidade. O Asilo Filhas de Ana nunca deixou de ser um mecanismo que se propunha a cooperar com o crescimento local, tornando-se uma espécie de estandarte ou o que se poderia chamar de slogan, retratando o grau de civilidade e modernidade da cidade. Ao passo que se livravam as ruas dos pequenos abandonados e, ao mesmo tempo, se recrutavam mulheres de “boas famílias” para reproduzirem os ideais sociais das competências femininas, pensava-se estar elevando a honra cachoeirana. Honra aquela que se pensava proteger quando ao disciplinar moças nos princípios cristãos, afastava-se das mesmas os perigos da prostituição. Encarada como mácula moral e social, a prostituição bem como a marginalização não deveriam se perpetuar dentro do ideal de cidade limpa e civilizada.

O Asilo vinha desse modo, a atender a necessidade vigente de cidade limpa e higienizada, abraçaria os apelos da Igreja de estender a misericórdia aos desvalidos, engrandeceria o nome da cidade por prestar serviço social acolhendo crianças da localidade e das proximidades e, ainda, colaboraria com as metas socioeducativas de resguardar a figura feminina da mácula moral, sinalizando seu papel na sociedade. Portanto, os objetivos a serem alcançados permeavam todo o discurso cristão da prática da caridade mesmo que não estivessem claramente explícitos.

CAPÍTULO 3 - QUEM ERAM AS DESVALIDAS?

Chamam-se as desvalidas: Maria Carolina Machado, Seraphina Pedreira, Anna Mello, Amélia Evangelista, Eufrazia de Sant'Anna, Maria Augusta Oliveira, Fortunata Maria da Cruz, Maria Amélia, Maria Saloméa, Maria Barbosa, Francisca de Jesus, Maria Emigdia Passos, Maria Alexandrina de Jesus, Leonidia Silvana de Ancantara e Maria Ferreira de Araújo. As pensionistas chamam-se: Laura Augusta Maia, Maria Engracia Lopes, Alexandrina de Affonseca e Elisa Maria Rodrigues.⁷⁷

Ao ler a relação de meninas acima é difícil não se deter a inquietações praticamente inevitáveis. Quem eram elas? De onde procediam? Como viviam? Para responder a tais indagações e procurar compreender as experiências dessas meninas enquanto sujeitos históricos, é preciso trazer a tona suas identidades como que despertá-las de um sono. É então necessário verificar como se enquadravam dentro de um sistema que tinha objetivos precisos e consolidados exatamente pela sociedade na qual estavam inseridas. Ainda que tendo sido vistas por muitos apenas como pobres órfãs e dignas de piedade e caridade cristãs, elas ocupavam um lugar e um espaço no meio social. Naturalmente, os cuidados que recebiam na condição de desvalidas tinha todo um sentido sociopolítico e uma gama de interesses envolvidos.

Evidentemente, sua interferência na sociedade obedecia a padrões e limites pré-estabelecidos, mesmo assim, elas nunca deixaram de ser agentes sociais e personagens atuantes de suas histórias de vidas. Embora estivessem em um espaço e em condições nas quais eram muito fortes as influências e transformações sofridas por elas, era, contudo, também possível que as mesmas, em determinados momentos, tenham conseguido constituírem-se quais propulsoras de alterações nos conceitos e normas difundidas na época.

Trata-se de reivindicar ou trazer a luz as experiências, vivências e as histórias dessas meninas. É um pouco do que Michelle Perrot tão bem esboça em “*As mulheres ou os Silêncios da História*”. Já que o espaço dedicado às mulheres, na narrativa histórica, sempre foi muito limitado, fez-se necessário abrir outras possibilidades de

⁷⁷ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 26 de abril de 1895, p. 04.

estudos. Perrot aponta para as produções femininas que estão associadas ao âmbito privado, ao reduto do lar, um espaço notoriamente ocupado e regido pela mulher.

Tendo em vista que foi exatamente no interior de suas casas que as mulheres teceram estratégias de sobrevivência, torna-se relevante que se lancem feixes de luzes nessa direção. Portanto, objetos pessoais como diários, missais, joias, mechas de cabelo, retratos, cartas... Constituem-se atualmente, para a história das mulheres, fontes riquíssimas de estudos. Desse modo, as produções historiográficas mais recentes sobre mulheres têm conseguido, através de elementos metodológicos pertinentes, percorrer com muita desenvoltura os espaços anteriormente quase nunca investigados, descortinando os bastidores e trazendo as mulheres, órfãs ou de elite, até o palco principal e foco de discussões. É um processo de valorização do que viveram e da possível influência que exerceram sobre as sociedades nas quais estavam inseridas.⁷⁸

Ao pensar nas desvalidas do Asilo Filhas de Ana, vejo-as como sujeitos que ficaram, por muito tempo, à margem da história oficial, da história narrada. Contudo, elas sempre estiveram lá, nos fins do século XIX, vivendo em meio a todo um processo de mudanças e permanências. Eram elementos de uma estrutura, de um modelo de sociedade estabelecido; produzido e reproduzido.

Acredito que aquelas asiladas precisam ser trazidas ao campo de estudos porque é retomando suas existências que se torna possível ouvir os ecos dos discursos e ideologias predominantes da época no que diz respeito à distribuição dos papéis sociais e sexuais, bem como o exercício do poder e os conceitos que a sociedade formulava sobre criança abandonada, órfãs, infância e filantropia.

É evidente que nem sempre foi possível estudar as experiências das mulheres e colocá-las em destaque. Até o século XIX, fez-se pouca questão do estudo sobre mulheres nos relatos históricos. Somente a partir de então é que surgiram representantes como o historiador francês Jules Michelet. Em seus dois livros “*La Sorciere*” e “*Les Femmes et la Revolution Française*”, ele chegou a pensar que a relação entre os sexos é um dos motores da história, mesmo que reproduzindo ainda uma ideologia dominante de seu tempo que associava a mulher à natureza e o homem à cultura. Sendo assim, mesmo preso a amarra do momento em que vivia, Michelet acenou para a relação entre homem e mulher como sendo capaz de colocar a história em desequilíbrio e dinamizá-la.

⁷⁸ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005.

Uma análise na historiografia sobre mulheres revela que, de uma maneira geral, os estudos sobre o feminino só conseguiram galgar um espaço depois do advento da Escola francesa dos *Annales*. A Revista dos *Annales* foi um marco de real importância para os estudos históricos, pois somente depois dela ocorreu a fundamental distinção entre os pólos iluminista e o pós-modernismo. Essas mudanças, na produção da história, foram se processando de diversas maneiras, entre elas, através do conceito de experiência trazido pela Escola Inglesa da História Social, representada por E. P. Thompson para o cerne das pesquisas. Assim ficou mais promissor o estudo sobre comportamentos, condutas, hábitos, costumes e sensibilidades de sujeitos comuns.

A História Cultural e a História Social proporcionaram o avanço da interdisciplinaridade. A antropologia, a linguística, a psicanálise e a literatura ampliaram as possibilidades de diálogo com os objetos do passado. A História Cultural estabeleceu conexões entre microrrecortes e sociedade global; também trouxe à tona identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais. Dentre esses grupos que alçaram a condição de objetos e sujeitos históricos, temos os operários, os camponeses, os escravos e as mulheres. Essas últimas foram também inseridas nessa perspectiva porque estudar sobre mulheres significa debruçar-se sobre um grupo social, até pouco tempo, excluído dos interesses da história. O progresso dessas pesquisas ocorreu na medida em que se superou o discurso da vitimização das mulheres. Estas deixaram de ser vistas apenas nos papéis de oprimidas ou transgressoras, mas passaram a ser observadas nas suas múltiplas identidades: “assim as especificidades reveladas pelo estudo histórico desses segmentos demonstraram que o sujeito da história não era uma figura universal”.⁷⁹

Michael Foucault deu contribuições valiosíssimas a tais estudos a partir do momento em que buscou visualizar toda a complexidade na atuação do ser feminino. Podia-se então tecer análises sobre mulheres no exercício do trabalho, na política, na educação, na família, na maternidade, na sexualidade... Ao focar no âmbito do privado, a sexualidade, Foucault apontou para o reconhecimento da diferença entre os sexos para além de um simples dado da natureza; antes, sim, como uma construção social. Portanto, precisava-se agregar aos estudos sobre mulheres as relações de estabelecimento e manutenção de poder na sociedade. Em “*Microfísica do Poder*”, Foucault estudou a existência de poderes em lugares historicamente pouco conhecidos

⁷⁹ SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 278.

até então, como família, asilos, prisões, hospitais... A consideração dessa abordagem permitiu uma compreensão mais abrangente da condição feminina.⁸⁰

É importante ressaltar também que os trabalhos que envolviam a observação do cotidiano, ou seja, as problemáticas fora da vida pública e convencional foram fundamentais para o desvelamento do mundo feminino: “graças ao estudo da cultura material privada e cotidiana reencontramos as relações sociais dos modos de produção que não podemos perceber com outras abordagens”.⁸¹

A historiadora norte-americana Mary Beard, desde 1940, já vinha abordando a marginalização da mulher nos estudos históricos, atribuindo as escassas referências à mulher ao fato de os historiadores, na maioria homens, ignorarem os grupos femininos. Entretanto, J. M. Hexter e Simone de Beauvoir argumentavam que a pouca menção que se fazia na história à figura feminina ocorria não pelo fato de os homens ignorarem as mulheres em seus discursos, mas porque, de fato, elas, segundo as grandes narrativas, não haviam participado dos acontecimentos políticos e sociais. Antes, viveram em função do outro na cultura do patriarcado. Logo, estudar o cotidiano, os espaços mais restritos, revelaria, de fato, a atuação delas. Na medida em que se explora a vida privada de homens e mulheres, descobrem-se as funções sociais de ambos; tudo isso é possível através dos comportamentos e práticas costumeiras no interior dos lares.

Muito usado pelas feministas na década de 1980, o termo gênero foi largamente incorporado à história das mulheres nas décadas subsequentes. Através dele, teorizou-se a questão da diferença sexual levando em conta que não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens: “gênero... é um termo que remete a [sic] cultura: ele diz respeito à classificação sexual em masculino e feminino...”⁸². As pesquisas de Joan Scott foram de grande relevância nesta questão. Para Hunt, “a influência de Scott deve-se particularmente ao fato de ela associar a história do gênero à análise do discurso”⁸³.

Segundo Joan Scott a categoria gênero permite ao historiador falar de mulheres sem lhes nomear. O gênero acaba por designar relações sociais entre os sexos, sendo uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁸¹ PRIORE, Mary Del. “História do Cotidiano e da Vida Privada”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 267.

⁸² TILLY, Louise A. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. In: *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças*. Campinas (3): 1994, p. 42.

⁸³ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 25.

homens e das mulheres. De acordo com sua análise, gênero seria, por fim, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Ocorrendo assim um descarte dos argumentos naturais essencialistas universais. A ideia que passava assim a permear era a de que sociedades diferentes têm concepções de homens e mulheres diferentes. Essas concepções tendem a ser diversificadas conforme classe, gênero, etnia, nacionalidade, geração. A rejeição da construção hierárquica anteriormente tão óbvia ficou marcante. Houve uma desconstrução nos termos que propôs o filósofo Jacques Derrida. A partir desta nova conceituação, não eram mais aceitas as oposições binárias, em especial, a que envolvia sexo masculino e sexo feminino. Derrida criticou o pensamento metafísico tradicional, por ele chamado de logocêntrico, por estar vinculado aos pares de oposições tais como masculino e feminino, estabelecendo a primazia do primeiro sobre o segundo termo da oposição.⁸⁴ A estratégia da desconstrução visa exatamente a inverter a hierarquia dos conceitos, dando maior evidência ao segundo termo, tendo ele como principal e originário. Seria o mesmo que colocarmos numa relação de causa e efeito, o efeito como o termo originário. Fazendo essa mesma aplicação aos termos homem e mulher, concluiríamos que a ideia de homem depende da ideia de mulher. Portanto, nessa perspectiva, a mulher não pode ser considerada como meramente secundária ou acidental; visto desse modo, produz-se a derrubada da hierarquia: o primeiro passo na abordagem desconstrucionista. Posta abaixo a hierarquia de um termo sobre outro, estabelecer-se-ia uma espécie de jogo determinado pela constante alternância de primazia de um termo sobre o outro. O nexos entre essa abordagem de Jacques Derrida e os estudos mais recentes sobre mulheres é visível. Sendo assim, não se concebe mais o homem como obtendo uma posição privilegiada sobre a mulher, mas também não se pesquisa sobre mulher sem tecer suas relações com o homem. Além do mais, percebe-se ora a influência e poder masculino e ora a sobreposição da dinâmica feminina.

A categoria de gênero enquadra-se exatamente na postura dita pós-moderna, que dá preferência ao específico e ao local em contraposição à universalidade. Segundo Boaventura de Sousa Santos, esse novo paradigma repele o dualismo, distinções óbvias, as dicotomias e o conhecimento progride através das temáticas: “a fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática”.⁸⁵ Não há mais preocupação em se oferecer soluções finais aos problemas humanos, antes sim, disseminar feixes de discussões:

⁸⁴ VASCONCELOS, José Antônio. *Quem tem medo da teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso Sobre as Ciências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 76.

“[...]o pós-modernismo invoca a História para denunciar o caráter contingente de qualquer valor, de qualquer verdade, e para nos lembrar, uma vez mais que toda representação é historicamente construída”.⁸⁶ Essa é uma forte razão do porquê de os estudos sobre gênero terem superado a vitimização feminina em relação ao domínio masculino. O atual entendimento de “História” abriu caminhos para novas discussões e opções de pesquisas através de diversas temáticas de caráter social e cultural.

O próprio sentido de cultura dentro dessa nova dinâmica vai além do experimento ou da busca de leis. Como uma ciência interpretativa, persegue os significados. O olhar diferenciado, ainda que os documentos utilizados sejam os mesmos explorados pelas gerações anteriores, terá prioridade na leitura dos fatos sociais. E como a História Cultural foi capaz de abarcar as sensibilidades das formas mais diversas, o estudo sobre mulheres passou a ganhar novos ímpetus: “a esta história cultural, enfim, pode-se acrescentar a história dos grupos que se identificam pela idade – os jovens ou pelo gênero – as mulheres”.⁸⁷

As novas discussões modificaram a estrutura do que se concebia como História. Como nessa concepção não há mais a busca por uma “verdade”, as mudanças no campo do conhecimento são praticamente inevitáveis. As referências que outrora eram tidas como centro acabaram perdendo a legitimidade. É, portanto, compreensível as alterações que se deram através dos últimos tempo nas pesquisas sobre mulheres, como já tratadas nos estudos de Joan Scott. Segundo Hunt,

A importância do gênero, porém, extrapola sua posição inegavelmente central na vida social e cultural, os estudos da história das mulheres, nas décadas de 1960 e 1970, e a ênfase mais recente e sobre diferenciação dos gêneros tiveram um importante papel no desenvolvimento dos métodos da história da cultura em geral.⁸⁸

Em “*Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*”, Maria Odila Leite da Silva Dias reconhece os princípios mais recentes das tendências da historiografia contemporânea como: as temporalidades múltiplas, as rupturas teóricas e as desconstruções no fazer da história. Por isso, o

⁸⁶ VASCONCELOS, José Antônio. *Quem tem medo da teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005. p. 90.

⁸⁷ CAIRE, Jabinet; MARIE, Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 142-143.

⁸⁸ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 24.

estudo da história tem conseguido vencer as polaridades e as definições culturais herdadas do passado que sobrecaíam sobre homens e mulheres.⁸⁹

Assim, sujeitos vistos como passivos ganharam o direito de também serem notados quais agentes ativos e parte atuante dos acontecimentos nos mais diversos níveis da vida humana. A mulher integra toda a teia de relações sociais, sejam elas relativas aos bastidores ou ao palco central. A história é construída mesmo no interior das casas, no suposto silêncio dos asilos e recolhimentos. Tudo está interligado por elos que dizem respeito a sociabilidades, exercício de poder, costumes e experiências, política, economia e cultura. Por estas razões, o estudo sobre o universo, ou, melhor ainda, os universos femininos tem-se tornado tão complexo, tão vasto e tão enriquecedor.

No caso das asiladas do Asilo Filhas de Ana, tem-se exatamente a reunião de meninas ainda na infância e outras chegando à etapa hoje em dia comumente chamada de adolescência. Eram garotas vítimas da pobreza e do abandono, classificadas assim por desvalidas. Por não terem parentes em condições de mantê-las, estavam à cargo de o Asilo suprir-lhes os cuidados necessários, o que incluía a educação, em especial aquela que lhes conduzisse para a vida, que lhes desse os elementos considerados essenciais para sua boa participação em sociedade, ocupando espaços e desincumbindo papéis previamente estabelecidos para a mulher.

Suas vidas, portanto, eram teoricamente resguardadas pelos muros do Asilo, tratava-se de uma reclusão assistida com o intuito de preparar para o mundo, ao passo que, no estágio inicial, o afastamento do mesmo era tido como fundamental. Os registros de passeios das meninas revelam que eles ocorriam sempre com o acompanhamento do Sr. Antônio Carlos e resumiam-se a visitas ao Asilo Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana e a participação em eventos comemorativos e datas cívicas da cidade de Cachoeira.

Os dados que os relatórios trazem são sobre as localidades de onde vinham as meninas, suas idades, condições de saúde, não havendo defeituosas entre as internas, visto que esse era um pré-requisito para a aceitação das mesmas, algumas poucas informações sobre as famílias de algumas delas e seus nomes completos.

⁸⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUCHINE, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

Havia também as alunas externas. Estas tinham familiares vivos e em condição de prestar-lhes auxílio material, mas que desejavam dar às meninas educação formal numa instituição apropriada para isso. Na cidade e na vizinhança, faltavam escolas particulares para meninas, daí a procura pelo Asilo. Os pais pagavam mensalidades chamadas de *porções*, e as alunas recebiam o termo de *porcionistas* ou mesmo *externas*, dada a sua liberdade de poderem usufruir das aulas do Asilo e, logo após, retornarem a seus lares.

Dessa forma, vivendo ou simplesmente sobrevivendo, as meninas compunham um mosaico de sentimentos, vivências, experiências, sujeições, inconformidades, tensões e conflitos. De dentro do Asilo, eram suscitadas inúmeras questões que habitavam os universos, tanto o feminino como o masculino. Eis o porquê da pertinência dos estudos sobre as condições das meninas no interior do Asilo.

3.1 A educação para crianças do sexo feminino no Brasil do século XIX

O ensino institucional e formal no Brasil, durante o século XIX, deixava clara a diferenciação entre o que deveria ser ministrado a homens e o que seria transmitido às mulheres, com a demarcação precisa de seus objetivos. Aos homens era conferida uma educação com o fim profissionalizante e de formação, enquanto que às mulheres, na maioria dos casos, era destinada uma educação limitada e com o objetivo de lhes conferir polimento social.

A conjuntura brasileira daquela fase, levando-se em conta todas as mudanças políticas, econômicas e sociais que se processavam, reclamava uma necessidade de refinamento das mulheres, especialmente, daquelas pertencentes aos setores sociais mais elevados. A questão era que por trás dessa intencionalidade de se educar o feminino havia diversas implicações, interesses e receios por parte dos grupos dominantes, o que dava o tom muito específico do que se entendia por educação feminina.

Desde o período colonial, a Igreja Católica exercia o monopólio educacional, inicialmente, mediante o ensino jesuítico e, depois, através da hegemonia doutrinária do catolicismo ultramontano e conservador.⁹⁰ Segundo Ivan A. Manoel, esse foi um tipo de

⁹⁰ Ultramontano é uma denominação que se aplica ao clero conservador e às suas políticas reacionárias de combate à modernidade e laicização.

influência antiliberal e antifeminista que atuou não apenas sobre os segmentos aristocráticos da oligarquia, mas que conseguiu atingir com igualmente força as alas republicanas mais tarde.⁹¹

No período colonial, as condições para um desenvolvimento intelectual ou cultural eram adversas, afinal, mesmo entre os círculos socialmente mais seletos, a cultura era tida como um bem ou mercadoria de luxo. O que se entendia como significativamente valoroso não era a formação do intelecto e sim a gerência das fontes de poder (terra e escravos). Em alguns casos, dispensava-se a formação intelectual, tendo em vista que pessoas cultas não dominavam de verdade porque, na prática, não estavam ligadas aos meios materiais de riqueza ou aos negócios. Os padrões de valores vigentes na época colocavam o estudo como atividade menos importante se comparada ao labor de gerir e cuidar das propriedades rurais e delas obter dinheiro e poder.

Nos primeiros séculos de colonização, a educação ministrada nas terras brasileiras estava a cargo dos Jesuítas que tinham como grande objetivo a catequese, a evangelização e a civilização dos indígenas e colonos. Eles entendiam a educação feminina como meio necessário para lançar a base de uma obra de moralização e formação das famílias brasileiras. Como resultado desse processo, foram criadas as Missões no nosso território e, para as filhas dos senhores abastados que queriam abraçar a vida sacrorreligiosa, instituíram os Seminários e os Conventos que funcionariam como recolhimentos femininos.

Apesar das restrições que eram impostas às mulheres, havia as exceções. Algumas conseguiram migrar da esfera do místico e recluso para a pública, que, na época colonial, se referia ao exercício de tarefas administrativas. Por exemplo, a capitania de São Vicente foi administrada por D. Ana Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza. Durante sua gestão, D. Ana mandou trazer para o Brasil as primeiras mudas de laranja, arroz e gado *vacum*. Ainda D. Beatriz ou Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho, governou Pernambuco quando o marido foi para Portugal. Em situações assim, em que se exigia uma presença decisiva na esfera administrativa, os atributos de passividade caíam por terra.

Arilda Inês Miranda Ribeiro, em "*Mulheres educandas na Colônia*", discute o modo como as mulheres, apesar de pouco ou nada instruídas nas letras, conseguiam driblar os estereótipos que lhes recaíam de caladas e seres destituídas de vontade

⁹¹ MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1959-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1996.

própria. Não era porque faltava às mulheres a educação formal das letras que elas deixaram de criar formas outras de tecerem relacionamentos, de burlar a vigilância das famílias e estabelecerem ligações afetivas em muitos casos proibidas. Muitas vezes, longe de serem passivas e resignadas, elas criavam códigos de comunicação e expressão de sentimentos sem que, para isso, necessitassem dizer ou escrever uma só palavra.⁹²

Com o passar do tempo, o crescimento populacional, o aumento de proprietários e o desenvolvimento da vida e cultura urbana geraram um desejo por instrução. Daí, os Jesuítas deixaram de ser meros catequizadores para tornarem-se os formadores das elites e das lideranças da sociedade colonial.

...os seminários se abriram aos alunos externos e multiplicaram-se os colégios para alunos leigos em geral.
Foi aí que se deu, de forma mais definitiva e culturalmente marcante, a ação educacional dos jesuítas no Brasil colonial.⁹³

Dessa forma, a Igreja conseguia, inclusive, manter o doutrinamento católico e frear quaisquer indícios heréticos ou reformistas. Ela estava estrategicamente posicionando-se entre as elites condutoras e disciplinando-lhes. Portanto, seu modelo de ensino ou plano de estudo não poderia ser outro senão aquele de inspiração medieval conhecido como *Ratio Studiorum*. Vale ressaltar que os colégios que surgiam não concediam ainda diplomas, de modo que os alunos teriam forçosamente que concluir seus estudos em países da Europa, mais frequentemente em Coimbra.

No ensino do Brasil Colônia, a mulher permanecia, de um modo geral, fora do espaço social, estava na clausura doméstica cheia de limites ao desenvolvimento intelectual. Entretanto, o ensino dado à elite (onde se deve ler *homens da elite*) não era ainda tratado como prioridade ou com especial cuidado. Este fato fica evidente por ocasião da Reforma Pombalina, em meados do século XVIII, quando o Marquês de Pombal expulsa os Jesuítas, desmontando o sistema de ensino implantado no Brasil. A esse ato, não se seguiu nenhuma reforma cultural ou educacional - nada que pudesse, de alguma forma, substituir o que havia sido suprimido. O que parece ter ficado claro é que a sociedade brasileira - em especial aqueles grupos que estavam no comando - não tinha quase nenhum interesse pela educação.

⁹² RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. "Mulheres educandas na colônia". In: LOPES, Eliana Martha Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive(Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.79-94.

⁹³ XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Maria Olinda(Org.). *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994, p. 46.

O paliativo veio depois, no ano de 1772, com o surgimento das Aulas Régias (aulas avulsas sustentadas por um imposto colonial). Elas supriam as disciplinas que eram oferecidas anteriormente pelos colégios. Mas foi com a vinda de D. João, em 1808, que o Brasil recebeu um novo impulso político e cultural. Foram criados os primeiros cursos superiores brasileiros como a Academia Real da Marinha (1808), a Academia Militar (1810) e os Cursos de Cirurgia, Anatomia e Medicina (1808 – 1809).

Após a Independência do Brasil, em 1822, a questão da construção de um Sistema Nacional de Instrução Pública se faz necessária. Por conta da própria emancipação política do país, a educação tornou-se premente. O discurso da época girava em torno da construção de um “edifício instrucional” que pudesse dar os rumos à jovem nação. Vários projetos foram apresentados, mas sem obterem sucesso. Ficava claro que havia um descaso na efetivação de um sistema de educação popular em que tudo parecia estar voltado para o próprio benefício das elites. Segundo o Decreto de 15 de outubro de 1827, foram criadas as Escolas de Primeiras Letras com um currículo um pouco variado para as meninas.

As Escolas de Primeiras Letras, segundo o texto do decreto que as instituíra, deveriam ensinar a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática portuguesa e a doutrina católica. As escolas destinadas às meninas, uma vez que não cogitava-se em co-educação, deveriam substituir a geometria pelas prendas domésticas.⁹⁴

Essas escolas não se constituíam um interesse real do Império. As condições oferecidas aos alunos e aos professores eram as mínimas possíveis. Transmitia-se a ideia de que a educação popular era tratada com desprezo uma vez que o ensino público elementar implantado era frágil e de baixa qualidade.

A estatística oficial de 1832 elenca, em todo o império, 162 escolas de meninos e 18 de meninas; estas escolas estavam estabelecidas no Rio de Janeiro e na província do mesmo nome e também nas províncias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Mato Grosso, Goiás e S. Pedro do Rio Grande do Sul; sobre estas 180 escolas, havia ao menos 40 nas quais o lugar de professor estava vacante, e deste número, 8 eram escolas de meninas. Havia, pois, em todo o Brasil 10 escolas para o sexo feminino.⁹⁵

⁹⁴ XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Maria Olinda. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994, p. 64.

⁹⁵ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989, p. 61.

Era o ensino superior, em especial, os cursos jurídicos, que representava os maiores interesses do governo. Era como se aí estivesse o selo que confirmaria o total rompimento com a metrópole. Havia uma necessidade de preenchimento do quadro administrativo com pessoas qualificadas.

Fornecer ensino popular, principalmente depois da segunda metade do século XIX, significava dar instrução não apenas aos pobres, mas às mulheres e aos negros livres. Havia, portanto, uma série de implicações de cunho ideológico, social e econômico envolta nesse procedimento. Muitas das leis provinciais elaboradas a respeito do ensino público para a maioria da população não obtiveram sucesso. Segundo Luciano Mendes de Faria Filho, tudo esbarrava nos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual. A própria ideia por detrás do projeto das Escolas de Primeiras Letras mostrava que o que se conferia àqueles que não faziam parte da elite não passava do aprendizado básico das primeiras letras.⁹⁶

O Ato Adicional de 1834 havia estabelecido leis referentes à instrução pública. Com o tempo, foi-se lentamente substituindo a Escola de Primeiras Letras pela instrução elementar com conteúdos como rudimentos da gramática, de língua pátria, de aritmética e de conhecimentos religiosos. No período, o ensino técnico começou a ser ministrado para conter um número cada vez maior de trabalhadores rurais dispensados da produção e que não conseguiam se encaixar nas atividades industriais e comerciais, ficando a perambular pela cidade. Desse modo, surgiram as escolas para desvalidos. Desse projeto, destacaram-se o Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro (1856), o Liceu de Artes e Ofícios na Bahia (1872) e a Escola Profissional Masculina em São Paulo (1874).

O ensino público, durante praticamente todo o século XIX, não favoreceu muito as mulheres. Sua educação ficava à parte da masculina, totalmente diferenciada, por conta dos espaços que ocupavam e do currículo que estudavam. Como o Império acabou deixando a educação muito mais nas mãos de particulares, algumas mulheres de famílias abastadas e ricas podiam receber ensino em casa com aulas ministradas pelos preceptores e mestres-escola.

⁹⁶ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução Elementar no Século XIX”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 135-150.

...os segmentos mais enriquecidos da oligarquia contrataram professores brasileiros e estrangeiros para educarem as jovens em suas próprias residências, enquanto o segmento menos rico enviou suas filhas para estudarem nos diversos colégios internos criados nas maiores cidades da Província de São Paulo.⁹⁷

A criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão de professor. Nas décadas de 30 e 40 do século XIX, surgiram as primeiras escolas normais provinciais que substituíram o velho mestre-escola pelo novo professor de ensino primário.

Para as meninas pobres, restavam os seminários como o Seminário de Educandas de São Paulo (1825-1845) localizado na Província de São Paulo. A instituição de caráter filantrópico atuava originalmente dando abrigo e educação às órfãs de militares falecidos em combate. Mais tarde passou a receber crianças provenientes da Roda dos Expostos da Santa Casa e também pensionistas. A maior parte das meninas que lá ingressavam tinha entre 8 e 13 anos, segundo as listagens estudadas por Maria Lúcia Spedo Hilsdorf.⁹⁸

As meninas eram formadas nas práticas de relações sociais desiguais, pois, no funcionamento da casa, eram estabelecidas as funções que eram executadas por escravos. Maria Luiza Marcílio destaca as obrigações dos escravos e escravas que pertenciam ao Seminário. Eles faziam serviços internos e externos, como fazer compras na cidade, lavar e passar roupas, cozinhar, fazer sapatos, cuidar da horta.⁹⁹ Assim, as meninas estavam, desde cedo, a par das dicotomias sociais do país, dos diferentes papéis de brancos e negros. As desigualdades não se encerravam no plano étnico e racial, mas deveriam se estender também a posição social e de gênero que ocupariam enquanto mulheres.

O aprendizado que recebiam envolvia o ensino religioso, a leitura, a escrita, a conta, os crivos, os bordados, o fiar e a costura, a confecção de flores e puçá (trama das redes de pesca). A formação não atingiu sequer o nível de uma escolarização elementar. O objetivo maior era conduzir aquelas moças ao casamento; por isso mesmo, permaneciam no Educandário até que completassem os 18 anos. Daí, a necessidade de punir aquelas que se desviassem dos padrões morais que lhes eram ministrados: “o

⁹⁷ MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1959-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1996, p. 26.

⁹⁸ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. “Tão Longe, Tão Perto. As meninas do Seminário.” In: STEPHANOV, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 52-67.

⁹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Seminário das Educandas, além de funções devocionais e instrucionais, servia para preservar a honra e punir a desonra femininas”.¹⁰⁰

O que se intencionava então para as mulheres era que pudessem ser lapidadas, saíssem da ignorância associada ao período colonial. Elas deveriam saber ler, escrever e conversar. Com todas as mudanças que ocorreram na história política, social e econômica do Brasil, durante o século XIX, não se poderia mais admitir que elas ficassem resignadas apenas à função de dirigir uma casa e governar os escravos, deveriam estar aptas para o convívio social. Desse modo, recebiam uma educação direcionada para o polimento sociocultural.

Havia pouco interesse na profissionalização das mulheres, seu currículo era diferenciado exatamente porque, no caso delas, o que importava era garantir-lhes as noções básicas de traquejo social, especialmente, em se tratando daquelas da elite. Daí, o aprendizado de línguas estrangeiras, como inglês, francês, italiano e alemão; música, dança, pintura e prendas do lar. Para as meninas pobres que, na maioria das vezes, não podiam dar-se o luxo de receber tantos refinamentos, restava o elementar da cultura, as normas de comportamento e as prendas domésticas. Sendo assim, a sociedade oligárquica procurou, aos poucos, educar as mulheres, pobres ou ricas, que deveriam se portar, quando fosse necessária a sua presença em público e no recinto do lar. Teriam que ser também operosas e prestimosas donas de casa, esposas e mães de famílias.

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças de famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada.¹⁰¹

É interessante notar que as oligarquias do século XIX estavam diante de uma reconhecida modernidade e sabiam que algumas coisas ainda precisavam se desenvolver, como o próprio sistema de educação do país. Contudo, havia aquilo que Ivan Manoel chama de temor. Desejava-se romper o círculo colonialista de considerável “atraso” e adentrar no circuito internacional da produção capitalista; mesmo com a

¹⁰⁰ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. “Tão Longe, Tão Perto. As meninas do Seminário”. In: STEPHANOV, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 64.

¹⁰¹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 62.

persistência dos resquícios do patriarcalismo. No que tange à questão da submissão feminina frente às exigências do mundo moderno, as oligarquias ainda ficavam receosas. Aderir ao moderno de fato implicaria em educar suas filhas para além das propostas existentes naquele momento, para além do lar e do polimento. Na verdade, isto incluiria conferir-lhes direitos civis como direito ao voto, o que intimidava as elites brasileiras que temiam uma possível emancipação feminina.

Dando suporte às elites provinciais, estava a Igreja com o seu catolicismo conservador, que partia do pressuposto de que as leis divinas e naturais já haviam estabelecido desde sempre o papel da mulher nas tarefas domésticas. Nesta perspectiva, o homem ficava atrelado às atividades sociais. Legitimava-se, assim, a diferenciação na educação dos dois sexos.

Digo a sociedade como um todo porque me recordo de que não apenas a oligarquia, mas também as outras classes sociais livres rejeitavam a profissionalização feminina. O horizonte cultural e social daquele momento se restringe, no caso das classes sociais não possuidoras, a uma educação feminina que se limitava ao rudimentar ensino de prendas domésticas de modo a possibilitar a rápida absorção da menina nos trabalhos domésticos.¹⁰²

Com a Proclamação da República, nos finais do século XIX (1889), a educação no país sofreu alguns ajustes. A necessidade de ampliação do corpo eleitoral, que não poderia ser constituído por analfabetos, fomentou um movimento conhecido como – entusiasmo pela Educação –, estava patente o despreparo da nação com um contingente de analfabetos. Em regiões como o Nordeste com uma população formada basicamente de camponeses, ex-escravos, colonos e pobres submetidos aos coronéis, aos senhores de terras e do poder local, as estatísticas escolares eram ínfimas e os números do analfabetismo assustadores.

Entretanto, as medidas constitucionais brasileiras ainda mantinham a falida estratégia de descentralização do sistema escolar. Continuavam os estados com a responsabilidade de manter e legislar sobre a instrução pública elementar. A grande inovação do período foi a laicização do ensino público, haja vista a separação ocorrida entre a Igreja e o Estado na Constituição Republicana.¹⁰³ Ivan Manoel acrescenta a isso o grande arsenal inovador de materiais didático-pedagógicos (quadro-negro, lousas

¹⁰² MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1959-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1996, p. 33.

¹⁰³ XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Maria Olinda. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

individuais, cadernos, livros etc.) que aparecem no final do século XIX. Na última década deste século, surgiram as primeiras edificações públicas próprias para a realização da instrução primária: os Grupos Escolares.

Os Grupos Escolares eram amplas construções, em geral com uma arquitetura neoclássica, que deveriam apresentar, preferencialmente, simetria bilateral, de modo que as seções masculina e feminina ficassem em lados opostos e separados por um pátio interno [...].

Esta reorganização da escola primária pressupunha a uniformização e seriação dos conteúdos, distribuídos racionalmente no tempo de curso, e uma homogeneização dos grupos de alunos de modo que em cada classe todos estivessem dentro de uma mesma faixa etária e de um mesmo grau de desenvolvimento escolar – havendo a separação entre os sexos [...].¹⁰⁴

O primeiro Grupo Escolar do Brasil surgiu em São Paulo em 1890, uma experiência que repercutiu em outros estados. Daí em diante estavam em andamento as reformas do ensino. Era através desta modalidade de ensino que os republicanos pretendiam romper com o passado imperial e projetar um futuro para a nação. De fato, foi esse modelo estabelecido nos fins do século XIX que atravessou o século XX e serviu de base ou referência para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. O governo buscava uma uniformidade já que se entendia que a falta de instrução do povo era a causa da distância existente entre Brasil e nações civilizadas. Também era cogitada a instrução como uma espécie de arma contra a criminalidade, pois as elites temiam a massa de homens incultos. Por outro lado, a Igreja pretendia combater a prostituição feminina e as relações de amasiamento que eram apontadas como práticas comuns entre as classes populares, necessitando assim de freios que poderiam ser oferecidos pelo sistema educacional.

Maria Arisnete Câmara de Moraes, em *“Leituras de mulheres no século XIX”*, fala do desenrolar da educação feminina no Brasil em tal período como tendo sido ainda sensivelmente lento. O pai e o marido exerciam o papel de protetor da inteligência e moral das mulheres. Era dessa forma que se procurava manter o controle sobre os desejos e ações femininas, controle esse que passava até mesmo pelas leituras que as mulheres podiam fazer, pois aí estava mais uma extensão das prerrogativas masculinas.

¹⁰⁴ NÓBREGA, Paulo de. “Grupos Escolares: modernização do Ensino e Poder Oligárquico.” In: DALLABRIDA, Noberto (Org.). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 253-255.

Temendo-se à ênfase no mundanismo, é que surgiam literaturas moralistas que deveriam estar presentes nas bibliotecas das mães de família.¹⁰⁵

Um exemplo típico de tal intenção de controle sobre o intelecto feminino estava presente nas cartas do Sr. José Lino Coutinho, que pretendia fornecer as orientações básicas a serem seguidas no processo de instrução das meninas. Naturalmente, os preceitos ali expressos encontravam-se vinculados às ideias de caráter médico e higienista, levando-se em conta os cuidados com o corpo, mente e espírito feminino. De fato, o discurso médico-sanitarista, cada vez mais acentuado na segunda metade do século XIX, dava ênfase à maternidade e às tarefas que esta acarretava, tendo em vista a procriação como “vocação natural”. A medicina daquele período passava a assistir com mais atenção à mulher e às crianças. Estava em busca da prevenção da emergência de qualquer sinal de doença ou desvio de conduta. Entre as práticas de higiene e saúde pública, destacava-se a puericultura, ciência que trata da higiene física e social da criança. Desse modo, a medicina aliava-se aos interesses da Igreja e das elites em promover as justificativas para o disciplinamento da mulher, em especial daquelas mais pobres por se entender que estas últimas encontravam-se mais vulneráveis aos vícios e às doenças. Era no controle sobre as famílias e as formas de cuidarem de seus filhos que as autoridades viam a possibilidade de prevenir perigosas consequências políticas da miséria e do pauperismo.

Não é sem motivos, portanto, que é nesta fase que surgem pelo Brasil muitas instituições de assistência e proteção à infância desamparada. “A tarefa de recuperação da infância abandonada, neste contexto, cumpre a função de justificar a crescente intervenção da medicina no campo da política e sua interferência no domínio privado da família.”¹⁰⁶ Alguns exemplos foram o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro*, fundado em 1901; *Instituto Disciplinar de São Paulo* de 1902 e institutos profissionais para menores pobres em 1909. A preocupação era com a provável marginalidade que poderia incorrer da falta de disciplinamento sobre as crianças pobres e entregues à própria sorte. Partia-se, então, da premissa de que era necessário apascentar os desajustados e rebeldes, sendo eles ou elas. Era dentro desse projeto que as casas ou abrigos germinavam, provendo instrução, disciplina e, no caso

¹⁰⁵ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

¹⁰⁶ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 120.

das instituições que atendiam às meninas, aplicação de normas de conduta muito peculiares aos padrões de moral cristã.

Martha de Abreu Esteves procurou focar, em sua obra “*Meninas Perdidas*”, as condições, regras e preceitos morais que cabiam às moças de honra resguardarem a fim de se manterem em harmonia e nunca em débito com a sociedade. Isso se aplicaria, em especial, àquelas que eram pobres e órfãs. Embora ela esteja falando do Rio de Janeiro e examinando os processos-crimes referentes aos defloramentos de mulheres, a autora discute também as relações entre o tecido social e a justiça civil. O modo como a sociedade enxergava a mulher e o que se esperava dela encaixa-se exatamente nos modelos e normas que eram também transmitidos às meninas que viviam em asilos, internatos e escolas pelo Brasil afora. Está tudo muito ligado às noções de comportamento cabíveis às mulheres dentro do corpo social. Martha Esteves mostra como seria perigoso e prejudicial para a mulher o descumprimento das tais normas estabelecidas e como isso poderia, inclusive, ameaçar os seus direitos legais. Ela retrata bem o peso que tinham as regras morais para o feminino, o que implica na questão do quanto se fazia necessário, naquele contexto, o acompanhamento, o cuidado, o zelo, a condução e a vigilância das mulheres desde a tenra infância. Os asilos juntamente com outras instituições faziam esse papel.¹⁰⁷

Vale lembrar que essas casas que prestavam tal serviço social, normalmente eram oriundas de iniciativas particulares e filantrópicas. O governo brasileiro ainda não havia tomado a liderança na promoção da educação, bem como acolhimento aos órfãos e menores abandonados. E quanto ao ensino público, ainda sofria limitações, principalmente em cidades do interior onde havia pouca oferta. O Asilo Filhas de Ana surgiu exatamente na intenção de atender a necessidade local de uma instituição que sustentasse, educasse e preparasse para a vida meninas desvalidas. A educação que as órfãs recebiam lá estava dentro do sistema desenvolvido na época e, comungava com os seus intuitos políticos, sociais e religiosos. A vigilância, à qual estavam submetidas as mulheres, ficava de fato evidente nesse modelo de ensino e acolhimento que lhes era ministrado. Entretanto, um convívio dessa natureza não estava isento de abarcar uma série de questões muito específicas ligadas às experiências femininas, experiências essas, forjadas no interior da instituição. Numa casa com um plano normatizador tão

¹⁰⁷ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

explícito, como era o caso do Asilo Filhas de Ana, era perfeitamente possível que, dessa relação de poderes envolvidos, surgissem conflitos, tensões e resistência.

3.2 As tensões de uma normatização asilar

O Asilo Filhas de Ana intencionou favorecer meninas órfãs sem ou com poucos recursos. Dentro da dinâmica da época, do que se entendia como educação feminina, a instituição prestava, além do serviço social de abrigar e custear a sua manutenção, a tarefa de ministrar-lhes o ensino. Num projeto educativo totalmente voltado para mulheres, não havia incentivo a qualquer tipo de profissionalização, exceto o serviço doméstico nas casas de famílias. No geral, a Casa tomava para si a missão de preparar aquelas moças para o matrimônio, pois, em sua maioria, era na condição de noivas com o casamento às portas que as jovens abandonavam o recinto.

Elas eram acolhidas na infância, algumas porque tinham sido abandonadas pelos seus na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, outras porque as famílias não tinham como criá-las. Eram, portanto, de origens comuns, frutos da pobreza e do abandono. Embora a documentação referente ao Asilo não dê conta de informar a procedência racial das órfãs, num contexto pós-abolicionista em que muitos ex-escravos migraram para a cidade, e, em sua maioria, não conseguiram empregos nem condições dignas de vida, entende-se que havia um número significativo de crianças negras ou mestiças na pobreza ou absoluta miséria. Todavia, levando-se também em conta o fato de que a instituição deixava transparecer a existência de um procedimento seletivo na entrada das crianças, há de se questionar a possibilidade de ter havido alguma espécie de preferência por um perfil em detrimento de outro.

As internas vinham de cidades vizinhas e da própria cidade de Cachoeira. A idade mínima para entrar no Asilo era a de seis anos. Desse modo, algumas meninas, aquelas que eram abandonadas ainda bebês na roda dos expostos, permaneciam na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira até que atingissem idade para serem transferidas para o Asilo. Vale ressaltar que, na Santa Casa, elas não estavam recebendo um acompanhamento educacional, uma vez que se encontravam na enfermaria. Havia aqueles casos em que a mãe falecia ao dar a luz e, não vindo nenhum familiar reclamar pela criança, ela permanecia na enfermaria. Somente com a transferência delas para o Asilo Filhas de Ana é que recebiam instrução escolar.

Os relatórios do Asilo (Foto 5) mencionam as disciplinas que faziam parte do currículo das meninas e a cada findar de ano era feito um registro do aproveitamento das asiladas: “foi bom o aproveitamento das asyladas, em portuguez, musica e prendas; sendo quase todas examinadas no fim do anno, tendo a maior parte d’ellas optimas notas”.¹⁰⁸ Percebe-se que o ensino era mesmo elementar, destinado a dar às órfãs noções básicas de leitura e escrita, além, é claro, de fornecer-lhes os aprendizados domésticos peculiares tais como lavar, costurar, bordar... e um certo nível de refinamento social através da música: “vemos, felizmente, com prazer que a maioria d’ellas já lê e escreve soffrivelmente, e sabe desenvolver-se em qualquer serviço a ellas apropriado, de acordo com a sua idade e vocação”.¹⁰⁹



Foto 5 - Relatórios originais do Asilo Filhas de Ana. Fontes documentais encontradas no memorial da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira-BA

As educandas recebiam ainda o ensinamento religioso associado a um condicionamento moral de acordo com os padrões estabelecidos pela Igreja Católica e difundidos na sociedade. Havia uma preocupação significativa com a prostituição e as

¹⁰⁸ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asilo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d’A Ordem, 08 de abril de 1902, p. 04.

¹⁰⁹ Idem. *Relatório do Asilo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d’A Ordem, 30 de maio de 1896, p. 13.

relações ditas escusas, tão comumente associadas às classes pobres. Considerando o pensamento tradicionalista de que a mulher seria a fonte do pecado, fazia-se especialmente necessária a normatização ou o controle sobre a conduta feminina. Viase a instituição no dever de resguardar a honra de suas internas, preservá-las de qualquer mácula. No relatório que se refere ao ano de 1901, estas questões são abordadas. O Sr. Mello aponta a prostituição como a maior inimiga a ser combatida e deixa evidente o interesse em defender sempre o nome do asilo como uma referência na defesa da moralidade, da honra e da piedade cristãs.

Os atos religiosos eram uma constante na rotina das alunas. Havia a confissão, comunhão, comemoração das datas sacras como o mês mariano, comparecimento às missas paroquiais e a outras funções da Igreja. Para o funcionamento interno havia uma administração incluindo uma diretora, professoras e um padre que, além dos ensinamentos, ministrava aulas de português. A cada ano os relatórios atualizavam a relação das pessoas que ocupavam tais funções.

Comparando os relatórios, podemos observar as despesas, as novas contratações, as permanências nos quadros de professores de primeiras letras, prendas e trabalho domésticos, bem como as mudanças de diretoria, inclusive seu salário mensal.

Era do interesse de seu fundador melhorar as condições do estabelecimento apresentadas por ele mesmo como precárias. Idealizava-se a construção de uma pequena biblioteca e a efetivação de uma orquestra regular.¹¹⁰ Não há registros de que tenha conseguido qualquer um desses intentos. Os custos para a manutenção do Asilo eram altos e nem sempre havia recursos suficientes para o pagamento das professoras. Sendo assim, a medida adotada como espécie de paliativo para as dificuldades econômicas envolvia a modificação, em parte, da meta inicial da casa. Aos poucos, além das órfãs, acabou-se por aceitar meninas que tinham familiares vivos, as pensionistas. O dinheiro proveniente de seu internamento no Asilo era encarado como auxílio para a continuidade das obras.

O Asilo passou a receber também algumas alunas externas, estas últimas não viveriam ali integralmente, apenas se beneficiariam do ensino que suas famílias custeavam através do pagamento de mensalidades. Portanto, dentro de um espaço

¹¹⁰ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 08 de abril de 1902.

caracteristicamente filantropo, estava se instalando, mesmo que timidamente e embalado pelas circunstâncias, uma educação particular. De fato, a experiência no Asilo Filhas de Ana era bastante condizente com o sistema educacional brasileiro naquele momento. Como era difícil para as associações caritativas manterem um educandário com sistema de internamento apenas com doações e um pequeno apoio dos governos provinciais, a saída, muitas vezes, estava em organizar concomitantemente aos asilos uma espécie de escola particular:

Pelas circunstâncias que sobrevieram, o número de 10 alumnas foi elevado a 15 e, depois, por pedido de diversos chefes de famílias, foi permitido ainda elevar esse número, pertencendo, porém, ao Asylo o resultado das que excedessem de 15...¹¹¹

Percebe-se que havia famílias com algumas posses que queriam dar uma educação regular a suas filhas. A insistência das famílias em matriculá-las no Asilo pode ser um demonstrativo da precariedade de oferta do ensino público e mesmo de ensino particular para moças no município de Cachoeira naquela ocasião.

Já está claro que o que a sociedade, de uma maneira geral, incluindo a Igreja Católica e o Estado, esperava de uma educação feminina uma formação de mulheres que deveriam ser boas donas de casa, por isso, o ensino das prendas domésticas. Segundo o manual da época, o *Lar Feliz*, citado por Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, a mulher teria atividade para todo o dia e até mesmo para depois que todos de sua casa dormissem. Saber fazer os consertos em roupas e mantê-las limpas, além de realizar todo o trabalho manual de dentro de casa evitaria que se tivesse que pagar a alguém para fazer.¹¹² Como os dois caminhos apontados pelo Asilo às suas órfãs eram o trabalho doméstico em recintos particulares e o casamento, que em si, também redundaria no exercício desses serviços, a preparação era considerada primordial.

Segundo Alberto Heráclito, dentre as oportunidades de trabalho postas para as mulheres pobres baianas da última década do século XIX até meados do XX, os serviços ligados à rotina doméstica ocupavam o primeiro lugar. O que acabava por revelar as permanências das relações servis na sociedade. Existiam as possibilidades de a mulher vir a ser uma “criada de dentro de casa”, como eram então chamadas as

¹¹¹ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia d’A Ordem, 1901, p. 4.

¹¹² MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. “Recôndidos do Mundo Feminino.” In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

domésticas, desempenhando as funções de babás, amas-de-leite, cozinheiras. Em especial, para o posto de babá, requisitavam-se, com maior frequência, adolescentes que, de acordo com anúncios de jornais da época, deveriam ser asseadas, de boa saúde e pacientes. Mais uma vez as condições morais eram pesadas, pois as famílias tradicionalistas preferiam claramente que seus filhos ficassem em companhia de uma mocinha de tenra idade, do que com uma rapariga desvirginada. E se essa mocinha procedesse da zona rural, ainda melhor, isso indicaria uma exaltada docilidade e subserviência em detrimento dos vícios urbanos.¹¹³

No conjunto com as prendas domésticas, estava o empenho em desenvolver as virtudes e valores da época. Como o Asilo cuidava de meninas que haviam sido resgatadas das ruas, preocupava-se com o fato de terem desenvolvido uma vida de imoralidades, degradações e sofrimentos. No sentido próprio, o que o Asilo fazia era apresentar-lhes as normas comumente aceitas pela sociedade no que diz respeito ao papel da mulher. Daí então, seus comportamentos seriam submetidos a tais normas através de um processo disciplinar. Processo disciplinar esse que envolvia a assimilação dos discursos higienistas e do controle da sexualidade tão marcantes na época.

Naturalmente existiam muitas coisas na fala, na atitude da mulher, no modo de se portar em público que sofriam constante vigilância, já que era preciso diferenciá-las daquelas também de nível social muito baixo, mas que havendo sido entregues à sua própria sorte, eram sempre encaradas através de uma penumbra de dúvidas. As órfãs asiladas faziam parte de uma outra categoria social. Eram mulheres que, pela educação que tinham reconhecidamente recebido, seriam vistas como virtuosas, puras, prendadas, exatamente por terem se deixado normatizar. Aquelas que não pudessem, por alguma razão, ser incluídas nesse processo, ou seja, as que resistissem ou não se submetessem às regras, não poderiam permanecer na casa pia.

Michel Foucault diz que o poder está diretamente ligado ao saber, uma vez que é através do ensino ou da pedagogia que se veiculam as normas, as repressões e se estabelece a vigilância. Assim, ele fala da multiplicação das circunstâncias de poder e do número dos potenciais vigilantes em uma sociedade disciplinar. Afinal o cotidiano é

¹¹³ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1994.

palco de contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas sociais.¹¹⁴

As práticas em instituições como o Asilo eram peculiarmente parecidas. As meninas eram constantemente vigiadas e disciplinadas, deveriam seguir os estatutos e as mais velhas deveriam fiscalizar as mais novas. As quebras de regras resultavam em punições correspondentes que envolviam privações de recreios, reclusão, aumento de tarefas braçais, lições dobradas, redução de comida...

As meninas tinham que seguir rigorosamente as atividades programadas pelos adultos; desconsideradas como agentes da construção da sua própria subjetividade e história, deveriam alcançar os destinos já estabelecidos para a sua condição de gênero e origem social.¹¹⁵

A criança era, portanto, tratada como um vir a ser e não um ser capaz de construir sua própria história era como se ela não tivesse seus próprios interesses e não pudesse ressignificar todas as atividades às quais estava atrelada. O exercício do poder estava notavelmente vinculado a todo esse procedimento de controle.

Nos internatos, as crianças eram criadas com poucas possibilidades de expressarem vontades próprias; elas tinham suas individualidades ameaçadas pelo coletivo, pelo que era encarado como melhor para todas. A vigilância constante e o estabelecimento de rotinas rígidas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso pretendiam gerar a impessoalidade.¹¹⁶

A formação escolar era deficiente e direcionada para que ocupassem os escalões inferiores da sociedade. É preciso levar em conta, ainda, que internar uma criança, apesar de todas as intencionalidades caridosas que motivassem tal procedimento, significava para esse ser sua exclusão social. Essa era a forma encontrada naquele momento por aqueles que detinham o poder intelectual, religioso, político e econômico para lidar com o abandono e as infrações resultantes do mesmo. Pretendia-se então acolher, proteger, internar, separar, excluir...

Os séculos XVIII e XIX foram apontados por Foucault como aqueles em que houve uma clara visibilidade da sociedade disciplinar, ocorrendo aí o entrelaçamento do

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹¹⁵ CHAVES. Antônio Marcos et al. "Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX". In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, num. Esp; 2003, p. 93.

¹¹⁶ PASSETI, Edson. "Crianças Carentes e Políticas Públicas". In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 347-375.

poder com o saber como um dos motores que possibilitaram a sua ampla difusão. Essa relação do poder com o saber ficou evidente nas escolas, nos métodos pedagógicos que propiciaram a expansão das ideias de disciplina, boa educação e boa conduta e, ainda em outras instituições. Lá se estabeleciam os freios para coibir quaisquer manifestações que ferissem o que se entendia por moral, os mecanismos de controle da sexualidade e os padrões do que era reconhecido como normal. Por isso mesmo, em “*Vigiar e Punir*”, Foucault fala do poder como sendo indiscreto, já que interfere mesmo nas intimidades dos indivíduos, castra suas expressões e atitudes por ter caráter normatizador. É como se o poder estivesse alerta, sempre à espreita para inibir e retrair ações contrárias. Ao mesmo tempo, ele é discreto, isso porque funciona permanentemente em grande parte no silêncio. Ele articula-se de baixo para cima, de cima para baixo e lateralmente, pois o poder disciplinar controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar.

Portanto, há uma transitoriedade do poder, ao invés de ser uma prática de indivíduos ou grupos dominantes. Dessa maneira, pode-se pensar em uma série de movimentos inesperados que podem acontecer no nível do cotidiano, promovidos por variados indivíduos, o que foge à ideia de que somente as vontades conscientes de certos grupos dominantes constituiriam a força motriz da dinâmica social. Se o poder, que não é único, transita por todo o corpo social, ele também age incisivamente sobre aqueles que, em tempos atrás, eram vistos como os seus detentores por excelência.

Logo, a instituição disciplinar, Asilo Filhas de Ana, mediante a pedagogia, passava às órfãs os ditames para compor um modelo feminino ideal; no entanto, ela não estava em momento algum isenta de deparar-se com outras manifestações de poderes no seu próprio interior. Isto pode ter ocorrido desde a possível não aceitação feminina das normas dadas até o uso das mesmas como subterfúgio para galgar maior espaço e visibilidade no meio social.

Tenho buscado em minhas pesquisas exatamente as outras forças ou poderes que podem ter existido dentro do Asilo para além daquele caracteristicamente disciplinar, reconhecendo aquele espaço como tendo sido um ambiente passível de tensões e antagonismos. E, a partir dele, tento perceber as tentativas e estratégias femininas de engendrar outros poderes e de negociar possíveis brechas no tecido social de onde emana o controle. Afinal, como diria Foucault, onde há poder, há resistência.

De fato, nem todas as meninas sentiam-se tão gratas assim pela acolhida que era tão veementemente apontada como uma espécie de resgate sublime.

As retiradas do asylo foram: Maria Carolina Machado, desvalida, entregue à seus parentes por não querer ela continuar no asylo, tornando-se insurportável; Elisa Maria Rodrigues, pensionista, retirada por seu pai; e faleceu Maria Engracia Lopes, pensionista da Santa Casa de Misericórdia.¹¹⁷

Evidentemente o plano educacional apresentado à mulher nem sempre a contemplou em seus ensejos. Elas eram moldadas desde muito cedo para corresponderem a padrões específicos e até mesmo difundirem estas normas. No geral, até se poderia falar de uma aceitação, mas sem nunca descartar as possibilidades de resistência, de contestação e não submissão, senão, como se explicaria o temor das elites com referência à educação feminina? Havia certamente a ameaça de que elas pudessem querer mais do que lhes era socialmente oferecido, direitos legais, inclusive. Reconhecia-se então que, do mundo feminino, poderia emergir um inimigo no mínimo incômodo. Por isso mesmo, que, no século XIX, se deu tão pouca importância à educação das mulheres, e quando assim o faziam, era dentro de limites muito definidos: a mulher aprendia para o lar e o homem para se profissionalizar. Estavam aí, no método educativo, as colocações de seus papéis sociais. Naquele momento, vencer essa barreira era no mínimo complicado, visto que até mesmo obter esse ensino que o governo, a Igreja e as instituições sociais privadas designavam à mulher, não era privilégio de todas.

Segundo Rosa Maria Barboza de Araújo, o percentual de mulheres alfabetizadas em relação ao total da população feminina só veio a ampliar-se do finalzinho do século XIX para as primeiras décadas do século XX. Em 1890, eram 43,53%, em 1906 passaram a 46,01% e em 1920, 55,77%.¹¹⁸

O município de Cachoeira e o Asilo Filhas de Ana não fugiam dessa conjuntura, mesmo porque a maior quantidade de escolas estava localizada na região Sudeste, de modo que o quadro educacional nordestino (principalmente nas cidades do interior) deixava de fato muito a desejar. O Asilo figura nesse meio como uma das veias disseminadoras das concepções educacionais socialmente aceitas no que dizia respeito à condução de meninas para a vida.

As asiladas não eram necessariamente moldáveis, enquanto sujeitos sociais, nem sempre satisfaziam as prerrogativas de dóceis e submissas, pois, caso contrário, não

¹¹⁷ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 17 de abril de 1897, p. 4.

¹¹⁸ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocaçào do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

haveria a necessidade de expulsão daquelas, que, de acordo com os relatórios, estavam perturbando a “paz” do recinto. Logo, o ambiente asilar, assim como todo espaço em que imperam normas e vigilância, estava suscetível a contra-poderes, ou seja, uma espécie de reação ou resistência às regras impostas. Os relatórios não são claros em apontar de quais formas algumas das internas poderiam estar desequilibrando a rotina da Casa e causando mal estar ao seu fundador, mas o fato de revelar a existência de situações embaraçosas como a retirada de uma menina que era tida como inconveniente. A recusa da asilada em permanecer na instituição pode demonstrar certa inadequação de sua vivência com aquela sistemática, bem como a ocorrência de conflitos e tensões.

A natureza dos relatórios, até mesmo por conta de seu caráter objetivo, não revela um interesse em expressar muitos detalhes da vida no interior do Asilo. Por essa razão, perceber como eram esboçadas as experiências das menores no cotidiano é uma tarefa que exige a leitura das entrelinhas, o levantamento de questionamentos, como aqueles que surgem do fato de ser um homem proveniente das elites cachoeiranas quem escrevia e dava informações sobre o Asilo. As intenções presentes no discurso precisam ser levadas em conta. Aquela era uma Casa que pretendia frear a prostituição, combater com todas as armas possíveis as práticas que desonrassem a imagem feminina, introduzir a mulher dentro de um projeto pedagógico de ensino voltado para a salvaguarda do lar e de todos os preceitos morais e cristãos propagados pelas elites e Igreja Católica à sociedade.

É natural, portanto, que seu fundador - ferrenho lutador pelo bom andamento da instituição e zeloso em fazer cumprir os objetivos idealizados - não quisesse exhibir ou ao menos tivesse cuidado em tratar de acontecimentos que pudessem sugerir alguma espécie de fracasso no processo de normatização feminina. Parecia ser vital ao final de cada relatório expressar os bons resultados, como as asiladas haviam se saído nas notas das matérias estudadas e no desenvolvimento das prendas. Em poucos momentos se deixou escapar algo que denotassem aquelas meninas como seres com vontades próprias, o que, evidentemente, não quer dizer que elas não as tivessem. O silêncio nesta questão já é em si algo revelador.

Em toda sociedade, a produção discursiva é controlada, selecionada e organizada. Mediante as análises foucaultianas, fica mais claro o entendimento de que no próprio discurso pedagógico de educar e preparar mulheres para a vida havia evidentemente interesses e implicações sociais e políticas. O discurso é entendido por Foucault como muito mais que aquilo que aparenta ser, em vista de que até mesmo as

interdições que o atingem revelam de imediato sua ligação com o desejo e com o poder.¹¹⁹ O Asilo funcionou dentro dessa concepção que não somente era religiosa, mas também política. Na medida em que se delineava o papel específico que caberia à mulher desempenhar em sociedade lhe era vetada a participação nas demais facetas sociais

Entender a resistência feminina dentro desse processo normatizador não se trata da busca pela contraventora, a rebelde que rompe com todos os parâmetros. As meninas reclusas no interior do Asilo podem ter engendrado outras formas de não aceitação que, inclusive, justificaria a saída de algumas de lá. Teoricamente, elas apenas abandonariam a instituição quando se casassem, mas, no decorrer dos anos, meninas iam saindo para o convívio com seus familiares. Com a pouca oferta de educação pública na cidade daquele período, sendo que até mesmo pais que podiam pagar pela instrução de suas filhas as colocavam no Asilo na qualidade de alunas externas, essa saída das desvalidas era algo no mínimo digno de atenção.

Além do que, muitas das meninas tinham entrado naquele acolhimento um pouco já crescidas, isto é, com 11 anos. Uma criança nessa faixa etária, de acordo com os próprios discursos sanitaristas da época, já portaria alguns vícios e comportamentos comuns às classes baixas. Essa poderia ser uma problemática para o Asilo, levando-se em conta que os princípios de moral que eram difundidos lá dentro geralmente não condiziam com as práticas executadas no ambiente de onde procediam as menores. Embora as regras de conduta fossem as mesmas para mulheres de todas as classes sociais, os modos como elas as viam e reproduziam eram diferentes. Os conceitos sobre namoro e casamento sofriam modificações entre os populares. Certos tipos de relacionamentos e convivências eram aceitos. A honra e a virgindade nem sempre eram encaradas do modo como a Igreja pregava. Sem falar que, entre as pessoas mais pobres, havia uma liberdade maior para a mulher no sentido de que algumas meninas já transitavam pelas ruas desde muito cedo ajudando familiares nos serviços: vendiam, levavam recados e roupas, compravam pão... E, quando estavam mais crescidas, não contavam com a presença de acompanhantes, como as mulheres de certo poder aquisitivo, para que pudessem circular e inclusive namorar. Muitas eram filhas de mulheres que viviam amasiadas, que eram mães solteiras e que geralmente precisavam trabalhar, não podendo assim prover-lhes a vigilância que as normas cristãs impunham.

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

No caso das órfãs, muitas vezes criadas por estranhos até serem entregues aos cuidados de uma casa de caridade, pode-se considerar que os procedimentos asilares nem sempre se adequavam a seus hábitos e desejos.

Assim como seria uma utopia pensar que a população pobre conseguiu de fato absorver toda a educação pretendida pelos juristas, Igreja e a alta sociedade, do mesmo modo seria também, entender o Asilo como reduto do saber onde todas as órfãs docilmente se enquadravam nos preceitos que lhes eram apresentados. Seria o mesmo que fechar os olhos aos seus costumes, valores e entendimentos que precediam a sua entrada naquele espaço.

Nem as asiladas estavam em absoluta conformidade com os parâmetros do Asilo, assim como também alguns na sociedade cachoeirana expressavam certo descontentamento com a instituição filantrópica. Portanto, as tensões estavam presentes não apenas no seu interior, mas entre o corpo social em que o mesmo estava inserido. O Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello defendia arduamente o Asilo contra todas as críticas que a Casa recebia. A ideia de que o trabalho lá realizado seria uma espécie de missão Divina norteava todas as suas defesas a favor do Asilo.

Porque será que criaturas pouco escrupulosas procuram empregar muitas das suas horas em apreciações as mais injustas sobre o nosso asylo?...Não dóe, pois, que, em vez de nos auxiliarem e animarem, gastem por ahi além horas, muitas vezes tão aproveitáveis em apontar defeitos que o nosso asylo não tem, e em calumniar-lhe tão desapiedadamente?...Apreciações tão injustas! Affirmativas tão inverosimeis, que, si não fosse a capa impermeável que envolve meu coração, para que elle possa seguir livremente a sua jornada, já teria chegado ao desespero!¹²⁰

Não fica claro exatamente de que natureza eram as acusações ou comentários depreciativos sobre o Filhas de Ana, quais críticas sobrecaíam sobre o seu fundador, mas era tácito que nem todos na sociedade viam a Casa como uma “salvadora magnânime” da orfandade cachoeirana. É possível que a pretensão do Sr. Antônio Carlos de prover o modelo ideal de feminilidade às órfãs não estivesse sendo tão eficaz na prática. Embora suas palavras sempre enaltescessem a instituição, os relatórios deixam transparecer a existência de um contradiscurso. Havia falatórios que pareciam tender a arranhar a imagem da Casa perante o social.

¹²⁰ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia d’A Ordem, 17 de abril de 1897, p. 20.

Só se lembra de desprestigiar esta casa quem nunca se lembrou de prestar-lhe o menor benefício. Si Vv. Exas. Interrogarem a uma d'essas pessoas, terão esta resposta: - É o que ouvir dizer.

Porque não vêm aqui ver tudo o que se faz, e o que se passa em todo este recinto? O nosso asylo é uma casa aberta! Aqui não se esconde nada. Tudo quanto n'elle há está a vista de quem quizer ver!¹²¹

A defesa do fundador concentrava-se em expor o pouco ou nenhum comprometimento dos seus críticos em desempenhar obras de caridade. E que fique registrado o apelo para que aquelas línguas “maldosas”, ao invés de difamar ou caluniar, se unissem pela causa a favor das pobres órfãs asiladas. Numa tentativa de demonstração de serenidade, o Sr. Antônio Carlos convoca a tais para uma reflexão bem aos moldes da doutrina católica, pregando a justiça e a compaixão cristã.

Si estas minhas palavras não chegam para fazer doer a consciência d' aquelles que nos deviam auxiliar n'esta obra meritória, sirvam ellas ao menos para lembrar-lhes que também é caridade ser-se justo, não calumniar-se e concorrer-se para tudo quanto tende a ser útil a humanidade, deixando ao menos seguir em paz aquelles que, pelo menos, trabalham por alguma cousa boa!¹²²

Não se percebe uma ponderação sobre as acusações, ou mesmo uma exposição das mesmas. Ele não revela o que está sendo posto sobre suspeita, restringe-se a fazer um chamativo de cunho estritamente emocional e inflamado, apoiando-se sempre na figura da Mãe Protetora. Essa Associação agregava senhoras conhecidas pela comunidade como sendo respeitáveis e exemplares. Sendo assim, evocá-las em seu discurso era um mecanismo encontrado pelo Sr. Antônio para legitimar suas ações e trabalhos realizados em prol do Asilo. Estava, portanto, na honra feminina a sua principal defesa.

Sinto estar abusando de vossa bondade; mas assim me vejo de alguma maneira desaggravado, porque vossa presença aqui e o vosso concurso são o meu mais valioso attestado.¹²³

Nota-se, portanto, que, embora o Asilo constituísse uma obra social de caráter filantrópico que por excelência prezava os preceitos católicos tradicionalmente aceitos pela sociedade, ele não estava imune ao questionamento e críticas sobre as práticas lá

¹²¹ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia d'A Ordem, 17 de abril de 1897, p. 21.

¹²² *Ibidem*, p. 22.

¹²³ *Ibidem*, p. 22.

executadas. Por mais que os relatórios apresentem uma imagem de seu fundador relacionada à benemerência e a princípios normativos de conduta, os comentários aqui já citados, que as mesmas fontes trazem com respeito a insatisfações de pessoas da cidade com o Asilo e seu fundador, podem apontar para problemáticas no binômio Asilo – sociedade, à medida em que o andamento da Casa parecia estar em alguns momentos sendo colocado sob suspeita.

Desse modo, as tensões asilares existiam para além do seu funcionamento interno. As questões que poderiam propor uma quebra do aparente equilíbrio que instituições assim buscavam ostentar, não apenas se faziam presentes, como extrapolavam os limites do espaço ou reduto normativo. Elas eram gestadas através das reações das órfãs à disciplina, que lhes era apresentada pelo fundador da instituição e pelas Mães Protetoras, e fomentadas também por membros da sociedade que - utilizando-se da prática das “maledicências” - evocavam contradições que poderiam estar presentes não apenas no Asilo, mas em todo um sistema normativo e disciplinar relativo àquela época.

CAPÍTULO 4 - MULHERES DE ELITE E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS

As mulheres ditas de elite sempre foram caracterizadas pelo status que possuíam no meio social. Essa posição advinha do nascimento ou casamento, desse modo, era significativo o pertencimento a famílias bem conceituadas economicamente e, em alguns casos, politicamente também. A mulher poderia contribuir para o reconhecimento social de sua família, isso implicaria em quão bem ela cumprisse suas funções no lar e o quanto fosse respeitável fora dele. Já que sua moral traria grande repercussão sobre o nome da família a qual pertencia, ela precisava, portanto, sofrer constante vigilância e muitas vezes encerrar-se no interior da casa.

Em fins do século XIX, as ruas não eram espaços convidativos para as mocinhas e senhoras casadas de famílias ricas. As mulheres que mais frequentavam os lugares públicos, que iam e vinham constantemente, dividindo os espaços das ruas com os homens, eram geralmente aquelas pobres e trabalhadoras. Tratava-se de mulheres que vendiam, lavavam, costuravam... Muitas acompanhadas de seus filhos e filhas e tendo que lhes prover o sustento sozinhas, por constituírem-se chefes de famílias. Então, a princípio, pode-se dizer que o espaço público, de predominância masculina, também era povoado por seres do sexo feminino, que, não raro por necessidade financeira, se faziam presentes e adquiriam uma espécie de passe livre pela cidade, dadas as atividades nas quais estavam empenhadas. Contudo, logicamente, essas mulheres continuavam sendo vigiadas, cobradas e até mesmo punidas quanto à sua moral.

Entretanto, não tardou para que as senhoritas e senhoras das classes abastadas também viessem às ruas. Afinal, já não se tratava mais do período colonial em que se falava das mulheres como integralmente enclausuradas nos interiores dos lares, sem representatividade social. A questão era que, no século XIX, as mulheres de famílias prósperas, na maioria das vezes, costumavam ir às ruas para frequentar locais que lhes proporcionassem lazer ou conforto espiritual. Sem a necessidade de ganhar o sustento, sua presença no meio público não deveria ser tomada como simples frivolidade. Daí, a boa aceitação de mulheres de elite engajadas em obras caritativas. Dessa forma, elas

estariam cumprindo um dever cristão e, ao mesmo tempo, realizando uma atividade nobre e digna.¹²⁴

O assistencialismo possibilitava as mulheres uma projeção social para além das idas à Igreja, magazines e chás. Ainda mais a prática da filantropia feminina não era apenas aceita com tranquilidade, como também era estimulada pela Igreja e patrocinada por pais e maridos.

Desse modo, as mulheres de elites colocavam-se a favor de causas que, não raro, relacionavam-se à preservação dos costumes moralistas. Tais costumes e regras de conduta destinadas ao sexo feminino continuaram ainda na primeira metade do século XX a nortear a formação de moças e as atividades de damas da sociedade. Um bom exemplo disso foi o trabalho desenvolvido por dona Henriqueta Martins Catharino em Salvador. Filha de família abastada com formação intelectual e prendada em atividades domésticas, em 1923, criou o Instituto Feminino da Bahia que oferecia além do Curso Normal, o técnico em contabilidade às alunas. Lá as mesmas eram abrigadas em regime de internato e sofriam um rigoroso controle sobre sua conduta, entendendo-se que a castidade e a pureza as tornariam mulheres consideradas moralmente fortes.¹²⁵

Outra atividade também desenvolvida por mulheres de elite tinha a ver com a leitura e a escrita. A leitura sempre se fez presente no interior de muitos lares, bem como a escrita bem retratada pelo hábito de produções, tais como diários, cartas e poemas. As mulheres bastante religiosas liam frequentemente os missais, a Bíblia e toda publicação voltada para a moral e os bons costumes. Entretanto, o século XIX testemunhou o alargamento do campo literário feminino. Mulheres escrevendo, tendo suas obras publicadas e participando de revistas. A exaltação às virtudes era comum e algo muito natural no contexto de mentalidades daqueles tempos. Todavia, o fato é que elas estavam saindo dos lares, movidas por uma razão própria que lhes proporcionava satisfação e participação na vida cultural de suas localidades e, mais amplamente falando, do cenário social brasileiro.

¹²⁴ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado / UFBA, Salvador, 1997.

¹²⁵ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1994.

4.1 Leitoras e escritoras

Apesar de a educação feminina ainda se constituir bastante diminuta até os fins do século XIX, no caso específico das meninas de famílias abastadas, era mais estimulada. As mulheres da elite brasileira eram instruídas para um inevitável contato social. Segundo Michelle Perrot, no período em questão, elas frequentavam os grandes magazines, os salões de chá e a igreja; estes eram os espaços importantes de sociabilidade para moças e senhoras de condição social elevada nas cidades mais avançadas.¹²⁶

Evidentemente, essa mulher rica do final do século XIX muito diferia das senhorinhas do período colonial. As mudanças sociais políticas e econômicas por que passou a nação acabaram por promovê-la do mundo recluso do lar para o espaço público. Não que ela não pudesse tê-lo frequentado antes, mas a visibilidade só veio com os novos tempos que receberam a denominação de “modernos” pela elite brasileira. Afinal, o pensamento laico já passava e se sobrepôs à regência da Igreja que estava rompida com o Estado desde a República. A expansão do ensino laico criou possibilidades para que as mulheres passassem a ler e aprender um pouco além dos ensinamentos de cunho fundamentalmente religioso e moral. É certo que eram leituras ainda vigiadas e consideradas ingênuas, como romances e revistas francesas (já que o francês era uma língua familiar para as elites) que, no geral, concordavam com os princípios morais da família. Entretanto, através dessas leituras, a condição feminina modificou-se, e os espaços transitáveis se ampliaram.

Márcia Maria B. Leite aponta o século XIX como tendo testemunhado o surgimento de publicações específicas voltadas para mulheres, o desenvolvimento e divulgação dos romances-folhetins e a progressiva tendência de mulheres escritoras ou com pretensões literárias.¹²⁷ Sendo assim, ainda que levando em conta todas as barreiras que eram impostas às mulheres, vê-se que aquelas de elite - mediante a inserção nos círculos públicos que lhes eram permitidos - conseguiram fazer-se representadas. Tudo partia da perspectiva de lazer. Ler, ir a saraus, bailes, festas cívicas e religiosas e, até mesmo, escrever eram atividades que *a priori* preencheriam o tempo ocioso delas, evitaria que se entretessem com algum tipo de vício ou fazer degradante, em especial, no caso das moças casadoiras e jovens senhoras.

¹²⁶ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹²⁷ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre Tinta e Papéis: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

De 1890 a 1915, no Brasil, houve uma efervescência da poesia, que era, por sinal, o gênero literário predominante e de maior consumo pelas mulheres. Assim, muitas delas participaram de eventos literários, inclusive expondo suas produções. Desse modo, cruzar as fronteiras que demarcavam o privado e o público foi-se constituindo, ao longo do tempo, como uma realidade concreta. Tudo estava muito ligado aos papéis que essas mulheres de elite acabavam assumindo para além de esposas e mães. Não eram tidas na categoria de sujeito profissional, mas podiam apresentar-se enquanto poetisas ou escritoras. Podiam também formar associações femininas para a prática ou exercício de atividades filantrópicas.

Elas faziam bom uso dos espaços públicos tidos como apropriados para elas, marcando-os assim com sua presença. Naturalmente, em certas ocasiões, aproveitavam para tecer redes de amizade e solidariedade. É exatamente a partir das pesquisas de Márcia Barreiros Leite que concluímos que as mulheres escritoras e leitoras baianas do final do século XIX, mediante o “ofício” da leitura e escrita, se sociabilizaram à medida do possível. Elas, além de já escreverem e publicarem nos impressos do século XIX, criaram revistas no início do século XX como *A Paladina do Lar* e *a Voz*. Muitas outras também foram publicadas no interior, a exemplo da *Revista das Senhoras* (1881-1885) e *A Idéia* (1900-1901), ambas de Cachoeira; *Filhinha* (1900-1901), de Caetité; *Espelho das Bellas* (1900-1901), de Maragogipe... além de jornais.¹²⁸ A elite feminina na Bahia estava assim projetando-se aos poucos para além dos recôndidos do lar. Essa projeção, contudo, não ocorreu apenas mediante os artifícios da intelectualidade. Não se pode perder de vista o papel da Igreja como ferrenha impulsora das mulheres para as obras assistencialistas.

Mulheres que, provavelmente, reuniam-se, discutiam, elegiam suas representantes, tomavam posições, deliberavam, formavam associações, elaboravam projetos a fim de que as vozes femininas (que hoje ainda ecoam, por exemplo, nessa investigação) pudessem falar publicamente nos impressos que circulavam; pudessem falar publicamente transformando suas práticas de leitura num debate social, público e, a posteriori, em objeto de investigação. Fica difícil perder de vista que esse era um trabalho coletivo dessas mulheres, construído na consciência e na luta inscrita no campo do poder.¹²⁹

¹²⁸ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre Tinta e Papéis: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

¹²⁹ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.31.

Maria Arisnete C. de Moraes, em *Leituras de Mulheres no século XIX*, fala das festas de salões como espaços de movimentação feminina, nos quais elas percorriam com elegância e desenvoltura, procurando brilhar sempre que tinham oportunidades de expressar seus dotes artísticos. Embora os literários visitassem mais os cafés, confeitarias e teatros, os salões em geral eram locais de difusão cultural. No Brasil do século XIX, os literários aderiram aos salões, a exemplo de Joaquim Nabuco, Joaquim Manuel de Macedo, Castro Alves e Afonso Celso Júnior. Ainda outros escreveram crônicas de salões como José de Alencar e Machado de Assis. Os escritores buscavam leitores para darem significado às suas publicações, principalmente entre as mulheres, que, aos poucos, ocupavam outros espaços sociais onde já existiam escritos e leituras a elas destinadas. Naturalmente, esses escritores frequentavam os salões cariocas, o que não quer dizer que, em cidades menores como Cachoeira, não houvesse escritores locais que também apreciassem a exposição de seus trabalhos em salões, festas e outros eventos sociais.

Segundo a obra de Francisco José de Mello, sobre a História de Cachoeira, durante o século XIX, as mulheres de elite tinham como espaço de lazer os salões dos sobrados cachoeiranos que eram animados por bailes ou saraus, onde as mulheres das famílias de senhores de engenho, dos nobres radicados na cidade e dos ricos comerciantes desfilavam com suas joias e ricos vestidos de púrpura, veludo, seda e finos bordados.¹³⁰

Mesmo não havendo na época casa de Teatro na cidade, a vida cultural acontecia através de clubes e associações masculinas, do cinema volante que passou a existir em 1899 e da imprensa que produzia diversos jornais de cunho político, literário, comercial, crítico, humanística, recreativo, noticioso, religioso: todos com direção masculina. Todavia, existia a *Revista das Senhoras*, de caráter instrutivo e literário publicada semanalmente e que tinha por diretoras D. Maria Cândida Rodrigues da Silva e D. Francelina A. Motta. O tempo de duração dessa revista foi de 1881 a 1885.¹³¹

É evidente que muitas coisas publicadas nos jornais, em geral, eram direcionadas ao público feminino letrado, mas se percebe também que as mulheres da classe alta cachoeirana escreviam e publicavam. Um exemplo desses é mencionado por Márcia Barreiros, quando traz à tona a “cachoeirana”, pseudônimo usado pela escritora nascida em Cachoeira, Francisca Rosa Barreto Prager. Em seus escritos, ela clamava,

¹³⁰ MELLO, Francisco José de. *História da Cidade de Cachoeira*. Salvador: Editora Radami, 2001.

¹³¹ *Ibidem*.

entre outras coisas, pela instrução de qualidade para o sexo feminino. Ela chegou mesmo em muitas ocasiões a denunciar o despotismo masculino e a falta de sensibilidade da sociedade para com os problemas das mulheres.¹³²

4.2 As Mães Protetoras - Damas de caridade

No final do século XIX, a Igreja reunia forças para lutar contra os novos costumes e atitudes comuns aos tempos modernos. Todo o processo de laicização que ocorria soava-lhe como ameaça. Mesmo tendo a Igreja sofrido com o fim do Padroado, e o conseqüente desligamento da mesma com o Estado ainda tomava para si a responsabilidade de educar e corrigir as práticas populares passíveis de condenação. Então, proveu uma espécie de reforma eclesiástica a qual motivava a vinda de novas ordens religiosas para o Brasil e fomentava o ideal missionário e evangelizador voltado para os serviços sociais. Para tanto, a Igreja contou com o apoio das mulheres de setores sociais abastados, católicas que se dispuseram a apoiar sua causa. A Igreja já havia construído todo o modelo de comportamento adequado, em especial, para as mulheres que eram tidas como representação do pecado e do mal. Assim como Eva, algumas mulheres precisavam ser punidas e constantemente vigiadas.

Para as moças o clero católico destinava os colégios femininos, responsáveis por uma educação baseada nas virtudes cristãs. Para as mulheres casadas, as associações de caridade, que por meio do assistencialismo social permitia a socialização de suas integrantes, distanciando-as das novas formas de lazer, além de fomentar uma prática religiosa edificada na revitalização da fé católica.¹³³

Por meio da prática da caridade, muitas mulheres organizavam-se em associações e reuniam-se frequentemente para executarem tarefas relacionadas ao cuidado de doentes, órfãs, idosos, enfim, de pessoas necessitadas. Naturalmente fazia parte de seus trabalhos a promoção de eventos beneficentes dos quais se pudesse angariar fundos para as obras assistenciais. Estavam assim mais uma vez criadas as redes ou laços de afinidade e solidariedade entre elas. É evidente que estavam

¹³² LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre Tinta e Papéis: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

¹³³ NASCIMENTO, Márcia Suely Oliveira do. *Órfãs e Desvalidas: as meninas do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana. 1879-1920*. 2004. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, 2004, p. 26- 27.

submetidas às normas de moral da Igreja e, como suas cooperadoras, tinham a incumbência de transmitir às meninas amparadas uma moralidade. Elas faziam parte do programa socioeducativo promovido pela Igreja e, eram de fato, peças mestras nesse projeto porque estavam em contato direto com as classes ditas inferiores. Estavam muito próximas aos desvalidos, as crianças abandonadas e, em especial, às meninas carentes. Essas últimas eram necessitadas de mais conforto material e, na visão católica, elas precisavam ser orientadas para a vida a partir da transmissão da moral cristã.

As damas de caridade eram mulheres que pertenciam a associações caritativas e precisavam ser exemplos na sociedade. Eram possuidoras de índole impecável: boa esposa, boa mãe e boa cristã. Sendo assim, elas zelariam pelos bons costumes e enfatizariam as normas católicas, defendendo a honra feminina em quaisquer circunstâncias.

Desde os fins do século XIX as mulheres foram chamadas a participar do movimento de reformulação da Igreja Católica, principalmente no que se refere à prática dos sacramentos e das novas devoções. Os membros femininos das elites baianas foram utilizados como instrumento de catequese dada a sua influência na família.¹³⁴

Os grupos filantrópicos eram os mecanismos encontrados pelas mulheres de posses para oferecerem seus préstimos ao corpo social. Nesse passo, estava envolvido o princípio da caridade cristã. As mulheres sentiam-se totalmente autorizadas a transitar por todos os espaços onde a prática da caridade pudesse ser executada. Segundo Maria Angela D’Incão, o assistencialismo afastava mulheres casadas dos hábitos das fofocas, confidências, da presença em cafés, bailes e teatros, ou seja, lhe desligaria de atividades consideradas na época como fúteis e mesmo nocivas.¹³⁵ A Igreja de fato confiava-lhes três ministérios: submissão, educação e caridade.

Adriana Reis fala da Associação das Senhoras de Caridade na Bahia, um projeto que nasceu em 1854. Era uma resposta ao tipo de experiência social permitida às mulheres de elite naquela época. Acreditava-se que a caridade fazia parte da natureza feminina e, em casas de educação, elas poderiam ensinar religião, leituras, pronúncia, escrita, línguas portuguesa e francesa, literatura, contabilidade, geografia, história,

¹³⁴ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1997, p. 281.

¹³⁵ D’INCÃO, Maria Angela. “Mulher e Família Burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da Mulher no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

regras de civilidade, música e trabalho doméstico (costura, bordados, marcas etc.).¹³⁶ Era uma espécie de serviço que acabava por conferir àquelas senhoras um certo status social e por que não dizer certo grau de satisfação. Se de fato não o julgassem relevante em algum aspecto, não o apoiariam com a disponibilidade de seu tempo e recursos materiais como dinheiro e joias.

É interessante também notar os níveis de sociabilidades que se formavam entre as mulheres, o que ultrapassavam a questão da classe social. Os elos não se formavam apenas entre as mulheres de elite, mas também entre elas e as desafortunadas que recebiam sua ajuda.

Em várias oportunidades as mulheres das classes médias e altas vão se ocupar com a existência daquelas que nada possuíam. Às vezes os seus interesses explícitos encobriam uma relação de solidariedade com o ser do mesmo sexo, superando as diferenças de classe.¹³⁷

Portanto, não seria nenhum exagero afirmar que - dessas associações femininas, quer para a prática da leitura e da escrita literária quer para o exercício da filantropia - se formava uma consciência acerca das questões da mulher que, mais tarde, possibilitaria o surgimento de movimentos feministas.

A Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula, de Feira de Santana, foi criada, em 1879, pelo padre Ovídio Alves de São Boaventura, simultaneamente à instalação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes. É interessante notar que assim como praticamente em todos os casos, as senhoras tinham requisitos muito bem definidos a cumprir. De acordo com os estatutos do Asilo, a mulher que pretendesse fazer parte da Associação deveria ter reconhecida honestidade na sociedade, usufruir de um meio honesto de subsistência, ser temente a Deus e caritativa.¹³⁸

Tais senhoras de caridade assumiam o papel de disciplinar o comportamento de outras mulheres, sendo estas partícipes de sua classe social ou das camadas populares. Ao adentrarem na associação deveriam efetuar o pagamento de uma joia de dez mil réis e anuidades de cinco mil réis. Portanto, o cumprimento das virtudes cristãs teria que vir

¹³⁶ REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições do comportamento feminino na Bahia do século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia - FCJA-UFBA, Salvador, 2000.

¹³⁷ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1997, p. 126.

¹³⁸ *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora de Lourdes de Feira de Santana*. Feira de Santana: Typographia de São Francisco, 1908.

acompanhado da posse de bens materiais. O status social de suas sócias era notavelmente relevante. Caso contrário, essas mulheres não passariam da condição de meras candidatas. As senhoras da associação de São Vicente de Paula eram presentes e ativas no Asilo de Nossa Senhora de Lourdes. Elas formavam a “phalange do bem”. Em tal tarefa, eram notabilizadas não apenas aos olhos dos outros como também aos seus próprios. Naquelas circunstâncias em que a mulher atuava no fortalecimento da família e da sociedade, ela passava a adquirir uma elevada estima por parte dessas instituições. O conjunto de virtudes sociais e individuais da senhora de caridade instigava sua autovalorização para além dos louvores alheios. Acredito que a filantropia possibilitava, portanto, a essas mulheres o desenvolvimento de um sentimento de satisfação pessoal, até porque as atividades que elas empreendiam não seriam encaradas pelas mesmas como simples passa-tempo ou apenas um ato de piedade cristã. O reconhecimento do marido e dos demais serviria de indicativo para a mulher de que sua ocupação, embora não fosse remunerada ou lucrativa materialmente, acabava por configurar-se em uma espécie de serviço, o serviço social. Bonito e elogiável, exatamente por seu caráter voluntário, abnegado e de difícil execução.

Segundo Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos, em “*Timoneiras do bem na construção da cidade princesa*”, a associação de São Vicente de Paula originalmente era formada por mulheres provenientes da aristocracia rural, todavia, mais tarde, paulatinamente a direção passou a ser das senhoras de elite dos setores comercial e intelectual. O Asilo de Nossa Senhora de Lourdes foi também palco privilegiado de uma segregação intragênero, pois nele as distinções entre mulheres pobres e de elite acentuavam a assimetria de poder e complementaridade de papéis nas relações sociais de gênero e de classes. Tudo isso ocorria apesar da aparente emancipação alcançada pelas senhoras de caridade que assumiram na esfera pública a possibilidade de gerirem os destinos da caridade na cidade de Feira de Santana, como ocorria também em outras localidades com suas respectivas damas de caridade.

[...]Esta Associação composta por ilustres senhoras e senhoritas, esposas e filhas de importantes cidadãos que se ocupavam da criação e comércio de gado, comércio varejista e atacadistas, bem como de intelectuais liberais que exerciam na cidade ofícios, como médicos, advogados, funcionários públicos, passava a desempenhar o comando do Asilo, fundando os seus pilares para o apoio à educação da juventude feminina e do amparo às órfãs e às mulheres pobres.¹³⁹

¹³⁹ RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *Timoneiras do Bem na Construção da Cidade Princesa: mulheres de elite, cidade e cultura(1900-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e

O trabalho da associação envolvia a caridade, atividades como administração do Asilo, levantamento de recursos financeiros, preocupação com saúde e higiene das internas. A Pia União das Filhas de Maria constituiu-se em uma outra associação oriunda da São Vicente de Paula e instalada em cinco de junho de 1895.

As Filhas de Maria eram moças solteiras que almejavam descobrir a vocação religiosa feminina. Ajudavam ao Asilo com preces e alimento espiritual ao passo que estabelecia para as jovens cristãs uma rotina baseada na honestidade de costumes e cumprimento de deveres. No geral, estavam todas também em prol do crescimento da cidade, uma vez que ajudando as asiladas e enfatizando a moral feminina contribuía para o fortalecimento das famílias, enfim, da sociedade feirense.¹⁴⁰

Fazer parte de um projeto modernizador, engrandecer a cidade e prestar um serviço social que fosse modelo eram papéis bem peculiares aos asilos naquela época e eram enfocados nos relatórios do Asilo Nossa Senhora de Lourdes assim como também nos relatórios do Asilo Filhas de Ana. As senhoras e senhoritas que trabalhavam em conjunto com os mesmos, formando as associações caritativas, tinham de fato metas e procedimentos para alcançá-las bastante similares.

As Mães Protetoras que formavam a Sociedade feminina de caridade na cidade de Cachoeira, nos fins do século XIX, reuniam senhoras de prestígio da sociedade, e que, naturalmente, deveriam atender ao perfil de boa cristã, piedosa e de moral inquestionável. Essas mulheres assumiam a responsabilidade, mediante os preceitos católicos, de colaborar na disciplinarização das meninas órfãs que habitavam o único Asilo feminino da cidade na época: o Asilo Filhas de Ana. Os relatórios deste asilo deixam transparecer o quanto era intensa a participação das Mães Protetoras nas obras. Na verdade, elas eram consideradas as grandes apoiadoras do fundador da instituição: “Espero e confio que continuareis a ser o mais forte sustentaculo d’esta casa, defendendo-a de tudo quanto lhe possa ferir e procurando engrandecel-a aos olhos do mundo...”¹⁴¹

Cada Mãe Protetora contribuía financeiramente com o Asilo através do pagamento de mensalidades. Elas também promoviam eventos para angariar fundos,

Desenvolvimento Regional) - Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Santo Antônio de Jesus-BA, 2007, p. 69.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d’A Ordem, 1901, p. 14.

faziam-se presentes nas datas comemorativas do abrigo e, comumente, executavam tarefas internas como as relacionadas ao aprendizado das meninas. Entendia-se que eram mulheres bem preparadas para ministrar-lhes noções do comportamento, boas maneiras e prendas que pudessem torná-las no futuro boas esposas e mães zelosas: “...à noite, realizou-se uma sessão magna da sociedade Mães Protectoras, presidida pela exma. sra. vice-presidente, e com a assistência de grande número de pessoas gradas”.¹⁴²

Eram para as Mães Protetoras que os relatórios anuais sobre o andamento do Asilo feitos pelo Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello eram apresentados em assembleia. A elas o fundador dava todo o panorama do que acontecia e o balancete financeiro, incluindo as relações dos nomes de cada senhora atuante na mesa administrativa com os cargos de presidente(a), vice-presidente(a), 1ª secretária, 2ª secretária e uma visitante. Cada ano fazia-se nova eleição para o preenchimento dessas vagas. Normalmente o número de mulheres que entravam na associação superava o daquelas que saíam, o fato é que sempre havia uma quantidade considerável de associadas.

É bem provável ainda que as mulheres que participavam das obras sociais do Asilo, se não estivessem concomitantemente atreladas ao ato da leitura ou da escrita ou da partilha das ideias com suas iguais, ao menos estavam passíveis da influência que estas leitoras ou escritoras cachoeiranas certamente exerciam. O fato é que as Mães Protetoras constituíam-se numa Associação Feminina que contava com o aval da Igreja para atuar no espaço social e que através disso tinham a possibilidade, de ainda, sem infringir as normas de conduta moral da época, expor seus pensamentos. É claro que algumas mulheres, com certa timidez, produziam obras relacionadas a condições propriamente femininas. É bem verdade também que nem todas as senhoras tinham a audácia da Francisca Prager, mas ainda que lendo, escrevendo ou publicando artigos “moralistas” na *Revista das Senhoras*, elas, de qualquer sorte, estavam buscando seu espaço de atuação.

Sendo assim, avalio que algumas mulheres na qualidade de Mães Protetoras, que dedicavam o seu tempo e o seu esforço em ajudar a cuidar e educar órfãs no Asilo, utilizaram-se deste trabalho caritativo exercido na cidade, mesmo que de modo informal, fora do lar, para se tornarem visíveis num espaço que, em geral, era concebido

¹⁴² MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 17 de abril de 1897, p. 11.

como masculino, o espaço público. Em parte, o trabalho caritativo foi um mecanismo feminino para projeção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Asilo Filhas de Ana abrigava em seu interior meninas órfãs para que ali recebessem educação, sustento e preparação para a vida fora de seus muros. O Asilo trazia em seu regimento preceitos e metas muito bem definidas dentro de uma conjuntura sociocultural embasada pelo catolicismo e por um pensamento fortemente tradicionalista, patriarcal e, conseqüentemente, inibidor da projeção feminina.

Ele acabava por configurar-se em uma das faces do conservadorismo que marcava o Brasil em fins do século XIX. Era um difusor das ideias que cerceavam o comportamento feminino, repassando o modelo ideal de feminilidade em defesa da honra e da moral. Acreditava-se que maior bem não seria possível fazer àquelas meninas que lhes conferir os fundamentos de como serem esposas e mães eficazes. Mesmo que as internas não chegassem a casar-se, entendia-se que, em quaisquer circunstâncias, deveriam refletir a graça e a pureza já preconizada pela virgem Maria. A conduta casta era enfatizada como meta que impediria que as moças se corrompessem, pois, dado o seu passado de crianças enjeitadas e seres entregues a própria sorte, se temia pela integridade das menores.

Naturalmente todo o preparo que era fornecido tinha em vista a futura saída das órfãs daquela instituição. Quando fossem expostas aos desfavores do mundo, em especial às condições tão peculiares aos espaços mais desafortunados da cidade, as educandas deveriam ser detentoras de uma conduta capaz de refutar todo e qualquer modo de vida questionável.

O intuito também era de que as regras de conduta fossem tão seriamente introjetadas no cotidiano das meninas que isso acabasse implicando na criação de um imaginário feminino completamente comprometido com questões relacionadas ao lar, à criação de filhos e demais ofícios domésticos. As funções básicas e elementares do ser feminino redundavam em práticas que se destinavam a zelar pelo bem estar de outros, mais precisamente filhos e maridos, e condicionar a mulher a um papel secundário no qual a mesma não se enxergasse como uma profissional em alguma área ou serviço. Desde quando a elas eram ministradas as aulas de prendas domésticas, os tais bordados, costuras, modos de lavar, engomar..., estavam aí as atribuições que lhes eram destinadas

e incentivadas dentro do espaço social. Estavam, portanto, implícitas, nas normas de conduta, a submissão feminina diante dos interesses masculinos e das conveniências de uma sociedade que parecia ainda ver a mulher como uma espécie de ser dependente, necessitando de orientação. Entretanto, a orientação neste caso era bastante específica. O detalhe na razão do doutrinamento era: ela precisava ser guiada, não porque não soubesse necessariamente para onde ir ou fosse excessivamente inocente, mas sim porque se deixada agindo por conta própria certamente seguiria um caminho arbitrário, tenderia, assim como Eva, a desviar-se do bem e incorrer na transgressão. Desse modo, a figura da mulher remetia ao perigo, parecia ser capaz de expor a inteira sociedade a riscos que precisavam ser evitados. Daí a necessidade de contornar a natureza feminina, e, para tanto, lá estava o Asilo - provedor da pretensa disciplina “salvadora”.

Tratava-se de um encaixe muito bem montado entre os discursos da Igreja Católica, dos juristas e as noções higienistas. Todos tinham pontos em comum no que dizia respeito ao comportamento feminino e ao lugar que a mulher ocuparia na sociedade. Eram discursos que procediam de uma mesma fonte, a voz do homem e seu olhar parcial sobre o universo das mulheres.

As instituições formadas com o fim de acomodar mulheres ou crianças do sexo feminino funcionaram exatamente em prol dos “bons costumes”, das regras tradicionalmente aceitas pelo corpo social como fundamentais para o equilíbrio, ordem e bem estar do mesmo. Lembrando sempre que, embora não se constituísse maioria expressiva na sociedade, eram os homens quem mais se faziam ouvir e tinham seus interesses representados nos discursos da época. Sendo assim, o que se primava como sendo indispensável para o bem geral, na prática, não continha uma preocupação com os anseios e necessidades femininas.

Constituíam-se papel dos governos, Igreja, instituições, pais e maridos, zelarem pela honra da mulher e, se esta estivesse em idade tenra, mais proveitosa seria então tal vigilância. O cuidado com a infância feminina desassistida e órfã além de se configurar como assistencialismo, trabalho social, também era vista como forma de redenção pessoal. Acolher desvalidas era encarado acima de tudo como uma obra de caráter espiritual. Daí, porque era o tipo de trabalho realizado por damas da sociedade, contava-se com o total aval masculino.

Diante das dificuldades dos agentes públicos em gerir meios de prover abrigo, sustento e educação para tais crianças abandonadas, encontrava-se na iniciativa privada a maior força para conduzir a infância brasileira. A benemerência de cidadãos unida à

prática filantrópica de senhoras de caridade repercutiu por todo o país. Em se falando da Bahia, muitas obras foram realizadas pelas misericórdias, recolhimentos, asilos e abrigos que eram mantidos, quase que na sua integralidade, por donativos de benfeitores ou provedores.

É interessante notar que o padrão de comportamento delineado em tais instituições nem sempre foi bem absolvido ou absolvido da mesma forma, pois não se tratava pura e simplesmente de mulheres, mas de seres diferenciados, específicos, de identidades próprias e diversificados. De fato, eram muitos sujeitos femininos, com vastas histórias de vidas e reações nem sempre previsíveis. Mesmo que neste momento não tenha sido possível descortinar os bastidores das vivências de cada menina desvalida do Asilo Filhas de Ana, por conta dos limites impostos pelas fontes, foi interessante percebê-las enquanto seres repletos de experiências, capazes de promover tensões, incluindo, inclusive, a recusa pela normatização.

É importante entender o ambiente asilar como muito mais do que aquilo que os relatórios procuravam transmitir. O contradiscurso estava presente o tempo todo, mesmo que de forma velada, mas nem por isso fraco ou desarticulado. E mais que isso, o próprio discurso de normatização podia ser apropriado e utilizado por mulheres como aquelas de elite, para usufruto próprio. Não diria que, já de uma forma absolutamente consciente e premeditada, as mulheres estivessem usando a caridade para ocupar espaços ditos públicos. Todavia, o fato é que as associações femininas da época acabaram por favorecer a liberdade de trânsito feminino pelas ruas das cidades, sua presença e projeção fora do lar, recebendo reconhecimento social e adquirindo satisfação pessoal em ajudar ao próximo e estar na companhia de outras mulheres que não apenas estavam envolvidas com as atividades caritativas, mas também com a produção literária.

A percepção masculina é que serviu de base para a produção documental que foi utilizada nesta pesquisa, como acontece com a maioria dos estudos. As vozes das Mães Protetoras não ecoam dos relatórios, mas antes as palavras do Sr. Antônio Carlos. Um homem, benemérito, engajado com o fazer filantropo, ajudado por diversos cidadãos e, ao mesmo tempo, criticado por populares. Alguém que dizia não esmorecer ao lutar pela causa das órfãs, que as acolhia e as devolvia quando não preenchiam os requisitos da Casa. Ora parecia adotar uma postura humilde e resignada, ora demonstrava ter planos para o engrandecimento e destaque daquela que figurava como sua maior obra: o Asilo Filhas de Ana.

Exatamente pelo fato de a mulher ter sido por tanto tempo representada pelo homem, é que muito de suas experiências pareciam estar perdidas. Todavia, pode-se contrariar tal argumento com a visão mais amadurecida dos estudos sobre as mulheres e relações de gênero. Ainda há muito por se contar, a história não daquilo que foi considerado como perdido, mas do adormecido, do pouco visível, porém existente. Resgatar possíveis comportamentos, pensamentos, movimentos femininos em quaisquer contextos, quer público, quer privado. Tudo se constitui num desafio para historiadores e historiadoras, além de ser um compromisso com as novas abordagens e vertentes historiográficas, novas metodologias, novos sujeitos e conceitos. Descortinando aos poucos o tão vasto universo feminino, a aparente fragilidade da natureza de mulheres, ou melhor, de meninas, podem-se perceber as oscilações dos poderes, a aceitação e a negação, os equilíbrios e os choques, tendo tudo sido introduzido no interior do Asilo, no privado, no reduto do silêncio e da pretensa harmonia institucional. Entretanto, dentro daqueles muros, fervilhavam intensamente tanto os preceitos e tradições da sociedade quanto outras formas de compreender e de inserir-se no mundo, em especial, se esse mundo for aquele que é visto também pelos olhos das mulheres.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas. Mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zarár, 1981.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. *História da Instrução Pública no Brasil. 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP MEC, 1989.

AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 7-15.

ANDRADE, Maria José de Souza. Os Recolhimentos Baianos – Seu papel social nos séculos XVIII e XIX. In: *Revista do Instituto de História e Geografia da Bahia*. Bahia (90): p. 225-237, 1992.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A Vocaç o do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AZEVEDO, Yolanda Maria Beltrão. *Fazendo Memória. Sacramentinas: 100 anos de Brasil*. 12 de abril de 2003.

BOURDIN, Alain. *A Questão Local*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

CAIRE, Jabinet; HARIE, Paule. *Introdução   Historiografia*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do Magistério: Ambigüidade e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHAVES, Antônio Marcos *et al.* Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX. In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, num. esp.; 2003, p. 85-95.

COSTA, Angela Marques; SCHWUARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos. 1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

DEL PRIORI, Mary (Org.). *História da Criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: Uma hermenêutica das diferenças. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CFH/CCE/UFSC, ano 2, n. 2, 1994, p. 373-382.

_____. Teoria e Métodos dos Estudos Feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

D'INCÃO, Maria Ângelo. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Ocidente*. vol. 1. Antiguidade. Porto: Afrontamento, 1990.

DUBY, Georges. *As Damas do Século XII: Heloisa, Leonor, Isolda e muitas outras*. Lisboa: Teorema, 1995.

_____. *Damas do século XII: A lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Eva e os Padres: Damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FAGUNDES, Teresa Cristina Pereira Carvalho (Org.). *Ensaio sobre Gênero e Educação*. Salvador: UFBA-Pró-Reitoria de Extensão, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 135-150.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Epoque imperfeita*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *A Ordem do Discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A Cultura Histórica Oitocentista: A constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy *et al.* (Org.). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 9-24.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HEYWOOD, Colin. *Uma História da Infância: Da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão Longe, Tão Perto: As meninas do Seminário. In: STEPHANOV, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Século XIX*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005, p. 52-67.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Política da República*. Campinas-SP: Papirus, 1990.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1997.

_____. *Entre a Tinta e o Papel: Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, Míriam Moreira (Org.). *A Condição Feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

_____. Mulheres e Família: A história da família no Brasil. In: *Família e Grupos de Convívio*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 143-178, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: Uma escola de mulheres*. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade UFRGS, 1987.

_____. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques *et al.* *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 7-51.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recôndidos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Epoque à era do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 367-421.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, M. C. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 53-79.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Francisco José. *História da Cidade de Cachoeira*. Salvador: Radami, 2001.

MENEZES, Maria Verônica. *Sacramentinas no Brasil. 1903-1978*. Salvador: 2004.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.31.

MOREIRA, Virleene Cardoso. *Entre a Bahia e os Sertões: A dinâmica comercial do Recôncavo Bahiano. São Félix (1857-1889)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2002.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião: As enclausuradas clarissas do Convento do Desterro na Bahia (1677-1890)*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NASCIMENTO, Márcia Suely Oliveira. *Órfãs e Desvalidas: As meninas do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana. 1879-1920*. 2004. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: Fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NÓBREGA, Paulo de. Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Noberto (Org.). *Mosaico de Escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis-SC: Cidade Futura, 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terra, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, Salvador, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. In: *Revista Catarinense de História*. Santa Catarina: Terceiro Milênio, n. 2, p. 35-44, 1994,

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Escrever uma História das Mulheres: Relato de uma experiência. In: *Cadernos Pagu: Fazendo história das mulheres*. Campinas (4): 1995, p. 9-28.

_____. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço Social. Documento Histórico: Infância e juventude desvalida*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 259-274.

_____. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: CEZAR, Marcos (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 217-235.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *Timoneiras do Bem na Construção da Cidade Princesa: Mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Santo Antônio de Jesus-BA, 2007.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia – FCJA - UFBA, Salvador, 2000.

RIBEIRO, Lola Medeiros Netto. *Patrimônio Histórico: Uma leitura da diversidade social em Cachoeira/Ba*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1994.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

RUSSEL WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília-DF: EDUnB, 1981.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900-1950*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso Sobre as Ciências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Jadson Luiz. *Cachoeira: III Séculos de História e Tradição*. Salvador: Contraste, 2001.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: Sobrevivências e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e alusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, Jul./dez., 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

SPIX, Joham Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

TIAGO 1:27. In: *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas*. Tradução da versão inglesa de 1984. São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1986, p.1189.

TEIXEIRA. Cid. *Bahia em Tempo de Província*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. In: *Cadernos Pagu: Desacordos, desamores e diferenças*. Campinas (3): 1994, p. 29-62.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, José Antônio. *Quem tem Medo da Teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. v. 3. Salvador: Itapuã, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zarah, 1979.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luiza Santos; NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: A escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

Fontes

I – Instituição: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira. Projeto História do Recôncavo: Fontes e Acervos, 1998.

Caixa 01:

BOAVENTURA, Ovídio A. de S. *Relatório do Asylo Nossa Senhora de Lourdes*. Feira de Santana: Typographia do Motor, 1880.

MILTON, Aristides Augusto. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia d'A Ordem, 21 de setembro de 1890.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia d'A Ordem, 29 de novembro de 1891.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia d'A Ordem, 5 de novembro de 1893.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 29 de dezembro de 1895.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 27 de dezembro de 1896.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 27 de fevereiro de 1898.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 12 de março de 1899.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 25 de fevereiro de 1900.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 24 de fevereiro de 1901.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 23 de fevereiro de 1902.

_____. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira*. Cachoeira: Typographia Genésio, 8 de março de 1903.

TERMO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA CIDADE DA CACHOEIRA, de 12 de abril de 1853. Cachoeira: Typographia d'A Ordem, 1874.

TERMO DE COMPROMISSO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA CIDADE DA CACHOEIRA. Bahia: Typographia do Jornal Comércio de Rodrigues e C., 1902.

Caixa 06:

MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 26 de abril de 1895.

_____. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 30 de maio de 1896.

_____. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 17 de abril de 1897.

_____. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 8 de abril de 1899.

_____. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 25 de abril de 1900.

_____. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 1901.

II Arquivo do Montepio Cachoeirano.

Caixa 09:

MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 08 de abril de 1902.

III – Instituição: Arquivo Público de Cachoeira.

Jornais:

ASYLO FILHAS DE ANNA. *A Cachoeira*, Cachoeira, n. 65, Anno IV, 26 mai. 1900, p. 2.

ANIVERSÁRIO. *A Cachoeira*. Cachoeira, n. 12, Anno XI, 4 Nov. 1906.

IV – Instituição: Colégio Padre Ovídio

ESTATUTOS DO ASYLO NOSSA SENHORA DE LOURDES DA FEIRA DE SANTANA.
Feira de Santana, Typographia de São Francisco, 1908.

V – Instituição: Colégio Santíssimo Sacramento

ESTATUTOS DO ASYLO FILHAS DE ANNA DA CIDADE DE CACHOEIRA.
Cachoeira, 14 jul. 1925.

JESUS, Maria Celina. Artigo II: Obrigações religiosas. In: *Regimento do Asilo Filhas de Ana.* Cachoeira, 1956.

VI – Instituição: Arquivo Público do Estado da Bahia

MASSON, Camillo de Lellis (Org.). *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1857.* Salvador: Typographia de Camillo de Lellis Masson e Cia., 1857. (Seção da Cidade de Cachoeira).

Páginas da Internet

HISTÓRIA DA CIDADE DE CACHOEIRA

Disponível em: <<http://webmaster@mcluhan.facom.ufba.br>>. Acesso em: 30 out. 2007.

PSICOLOGIA EM ESTUDO

Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)